

UMOLHAR

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL



MEMÓRIA DO LAICATO - CNLB



UM OLHAR

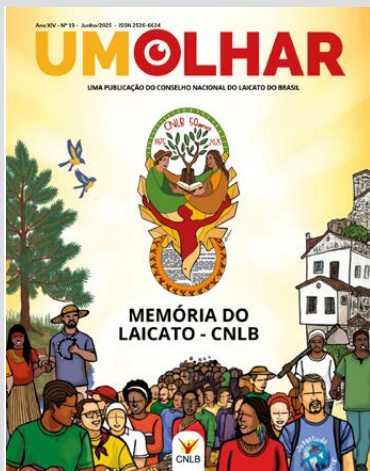
UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

“Um olhar” é uma publicação do
CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL (C N L B)

Os textos aqui publicados correspondem à reflexão feita por seus autores e autoras,
dentro das expectativas e objetivos deste número.



CNLB



CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL
Organismo do Povo de Deus da Igreja no Brasil Brasil, 2025.

Presidência 2022-2025

Presidente: Sônia Gomes de Oliveira
Vice-presidente: Vanda Maria de Carvalho Lima
Secretário: Márcio José de Oliveira
Secretária adjunta: Patrícia Gil Cabral
Tesoureiro: Adriano Massariol Pacheco
Tesoureiro adjunto: Rejane Teixeira Gaia

Organização:

Comissão de Assessoria Permanente
Elenise Mesquita, Geraldo Aguiar,
Honorata Mendes, Laudelino Augusto,
Marilza Schuina, Wanda Conti

Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB/ Um Olhar. Brasília, 2025

Fotos/imagens: direito publicado de mídias digitais e do CNLB
Edições 2025
ISSN 2526-6624

Responsável: Conselho Nacional do Laicato do Brasil
SGAN 905 – conjunto C – Asa Norte – 700790-050 – Brasília – DF
Email: secretaria@cnlb.org.br



SUMÁRIO

CLIQUE E ACESSE
O CONTEÚDO



06

IN MEMÓRIAM

08

INTRODUÇÃO

Comissão de Assessoria Permanente

11

**ANAMNESE, MEMÓRIA E PERSPECTIVA:
UMA TRÍADE DA MESMA UNIDADE**

Eva Aparecida Rezende de Moraes

23

**MEMÓRIA AGRADECIDA: 50 ANOS DE
ESPERANÇA VIVA E ATIVA**

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo

34

**A ECLESIOLOGIA DO PAPA FRANCISCO À LUZ
DO CONCÍLIO VATICANO II E O CNLB**

Tânia Maria Couto Maia

44

**EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS DO CNLB - UMA
FORMAÇÃO PARA VER, JULGAR E AGIR À LUZ DA
FÉ CRISTÃ**

Márcia Maria Domingas de Almeida Signorelli

47

**FORMAR O LAICATO PARA O PROTAGONISMO
NA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E NO ANUNCIO
DO REINO**

Wanda Conti

50

**PROJETO DE FORMAÇÃO REDE DE
MULTIPLICADORES**

Célia Soares

51

**EM BUSCA DE ÁGUAS MAIS PROFUNDAS
- SOBRE A ESPIRITUALIDADE LAICAL EM
CELEBRAÇÃO AOS 50 ANOS DO CNLB**

Ceci M. C. Baptista Mariani

56

**ESPIRITUALIDADE ENCARNADA, SOMOS
CHAMADOS A SANTIDADE.**

Wanda Conti

58

O AGIR CRISTÃO NA SOCIEDADE

Marilza José Lopes Schuina

66

FAZER MEMÓRIA, VOLTAR ÀS FONTES!

Maria Elenise de Sousa Mesquita

73

ANEXOS



Oração jubilar

Senhor Deus, somos teu povo eleito,
marcado pelo Batismo e vocacionado a
construir a Civilização do Amor, anunciando o teu
Reino de justiça, fraternidade e paz!

Vivemos um tempo de graça:
são 50 anos de caminhada do Conselho
Nacional do Laicato do Brasil. Agradecemos
por tantas vidas doadas na construção desta história
e te pedimos que reinflame
continuamente em nós o ardor primeiro.
*“Profecia, Testemunho e Memória
a Serviço do Reino”! (2x)*

Guia-nos nos passos de Jesus,
dá-nos coragem de ir às periferias
geográficas e existenciais, levando esperança e consolo
aos sofredores, transformando a sociedade, nossa missão
privilegiada.
*“Trabalhamos e lutamos porque depositamos nossa
esperança no Deus vivo”! (2x)*

Teu Espírito, que sustentou os mártires a
doarem suas vidas pela Vida, anime nossa
missão de organizar o laicato no Brasil,
comprometidos com o caminho sinodal da
Igreja, sob o olhar amoroso da
Senhora Aparecida.
*Por Jesus Cristo, nosso companheiro e
irmão, amém!*

APRESENTAÇÃO

Chegamos ao 3º ano de nossa trajetória do Jubileu de Ouro do Conselho Nacional do Laicato do Brasil - CNLB 50 anos: *“Profecia, Testemunho e Memória a Serviço do Reino”*.

A Revista UM OLHAR, edição nº 19 aprofunda o eixo MEMÓRIA da temática reflexiva destes 50 anos, com o objetivo de “Celebrar com júbilo e gratidão a memória e o compromisso do CNLB na caminhada de seus 50 anos, reafirmando profeticamente nossa presença na Igreja e na sociedade em busca da Civilização do Amor”

“Trabalhamos e lutamos porque depositamos nossa esperança no Deus vivo” (1Tm 4,10). Esperança vivenciada com o Jubileu da Esperança, um tempo de graça, reconciliação e renovação espiritual. Tempo de esperar, como “Peregrinos da Esperança” para viver concretamente a Comunhão, Missão e Participação, como nos chamou ao longo desses anos nosso já saudoso Papa Francisco: Por uma Igreja Sinodal

Esses três anos de preparação para o Jubileu foram vivenciados por experiências de encontros, celebrações, seminários, caminhadas, romarias, marcando o surgimento de novos conselhos de leigos em âmbito diocesano e firmando a chegada de novas organizações filiadas ao CNLB.

Ao mesmo tempo, vivemos, enquanto Organismo a rica experiência de participarmos da Sessão Sinodal, em Roma, contribuindo efetivamente enquanto cristãos leigos e leigas com o aprofundamento e os rumos da caminhada do mundo inteiro.

Essa memorável edição da Revista UM OLHAR, faz memória da caminhada histórica do CNLB em seus 50 anos com a missão de organizar, articular, animar e representar o laicato brasileiro na Igreja e na Sociedade.

Nossa gratidão aos autores e autoras de cada texto que muito nos ajudam nesta trajetória e à Comissão de Assessoria Permanente – CAP, que tem realizado este serviço ao CNLB. “É missão de todos nós, Deus chama, eu quero ouvir a sua voz”... (Zé Vicente).

A presidência



In memóriam

Ao Papa Francisco, a quem
queremos, simplesmente,
com o nosso coração e
com os nossos pés, dizer:

*Muito obrigado,
Francisco!*

*Muito obrigado, Francisco,
por teu testemunho eco-humanista,
e por teus fecundos 12 anos,
como Papa da Igreja católica,
sucessor de Pedro,
e bispo de Roma.
Tu foste reconhecido, amado,
e muito bem avaliado,
por grande parte dos cristãos católicos,
por muitos cristãos não católicos,
por inúmeros não cristãos,
por diversos não religiosos,
e, inclusive, por vários ateus:
por tua coerência evangélica,
por tua defesa da dignidade da vida,
por tua simplicidade e proximidade,
por tua postura ecumênica,
e de escuta dialógica,
por concretizar o pastor
com cheiro de ovelhas.*

*Por tudo isso, Francisco,
tu serás sempre lembrado...*

*Como o Papa,
que se aproximava,
e que tocava o coração,
pois acolhia as pessoas,
e as escutava sem julgar,
homem de sorriso fácil,
de abraço afetuoso,
e, como o teu mestre Jesus,
profético contra a hipocrisia,
a prepotência e a arrogância,
mas com um imenso coração,
terno e misericordioso.*

*Como o Francisco,
das fronteiras,
defensor da vida,
amigo dos pobres,
dos excluídos,*

*dos imigrantes,
dos presidiários,
dos doentes,
dos sofredores,
das crianças,
das pastorais sociais,
dos movimentos populares.*

*Como o Francisco,
profeticamente crítico,
do cristianismo clericalista,
da acumulação capitalista,
da desigualdade perversa,
da economia que mata,
da necropolítica sem ética,
do mercado absolutizado,
do consumismo irresponsável,
da globalização da indiferença.*

*Como o Francisco,
defensor incansável,
de um Cristianismo acolhedor,
fiel ao caminho de Jesus,
dialógico e comprometido,
com a defesa da vida,
com o cuidado da Casa comum,
com o Evangelho da justiça
e da misericórdia divina.
Da Igreja em saída
para as periferias,
pobre e para os pobres,
hospital de campanha,
de portas sempre abertas,
e com criativa dinâmica sinodal,
participativa e corresponsável.*

Edward Guimarães
Belo Horizonte, 23 de abril de 2025.
Poema brotado da fé na ressurreição do
Papa Francisco.

INTRODUÇÃO

O itinerário rumo ao cinquentenário do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, em seu terceiro ano dedica-se a fazer memória histórica da caminhada do CNLB desde sua fundação. Como o próprio nome da Revista, trata-se de UM OLHAR, apresentado pelos autores a partir de suas vivências, conhecimentos, estudos e pesquisas.

Profecia, Testemunho e Memória: o tripé da preparação e vivência do Jubileu. Porém, mais do que isto, os cristãos leigos e leigas são portadores da graça batismal e participantes do sacerdócio comum dos fiéis fundado no sacerdócio de Cristo. Incorporados à Igreja e ao seu mistério, os cristãos leigos e leigas “foram incorporados a Cristo pelo Batismo, constituídos povo de Deus e, a seu modo, feitos participantes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo, pelo que exercem sua parte na missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo” (LG. in CNBB 105, nº 109).

Participar da função sacerdotal, no sentido do serviço, assumir a mesma condição que Cristo viveu, ter as mesmas opções e assumir as consequências. Como Jesus, oferecer todo o seu viver à causa do Reino

Como participantes da função profética, os cristãos leigos e leigas têm uma voz de anúncio e denúncia... e agem como



Na espiritualidade cristã, mística, sabedoria e profecia não se separam, como nos faz ver a forma de ser e viver de Jesus de Nazaré

Jesus, denunciando as injustiças sociais e religiosas de seu tempo e apresentando a Boa Nova da Esperança.

Participar da função régia de Cristo, é atuar diretamente na sociedade e tentar transformar a realidade onde se encontram, sem esquecer que o Reino de Deus vai para além deste mundo.

Nesta edição, sobre a MEMÓRIA, você vai encontrar registros da história do CNLB que contempla a dignidade que vem dos serviços, dos ministérios, “mas da própria iniciativa divina, sempre gratuita, da incorporação a Cristo pelo Batismo” (CNBB 105, nº 109). É o Senhor Jesus que nos envia para “fazei tudo em memória de mim”.

Anamnese, memória e perspectiva: uma tríade da mesma unidade. Eva Aparecida Rezende de Moraes nos traz de volta à memória histórica de Jesus

de Nazaré. A autora se coloca no texto e no contexto, pois é sujeito atuante da caminhada histórica do CNLB. (...) “quando tomamos *consciência* de que somos leigos(as) por vocação, que temos uma missão na Igreja e no mundo que nenhum outro membro batizado da Igreja poderá cumprir a não ser nós mesmos; quando descobrimos nossa *identidade* (os atuais diriam hoje nosso “DNA”), nossa essência enquanto chamados desde o Batismo para uma atuação pessoal e comunitária que ninguém poderá fazer por nós – então, o envolvimento já está dado!”

Memória agradecida: 50 anos de esperança viva e ativa. Com esse texto, *Laudelino Augusto dos Santos Azevedo*, nos envolve na história da criação e dos primeiros anos do CNLB. Como nos recorda “o então CNL – Conselho Nacional de Leigos, nasce da fecundidade do Concílio Ecumênico Vatica-

no II, sendo que este é resultado de um processo que já contava com um laicato que buscava sua identidade eclesial. Muitos cristãos leigos e leigas participavam nas Irmandades, Confrarias, Ordens Seculares, Associações, atuando numa dimensão mais espiritual, eclesial e de assistência. Os Movimentos Bíblico e Litúrgico pré-conciliares, a dimensão social da Igreja, especialmente após as Encíclicas Sociais de Leão XIII, Pio XI, João XXIII e Paulo VI, mostraram a necessidade de uma presença mais incisiva da Igreja nas realidades do mundo e incentivavam especialmente os cristãos leigos e leigas a atuarem no âmbito da sociedade. Nesta dinâmica, destacamos a criação da Confederação das Associações Católicas e do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, Capital Federal na época e a Ação Católica Brasileira, oficializada em 1935. Já, em 1946, Pio XII afirmava: “Os fiéis leigos estão na linha

mais avançada da vida da Igreja: por eles, a Igreja é o princípio vital da sociedade. Por isso, eles, sobretudo, devem ter uma consciência cada vez mais clara, não somente de que pertencem à Igreja, mas de que são Igreja, isto é, comunidade dos fiéis na terra sob a direção do chefe comum, o Papa, e dos bispos em comunhão com ele. Eles são Igreja” (AAS 38”).

A Ecclesologia do Papa Francisco à luz do Concílio Vaticano II e o CNLB – É a reflexão que Tânia Maria Couto Maia apresenta sobre a dimensão da formação do e no CNLB, retomando toda a ecclesologia do Papa Francisco “presente em suas Exortações, Encíclicas, Discursos, Assembleias, e em especial, a do Sínodo sobre a sinodalidade eclesial”. “Na exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* reforça o convite a uma ação pastoral integrada: “Constituamo-nos em estado permanente de Missão em todas as regiões da terra (EG 25)”.

Nessa perspectiva da Formação, são apresentados três depoimentos sobre a prática formativa desenvolvida pelo CNLB ao longo de sua história: você leitor/a, vai se encontrar com Marcia Signorelli, Wanda Conti e Célia Soares.

Em busca de águas mais profundas - Sobre a espiritualidade laical em celebração aos 50 anos do CNLB. Ceci M. C. Baptista Mariani faz a memória da Espiritualidade como o caminho do seguimento de Jesus. “Nestes 60 anos do Concílio Vaticano II e 50 anos do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), não devemos perder de vista que a compreensão de Igreja renovada pelo concílio supõe que cristãs e cristãos leigos busquem fundar sua atuação em uma espiritualidade madura e comprometida com o mundo. É importante lembrar que a vocação à santidade, enquanto vocação universal dos fiéis, segundo a *Lumen Gentium* (LG), deve ser exercida “segundo os próprios dons e cargos pelo caminho da fé viva” (LG, 41) e vivenciada pelos leigos e leigas principalmente no envolvimento com o mundo”.

A dimensão prática da Espiritualidade do e no Organismo é apresentada no depoimento de Wanda Conti.

O agir cristão na sociedade, é o texto com o qual Marilza José Lopes Schuina faz memória da atuação do CNLB e sua imersão na sociedade, desde a publicação da revista Participação, censurada pela ditadura militar, a parti-

cipação na Constituinte de 1988, os compromissos assumidos nos Encontros Nacionais do CNLB, a criação do CEFEP, a Lei da Ficha Limpa e o Encantar a Política.

Como memória e perspectiva, Elenise Mesquita oferece o texto **Fazer memória, voltar às fontes!** Uma reflexão sobre “**Uma possível conferência dos cristãos leigos e leigas**” (Dom Aloísio Cardeal Lorscheider/1995). Trata-se de uma breve pesquisa para recuperar essa memória e abrir caminhos para “...a Conferência Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas não é só possível, jurídica e teologicamente falando, mas é até desejável” (Subsídio para estudo/CNLB/Nov/2001).

Com este UM OLHAR, abrimos o caminho para recuperação da memória histórica do CNLB. Recomendamos uma segunda edição para reflexões complementares e publicação de documentos sobre este rico processo de oferecer aos cristãos leigos e leigas oportunidades de ampliar a consciência de ser “sujeito eclesial”.

Boa leitura a todos e todas, boa reflexão e aprofundamento. Feliz Memória!

Comissão de Assessoria
Permanente - CAP



Anamnese, memória e perspectiva: uma tríade da mesma unidade

Eva Aparecida Rezende de Moraes *

1. INTRODUÇÃO

Foi com profundo apreço e agradecimento o recebimento do convite para escrever este artigo. Ele é simples e direto, onde usei, em mais de uma vez, o pronome na primeira pessoa do singular – e peço desculpas por isto. Mas como falar da *memória* de uma Organização tão importante

como esta, sem se envolver?!? Porque, na verdade, quando tomamos *consciência* de que somos leigos(as) por vocação, que temos uma missão na Igreja e no mundo que nenhum outro membro batizado da Igreja poderá cumprir a não ser nós mesmos; quando descobrimos nossa *identidade* (os atuais diriam hoje nosso “DNA”), nossa essência

enquanto chamados desde o Batismo para uma atuação pessoal e comunitária que ninguém poderá fazer por nós – então, o envolvimento já está dado!

Foi esta identificação com o trabalho do CNLB – e em um momento muito importante de formação específico em minha vida – que me fez aceitar o convite

Tudo muda o tempo todo e o fluxo perpétuo (movimento constante) é a principal característica da natureza

para escrever essa partilha, no contexto da *memória* feita pelo CNLB desses seus 50 anos. Foram 50 anos bem vividos e que se entrelaçam com o presente, delineando o futuro! Comecei este artigo (desculpe mais uma vez o pronome na primeira pessoa do singular) com uma reflexão sobre o *tempo*, que, infelizmente, entendemos muitas vezes como linear e cronológico, e que, na opinião de muitos (mais sábios do que eu) não condiz com a *vivência* que temos dele; em seguida, partilho minha experiência próxima ao CNLB acontecida pelos anos 1990 e inícios de 2.000, através do *Conselho Diocesano de Leigos* de Volta Redonda/Barra do Piraí (Regional Leste 1) – momento do artigo em que, igualmente, partilho algumas publicações do CNLB na época, que eu percebia muito importantes no trabalho com a base do laicato nas Comunidades. E, como não poderia faltar,

sob minha ótica, partilho, desses Documentos (que tomei a liberdade de ilustrar com fotos) um pouco do histórico do CNLB – do seu surgimento até esse determinado momento histórico em que meus caminhos se cruzaram com o desse importante Organismo da Igreja do Brasil.

2. O tempo: passado, presente e futuro. Nesta ordem?

Em uma celebração de 50 anos – como a do CNLB e que posui como tema a questão da *memória* –, inevitavelmente nos perguntamos sobre o *tempo*. “O tempo: passado, presente e futuro – nesta ordem?”, é uma pergunta interessante. Principalmente, quando refletimos alguns que pensaram e pesquisaram sobre o *tempo*.

Um desses famosos pensadores é *Heráclito*, nascido na cidade de Éfeso, em 540 a.C. e falecido aos 70 anos de idade: segundo ele, o mundo e a natureza estão em constante movimento – tudo muda o tempo todo e o fluxo perpétuo (movimento constante) é a principal característica da natureza¹. E ele usa uma interessante metáfora para defender sua ideia: “uma mesma pessoa não pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois tanto ela quanto o rio já não são mais os mesmos no instante após

o primeiro banho” – tudo muda a todo instante: nada fica estático, tudo se move, tudo muda! Ele é considerado o ‘pai da *dialética*’, ao afirmar que “o mundo é um eterno devir”, porque há uma constante e imprevisível mudança, que caracteriza a natureza.

Para *Heráclito*, o princípio originário (*arché*) de todo o Universo era o *fogo*, por ser o elemento que permitia a constante mudança e agitação². Este ‘princípio originário’ de *Heráclito* – a saber, o *fogo* – nos faz lembrar de *Georges Henri Joseph Édouard Lemaître*: um padre (católico, portanto) e também astrônomo, cosmólogo, matemático e físico, nascido na Bélgica em 1894, e conhecido como o ‘pai da Teoria do Big Bang’, lançada por ele em 1927³. *Lemaître* foi o primeiro cosmólogo teórico a ser nomeado para o *Prêmio Nobel de Física* em 1954 por sua previsão do Universo em expansão; ele também foi nomeado para o *Prêmio Nobel de Química* de 1956, por sua ‘teoria do átomo primordial’, ou ‘teoria da origem do Universo’, ou ‘teoria do *Big Bang*’. A ‘teoria do Big Bang’ é, atualmente, a teoria científica mais confiável sobre as origens do cosmos: segundo ela, nosso Universo se originou há aproximadamente 13,8 bilhões de anos, a partir de um estado extre-

mamente quente e denso, e vem se expandindo de forma praticamente contínua⁴. Ao longo do século XX, uma série de observações experimentais gradualmente minou os modelos de um Universo estacionário, imutável no espaço e no tempo, que era comum até então. *Lemaître* propôs, e as provas científicas posteriores a ele o confirmaram: as medições realizadas pelo astrônomo *Edwin Hubble* na década de 1920, a descoberta da radiação cósmica de fundo (um tipo de ‘eco’ hoje presente do Big Bang passado e que ainda permeia todo o Universo, observada acidentalmente pela primeira vez em 1965 por *Arno Penzias* e *Robert Wilson*) e as recentes observações feitas por várias sondas espaciais (incluindo o satélite *Planck*, da Agência Espacial Europeia). Essa ‘expansão’ de uma partícula extremamente densa e quente é comumente chamada de ‘explosão’, nos lembrando da inspiração de *Heráclito*, que via o ‘fogo’ como o princípio originário de todo o Universo!

Como vimos acima, além do ‘fogo’, *Heráclito* se inspirou no ‘rio’ – e, ao que parece, o rio também inspirou nosso famoso indígena ativista ambiental e escritor *Ailton Krenak* – que ocupa a cadeira de número 5 da nossa *Academia Brasileira de Letras*⁵. Em seu mais recente livro – “Futuro Ancestral” –, são

os rios que lhe sugerem que ‘o futuro é ancestral’⁶: “os rios, esses seres que sempre habitaram os mundos em diferentes formas, são quem me sugerem que, se há um futuro a ser cogitado, esse futuro é ancestral, porque já estava aqui”. Realmente: as águas dos rios estão na Terra desde tempos ancestrais – a água faz um movimento contínuo através do meio físico e dos seres vivos do ecossistema (o chamado ‘princípio do ciclo hidrológico’). Ou seja: na perspectiva do rio, o futuro é o que já existiu e o que está aqui, transmutado: as águas são as mesmas – as águas evaporam, condensam, caem em forma de chuva, infiltram na terra, escoam e, aí, evaporam, condensam..., enfim: o rio é passado, presente e futuro – ao mesmo tempo!

Alguns(mas) leitores(as) poderão não se identificar com *Heráclito*, nem com os cientistas da ‘teoria do Big Bang’, nem com nosso indígena *Krenak*, ou com a perspectiva dos rios do nosso planeta Terra: são os *saudosistas* (aqueles que amam exageradamente o passado e só se identificam com ele), os *nostálgicos* (aqueles, mais amenos, que sentem saudade do passado devido a boas lembranças, defendendo a opinião de que ‘antes, tudo era mais simples’), os *negacionistas* (quanto à ciência e seus produtos), os *imediatistas* (que

só valorizam o aqui e o agora), como, também, os *futuristas* (se preocupam tanto com o futuro, que se esquecem de viver o presente). Talvez esses(as) leitores(as) se identifiquem mais com *Parmênides*, nascido em Eléia, a 515 a.C., região da Magna Grécia (hoje sul da Itália), que defendeu uma tese completamente oposta a *Heráclito*: ele fixou as suas teorias no ‘imobilismo’ (onde está a essência) e defendeu que não há mudança, visto que a mudança é fruto do engano dos sentidos⁷. Sua teoria se assenta sobre uma unidade que sustentaria toda a Criação: para esse filósofo, havia uma espécie de ‘organização racional’ no Universo, que era infinita, una, indivisível, imutável e imóvel... O(a) leitor(a), neste ponto, deve estar se lembrando de algo próximo a esta filosofia: a ‘teoria do imobilismo universal’ (iniciada por *Xenófanes* e aperfeiçoada por *Parmênides*) que foi, em grande medida, utilizada pelo Cristianismo para justificar a ideia de um Deus único, eterno e imutável!

3. Anamnese: a revolução provocada pela memória!

E, por falar em Cristianismo, é impossível não nos reportarmos a Jesus e sua ordem peremptória, já próximo à Sua paixão (= entrega), como consta no relato de 1 Cor 11,25: “Fazei isto



Deus interveio na história passada, age no presente histórico e agirá no futuro vindouro!

em minha memória” (*toûto poeite eis ten emèn anámnesin*) – ou, em outras palavras, fazer *anamnese*⁸! Como Jesus histórico era um legítimo judeu (não negou a Tradição recebida dos antepassados) e como estamos defendendo aqui a tese de que passado, presente e futuro nem sempre caminham nesta ordem cronológica, iniciamos esse ponto de nossa reflexão recordando a *teologia anamnética*, que tem, primeiramente e como pano de fundo, o mundo bíblico-judaico do Antigo Testamento.

O vocábulo hebraico veterotestamentário *zikkaron*, da raiz *zkr*, significa ‘recordação, memorial’ (as formas da raiz hebraica *zkr* ocorrem cerca de 230 vezes, o que indica sua importância), e que, no Novo Testamento, é traduzido pela palavra grega *anámnesis*, usada em contextos cúlticos e litúrgicos (Lc 22,19; 1 Cor 11,24-25 e Hb 10,3)⁹. A *memória* (= *zikkaron*) é uma das bases da teologia do povo eleito e está associada à História da Salvação: Deus se revela na história salvando-a – para o Povo de Israel, “fazer memória” (*zikkaron*) era reconhecer a ação de

Deus que caminha com seu Povo e a Sua ação salvadora. Ao realizar o memorial, os israelitas reviviam, antes de tudo, o Êxodo, como também: a vocação de Abraão, o sacrifício de Isaac, a aliança do Sinai e as numerosas intervenções de Deus em defesa do Seu povo ao longo de toda a sua história. As inúmeras e belíssimas *festas* de Israel também enfatizam a *memória*: como as do purim (Est 9,28), dos taberláculos (Lv 23,33s) e, de maneira densa, da Páscoa anual. Os eventos do passado não podiam ser ‘revividos’, mas o rito *redirecionava* aquela realidade vivida no passado, *presentificando a eficácia salvífica do evento fundador*, por mediação do sinal profético: os eventos do passado são únicos, mas, pelo sinal profético, eles não se detêm no passado – pelo rito, acontece a *correspondência*. O *zikkaron*, no Antigo Testamento, não é, portanto, uma mera recordação, mas um meio, através do culto, de *atualizar o acontecimento salvífico ocorrido no passado*: Deus interveio na história passada, age no presente histórico e agirá no futuro vindouro!

Os discípulos de Jesus – herdeiros do *zikkaron* judaico e fiéis

ao mandato de seu Mestre –, pregam e mostram sinais da *anamnese* ordenada por Ele. O culto cristão assume, do judaísmo veterotestamentário, a compreensão do memorial como recordação do evento salvífico: como, para os judeus, o *zikkaron* presentifica as maravilhas de Deus no êxodo e na refeição pascal (= *Pessach*), assim também, para os cristãos, a Eucaristia é ‘memorial’ – *zikkaron* –, recordando e atualizando sacramentalmente a paixão, morte e ressurreição do Senhor Jesus¹⁰! Portanto, o culto cristão compreende o Mistério Pascal como sendo a maior, definitiva e perene ação salvadora de Jesus, que nos deu, na sua última Ceia pascal com seus amigos, o mandato: “Fazei isto em minha memória” (Lc 22,19; 1Cor 11, 24). O mandato de Jesus de fazer memória (= *anamnese*) adota o sentido pleno do termo *zikkaron*: o mandato foi feito, exatamente, quando Jesus estava reunido com os seus para celebrar a *Pessach* judaica! Portanto, é na *teologia do zikkaron veterotestamentário* que se deve buscar o sentido do memorial de Jesus: “Fazei isto em memória de mim”! Ao inseri-lo, Jesus

transforma o memorial, levando-o à plenificação!

Na teologia veterotestamentária, encontra-se, consequentemente, uma relação com o passado, mas, também, *uma relação com o futuro*: a ceia de Israel, na véspera da saída do Egito, se concatena com a última ceia de Jesus com os seus; igualmente, a passagem do povo liberto pelo Mar Vermelho se conecta com a Ressurreição de Jesus, que passou da morte para a Vida Plena! Por sua vez, a Ceia de Jesus com os seus – onde Ele dá a ordem de fazermos *memória* –, que acontecia naquele momento presente, se conectava com o passado de Israel (se reuniram para celebrar a *Pessach*), mas se abria também para o *futuro imediato* (com a Sua morte de cruz e Ressurreição), se faz presente em nosso hoje (quando repetimos o Seu gesto fazendo *anamnese*), e se abre para o *futuro longínquo* (o da dimensão escatológica do que virá). Não são, portanto, “várias Páscoas” – a do passado (de Israel, ao sair do Egito e a de Jesus na última Ceia), a do presente (a eclesial, da Igreja, dos seguidores do Jesus histórico) e a do futuro (a escatológica, definitiva, das núpcias com o Cordeiro – Ap 19,7-9): é *uma única Páscoa* vivida em etapas!

E essas etapas não são etapas estanques: são interligadas, conec-

tadas, devido à ação do Espírito, que perfaz todo este caminho! É o *mesmo* Espírito em todo o tempo: a *Ruah* que pairava sobre as águas na Criação, o que atuou sobre o povo de Israel no passado (inspirando profetas, capacitando líderes, manifestando-Se através de sonhos, visões e sinais, na doação de dons, convertendo corações...); é o *mesmo* Espírito que veio sobre Jesus em Seu batismo e O sustentou em todos os momentos e que Jesus entrega ao Pai no momento de Sua morte (Lc 23,46); é o *mesmo* Espírito que, após a Ressurreição de Jesus, desceu sobre os Apóstolos em Pentecostes e os capacitou para o ministério; e é o *mesmo* Espírito que, com o Ressuscitado, guia a Igreja no presente e Se manifestará na escatologia final (que o Livro do Apocalipse profetiza através de imagens) – o Espírito de Amor do Pai a Jesus, de Amor de Jesus ao Pai e de Amor da Trindade conosco!

4. *Anamnese*: os 50 anos de organização do laicato no Brasil

Nesta parte da *memória*, peço, humildemente, licença, para usar o pronome na primeira pessoa do singular. Minha experiência com o *Conselho de Leigos* nasceu através da saudosa *Conceição Cabral*, em Volta Redonda, na década de 1990. O CNLB já fazia publicações importantes desde 1992, pre-



parando para a ‘Celebração do Dia do Leigo’ (Dia da Festa de Cristo Rei), através de Subsídios com três Encontros preparatórios para a Celebração, e um Roteiro para a mesma; nesta época, o CNLB era chamado de **CNL – Conselho Nacional dos Leigos**).

A publicação de 1995¹¹ foi um trabalho de muitas mãos: o Regional do Sul 3 (RS) ajudou no texto, a redação final ficou com a Comissão Executiva, Daniel de Vacaria (RS) fez a capa e o cartaz, o Regional Centro-Oeste (GO) fez a ‘Oração do Dia do Leigo’; essa publicação trabalhava também a *memória* do CNLB, ao apresentar um *histórico* bem delineado (que, aqui, para melhor visualização, apresento em forma de Timeline)¹²:

Década de 1960

Extinção da **Ação Católica**: ela foi um espaço concreto e significativo no processo de organização dos leigos no Brasil. Sua extinção criou um vazio.

1976

Nasce o **CNL**: uma grande Assembleia de Movimentos e Associações aprovou os estatutos e elegeu a direção. A Presidência ficou a cargo de *Hélio Amorim*, representante do Movimento Familiar Cristão (MFC). As principais dificuldades nesta primeira etapa foram: a repressão sistemática aos cristãos mais engajados no mundo, a censura na comunicação, as divergências de ordem política e ideológica, a falta de recursos financeiros e a estrutura pesada e inoperante do próprio CNL.

1981

O CNL retoma a sua caminhada: houve a busca de outras instâncias de representatividade, além dos Movimentos e Associações – as Pastorais específicas foram se incorporando ao CNL e, a partir daí, mesmo com dificuldades, o CNL se faz presente nas Assembleias dos Bispos e nas reuniões do CEP.

1984

O CNL faz um enorme esforço para visitar todos os Regionais da CNBB a fim de articular e organizar os leigos nas bases.

1987

Em outubro, acontece o *Sínodo dos Bispos sobre os Leigos* – o que deu enorme impulso à organização e articulação ao CNL. De 05 a 07 de agosto, acontece o **1º Encontro Nacional de Leigos** em Mariópolis (SP), com a participação de 500 leigos de todo o Brasil – cujas conclusões foram levadas a Roma por Dom *Luciano Mendes*, então Presidente da CNBB.

1988

O CNL fez uma revisão dos seus Estatutos e um novo Estatuto foi aprovado em sua *VII Assembleia Geral*, que determinou: a Comissão Executiva (com sete membros), o Conselho de Representantes (com 16 membros) e o Conselho Fiscal (com três membros) – todos eleitos em *Assembleia Geral* (órgão máximo, que acontece anualmente, da qual participam participantes dos CRLs, Movimentos, Pastorais e Associações, além de convidados).

1989

Na *VIII Assembleia Geral*, a Comissão do CNL começa a pensar na *formação*. A *Comissão de Formação* formada, auxiliada pelo Ibrades do Rio de Janeiro, organizaram dois cursos nacionais e vários cursos regionais e chegou-se à conclusão de que a formação do CNL deveria visar a articulação e a organização dos leigos.

1991

A *X Assembleia Geral* escolheu o dia da Festa de Cristo Rei como ‘o Dia do Leigo’, com os seguintes objetivos: recuperar a *memória* e a importância da *Ação Católica*; incentivar grupos, CDLs e CRLs a refletirem a identidade e a missão dos leigos; realizar uma coleta nas Comunidades, Paróquias e Dioceses. Também foi o ano em que se realizou a *1ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus*, da qual o CNL participou da organização, realização e coordenação e convocou 200 leigos.

1992

De 1992 até 1995, foram realizados onze Encontros inter-regionais de formação, com metodologia participativa.

1993

Realização do **2º Encontro Nacional de Leigos**, na cidade de Lins (SP), de 10 a 13 de junho, com o tema “Os cristãos e os desafios do Brasil: presença e compromisso”. Participaram 500 leigos de todo o Brasil. Foram assumidos os seguintes compromissos: participar da *Campanha de Combate à miséria e pela Vida*; participar dos debates da revisão constitucional em defesa das conquistas sociais; lutar pela implementação da Reforma Agrária e uma política agrícola adequada e justa; engajar-se ativamente na promoção das **Semanas Sociais** em plano regional e nacional.

- Também foi o ano da realização da *2ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus*, com o objetivo de adequar a atuação de cada Organismo à luz de *Santo Domingo*; nessa 2ª Assembleia, o CNL também teve uma participação significativa na organização e coordenação da mesma e na convocação dos leigos.

Em 1997, eu já estava cursando o Mestrado em Teologia na PUC-Rio, com especialização em Eclesiologia e, na época, minha intenção era a de refletir sobre o ecumenismo. Participando do Conselho de Leigos Diocesano de Volta Redonda, fui indicada para trabalhar com a Equipe de Formação do Conselho de Leigos do Leste 1 e, em seguida, comecei também a participar da Equipe de Formação

do Conselho de Leigos Nacional, onde aprendi muito e partilhei minhas experiências de reflexão e prática junto ao laicato. Nesta época, tínhamos uma maior proximidade nos trabalhos com *Antônio Mota* (que era do Leste 1), que deixou em mim ternas lembranças e muito aprendizado! Nessas inúmeras ocasiões, de contato muito próximo com os irmãos leigos e as irmãs leigas de vários Regionais e

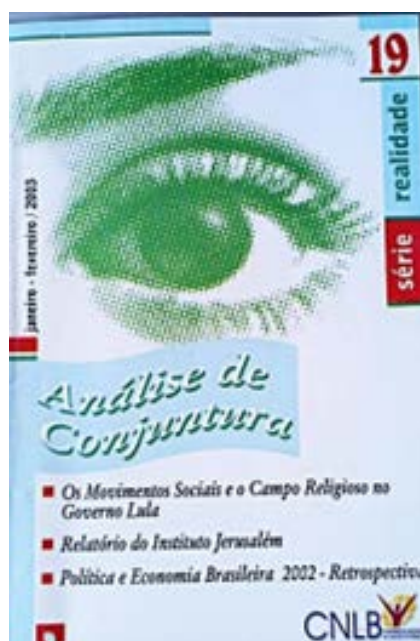
Dioceses, fui percebendo o quanto nós, leigos e leigas, carecemos de uma fundamentação teológica, pastoral – e, até mesmo, histórica – de quem somos *nós*, de nossa identidade e de nossa vocação!

Assim, impressionada com a realidade vivida por muitos irmãos leigos e irmãs leigas através do contato e do trabalho com o Conselho Diocesano de Leigos da Diocese de Volta Redonda/Barra do Pirai e

com o Conselho de Leigos do Leste 1 e do Conselho Nacional à época, me veio a inspiração de mudar a temática da pesquisa de Mestrado: a Tese foi concluída em 1999, com o título: “Um líquido precioso em vasos de barro: a Trindade presente na Igreja”¹³, defendendo ‘uma eclesiologia que fundamente modelos eclesiais que proclamem, assegurem e valorizem a presença, a vocação, a identidade, a participação, a missão e os ministérios de todos os membros da Igreja, principalmente do laicato’; inclusive, ela abre com uma dedicatória: ‘A todos os irmãos leigos e a todas as irmãs leigas, representados pelo Conselho Nacional de Leigos do Brasil’.

Este foi, igualmente, um período de produções muito interessantes do CNLB (o fim da década de 1990 e a primeira década de 2.000). Lembraremos algumas a seguir.

Uma das principais, que trabalhamos muito à época, foi a “Análise de Conjuntura – Série Realidade”, que teve seu primeiro número em janeiro-fevereiro do ano 2.000, com o objetivo de “subsidiar a ação educativa e a prática pastoral, fornecendo elementos que possibilitem visão atualizada e renovação permanente de projetos e iniciativas, tendo em vista a in-



serção social”¹⁴. À época, o CNLB assumia o nome de **Conferência Nacional do Laicato do Brasil**, tinha a Sede Nacional em Goiânia (GO) e a Equipe Nacional era formada por: Wolmir Therezio Amado (Presidente), Antônio Mota (Vice-Presidente), José Francisco de Medeiros (Secretário-Geral), Maria Telma Queiroz Brito (Secretária-Adjunta), Silvestre dos Santos Lima (Tesoureiro-Geral) e Maria da Conceição Formiga (Tesoureira-Adjunta).

Ainda no ano 2.000, foi preparado um ‘Caderno de Subsídios e um Roteiro de Celebração’, que circulou por todo o Brasil e foi estudado por muitos leigos e leigas, preparando o ‘Dia Nacional dos Leigos e Leigas’ (que foi celebrado

em 26 de novembro daquele ano) e o ‘I Encontro Nacional dos Movimentos Eclesiais’¹⁵. Este subsídio foi elaborado pelo Leste 1 à época e apresenta fundamentações teológicas bem trabalhadas sobre o ser e o agir do(a) cristão(a) leigo(a), seguindo o método ‘Ver – Julgar – Agir’ utilizado em vários Documentos da Igreja. À época dessa publicação, a Equipe Nacional era composta por: Wolmir Therezio Amado (Presidente), José Francisco de Medeiros (Vice-Presidente), Tânia Maria Couto Maia (Secretária), Antônio Carlos M. Gomes (Secretário-Adjunta), Celso Paulo da Costa (Tesoureiro). Nosso representante do Leste 1 continuava sendo Antônio Mota. Por essa época, o CNLB assumia o nome de **CNL – Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil**:



Essa publicação também fez memória e apresentou o **histórico** do CNL, que, aqui, apresento um resumo uma timeline (para

melhor visualização), continuando a partir de 1996 (visto que, acima, foi apresentado o histórico desde a criação do CNLB até 1995)¹⁶:

PRESIDÊNCIA DO CNL	
PRESIDENTE	Wolmir Therezio Amado
VICE-PRESIDENTE	José Francisco de Medeiros
SECRETARIA	Tânia Maria Couto Maia
SECRETARIO ADJUNTO	Antônio Carlos M. Gomes
TESOUREIRO	Celso Paulo da Costa
COLEGIADO DE REPRESENTANTES	
Alde de Araújo Fernandes	Norte III
Antônio Mota	Leste I
Benedito Lemes Borges Filho	Centro-Oeste
Carlos Francisco Signorilli	Sul I
Elmir Pereira Sáes	Nordeste I
Evany Prestes dos Santos	Sul III
Jose Garibaldi Porto	Nordeste II
Luizelino Bernardi	Oeste I
Luís Roberto de Souza	Oeste II
Maria das Graças G. F. de Souza	Nordeste IV
Marino Galvão	Sul II
Maristela Barbosa Fernandes	Norte II
Silvestre dos Santos Lima	Norte I
Sofia Rocha S. Cardoso	Nordeste III
Zelmarino Esteves	Leste II
Zenair de Sá Uchida	Nordeste V

1996

De 06 a 09 de junho, aconteceu o **3º Encontro Nacional de Leigos** em Goiânia (GO), com o tema: “Cidadania: construção e compromisso do cristão”. Houve encontros regionais preparatórios (só participou do nacional quem participou nas bases).

1997

De 29 de maio a 1º de junho, aconteceram, em São Paulo, simultaneamente: a **XVI Assembleia Geral ordinária** e a **Assembleia Geral Extraordinária**, com o intuito de deliberar a reforma do Estatuto. O CNL passa a ser o **Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil**.

1998

De 11 a 14 de junho, em São Paulo, aconteceu a **XVII Assembleia Geral do CNL**, para: adaptação das mudanças em seus órgãos de direção (conforme o novo Estatuto à época); eleição da nova Presidência do CNL; determinação da sede do CNL em Goiânia (GO).

- De 09 a 12 de outubro, realizou-se em São Paulo a **4ª Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus**, onde o CNL enviou emendas e sugestões na apreciação do Documento de Estudo de número 77 da CNBB.

1999

De 03 a 06 de junho, aconteceram: a **XVIII Assembleia Geral** do CNL em Belo Horizonte (MG), e a **Assembleia Extraordinária**, que decidiu sobre a forma de organização do CNL: Conselho ou Conferência.

2000

De 22 a 25 de junho, realizou-se, em Vitória (ES), a **XIX Assembleia Geral Ordinária** do CNL, tendo como tema central o aprofundamento das reflexões sobre a Organização dos leigos e leigas católicos do Brasil na modalidade **Conferência**.

2001

Realização da **1ª Conferência Nacional dos Leigos**, na Festa de Cristo Rei, em Fortaleza (CE), onde nasceu a ideia da Conferência.

Nos inícios dos anos 2.000, além dessas publicações (que, aqui, infelizmente, só citamos alguns poucos dos muitos exemplares), o CNLB também publicava¹⁷: (i) *Série Informativos* (o primeiro publicado em 1983 e, o último, em 1988 – uma fonte histórica preciosa da caminhada do CNL daquele período); (ii) *Série Bilhetes do CNL* (ao todo, publicados 46 bilhetes, e têm esse nome por serem ricos de informações do cotidiano da caminhada feita pelo Organismo); (iii) *Coleção cadernos do CNL* (foram publicados quatro números desses valiosos subsídios com debates dos mais diversos temas e questões que desafiam os cristãos leigos na Igreja e na sociedade); (iv) *Série Dia do Leigo* (uma cartilha de oração e reflexão para a ocasião do ‘Dia Nacional dos Leigos e Leigas – Festa do Cristo Rei’); (v) *Série Cadernos* (o primeiro número saiu em agosto de 1998: são reflexões, debates, análises de conjuntura, relatórios, documentos, subsídios de estudos, programação de atividades, entre outros informativos); (vi) *Série Processos* (socializam informações internas à direção do CNL ou que registram solicitações de ajuda de custos ou que partilham experiências valorosas que estivessem em andamento; foi iniciada em agos-



to de 1998); (vii) *Série Cartas* (reflexões mais curtas, informes da Presidência, partilha ampliada de experiências da caminhada, entre outros informes); (viii) *Série Realidade* (visa subsidiar a ação educativa e a prática pastoral, possibilitando uma visão de conjuntura sociopolítica e econômica mundial e nacional); (ix) *Série Histórica* (busca recuperar, manter e socializar a memória do CNL, partilhando documentos históricos que foram marcantes na trajetória do CNL); (x) *Jornal Terceira Hora* (um órgão de comunicação mensal e de

âmbito nacional, publicado pelo CNL e pelo Setor Leigos da CNBB, com informações, entrevistas, fotos, relatos da caminhada, comentários, cartas, mensagens, agendas, programações, orações, troca de opiniões, etc).

5. Conclusão: Fazer memória para entender o presente e construir o futuro

Estamos vivendo a celebração dos 50 anos do CNLB e em uma feliz coincidência com o *ano jubilar*, proclamado pelo nosso já saudoso Papa Francisco. Pela Tradição

da Igreja, um *ano jubilar* é também conhecido como *Ano Santo*. A Tradição do *ano jubilar* é citada desde o Antigo Testamento (cf. Lv 25,8-13): a celebração implicava o perdão das dívidas, a libertação dos escravos e o repouso da terra, e era celebrado como ‘o ano da redenção’; o Novo Testamento apresenta Jesus Cristo como o *cumprimento do antigo jubileu*, pois Ele veio para “proclamar a redenção aos cativos e a vista aos cegos, a restituir a liberdade aos oprimidos, a proclamar o ano da graça do Senhor” (Le 4,18-19; cf. Is 61,1-2)¹⁸. O primeiro jubileu da Igreja Católica foi proclamado pelo Papa Bonifácio VIII, no ano de 1300 e, na ocasião, ele determinou que essa iniciativa se repetiria a cada 100 anos; posteriormente, no século XIV, o Papa Clemente VI reduziu o intervalo para 50 anos e, a partir de 1470, o Papa Paulo II estabeleceu a celebração do Jubileu a cada 25 anos. O Jubileu de 2025 proclamado pelo Papa Francisco tem como lema: ‘*Peregrinos da Esperança*’, através da Bula *Spes non confudit* (‘A Esperança não engana’).

Interessante essa feliz coincidência: o tema desse Jubileu (‘Peregrinos da Esperança’) com a *anamnese* proposta pelo CNLB: é na *esperança* que somos convidados a fazer essa *memória* dessa lon-

ga caminhada de 50 anos de vida e trabalho dessa Organização. Não foi apresentada aqui uma explanação extensa de toda essa caminhada – o que, aliás, não nos caberia. Enfatizamos, portanto, um período no qual estive bem mais próxima dessa Organização e vivi momentos muitos intensos de partilha, conhecimento e crescimento: a segunda metade da década de 1990 e os inícios dos anos 2.000. Na verdade, minha proximidade continuou por mais um pouco de tempo adiante com o Conselho Diocesano de Leigos da Diocese de Volta Redonda/Piraí, mas, a partir de 2006-2007, a minha vinda para a cidade do Rio de Janeiro e o comprometimento com outras frentes de trabalho, me distanciaram um pouco da Organização.

É em um momento como este – em que termino este simples artigo – que percebo como o *tempo*, na *anamnese*, nem sempre segue a linha cronológica: porque, olhando e recordando esse profundo passado vivido junto à Organização do Laicato – do Leste 1 principalmente e, depois, com o Conselho Nacional, principalmente na área da formação, onde busquei, humildemente, partilhar o pouco conhecimento que tinha e busquei aprender (e aprendi

muito) com toda a Equipe –, que percebo que este passado não ficou “lá atrás”: ele está aqui, agora, no presente, comigo! Caminha comigo e complementa o leque de experiências junto aos leigos que vivenciei. Bebi da fonte e ela continua a jorrar no presente dentro de mim, e continuará sendo futuro agora, enquanto escrevo este artigo e que permanecerá para quem o ler! Encerro essa partilha, recordando ao CNLB o *zikkaron* do Antigo Testamento e a *anamnese* de Jesus Cristo: que o CNLB não faça, portanto, uma mera recordação de sua caminhada de 50 anos, mas que a Celebração, hoje, atualize os acontecimentos ocorridos no passado em perspectiva de futuro!

Professora de Matemática da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Professora e Supervisora da Disciplina de Ética Socioambiental e Direitos Humanos da Cultura Religiosa do Departamento de Teologia da PUC-Rio desde a criação da mesma no ano de 2017.

Para refletir:

Como o CNLB pode atualizar os acontecimentos de sua história de 50 anos, tendo em vista o futuro?

Para aprofundar (Bibliografia):

“Análise de Conjuntura”. Série Realidade. CNLB – Conferência Nacional do Laicato do Brasil. Vol. 19, janeiro-fevereiro/2003.

CAPANEMA, Carolina M. “Krenak, o rio e o tempo: natureza como inspiração teórica para a história e para a vida”. Viçosa. 2023. Disponível em: <https://emtudovejonatureza.wixsite.com/inicio/post/krenak-o-rio-e-o-tempo-natureza-como-inspira%C3%A7%C3%A3o-te%C3%B3rica-para-a-hist%C3%B3ria-e-para-a-vida>.

CIPOLLINI, Dom Pedro Carlos. “Jubileu e Ano Santo”. CNBB. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/jubileu-e-ano-santo/>. Publicado em: 16/01/2025.

“Diretório da Conferência Nacional do Laicato do Brasil”. CNLB – Conferência Nacional do Laicato do Brasil. 2002-2003.

“Festa do Cristo Rei – Dia do Leigo”. Subsídios. CNL – Conselho Nacional de Leigos. São Paulo: Nuestra America Editora e Vídeo. 26 de novembro de 1995.

“Georges Lemaître”. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges_Lema%C3%AEtre. “Muitos Carismas: uma única missão”. 26/novembro/2000. Dia Nacional dos leigos e Leigas / I Encontro Nacional dos Movimentos Eclesiais. CNL – Conselho Nacional dos Leigos e Leigas Católicos do Brasil. São Paulo: Editora Paulus, 2.000.

“O Big Bang e o Universo”. Instituto Nacional de Física Nuclear. Disponível em: <https://www.infn.it/en/physics/physics-of-the-universe/the-big-bang-and-the-universe/>.

PAULA, Eva Aparecida Rezende de Moraes e. “Um líquido precioso em vaso de barro: a Trindade presente na Igreja. Tese de Mestrado. Departamento de Teologia da PUC-Rio. 23 de julho de 1999. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/teses/1999-PAULA_E_A_R_M.pdf.

PINCER, Pedro. “Ailton Krenak é o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras”. Rádio Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/09/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-eleito-para-a-academia-brasileira-de-letas>. Publicado em 09/10/2023.

PORFÍRIO, Francisco. “Heráclito”. UOL. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/heraclito.htm>.

PORFÍRIO, Francisco. “Parmênides”. UOL. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/parmenides.htm>.

SILVA, Vanderson de Sousa. “Teologia da Anamnese: aspectos bíblicos e teológicos”. Revista Teocomunicação. Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 269-284, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/14428/14503>. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-6736.2015.3.14428>.



Memória agradecida: 50 anos de esperança viva e ativa

Laudelino Augusto dos
Santos Azevedo *

Concluindo os três anos celebrativos e preparatórios para o Jubileu 50 anos do CNLB, buscamos refletir, atualizar, rememorar, reaprender, celebrar a MEMÓRIA teológica, pastoral, litúrgica, histórica da criação e dos primeiros anos do Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB.

Após contemplarmos os 50 anos à luz da PROFECIA e do TESTEMUNHO, culminamos fazendo MEMÓRIA de processos eclesiais, contexto histórico, reuniões, encontros, assembleias, ações sociais, manifestações, entidades laicais e pessoas que fizeram e fazem parte ativa da construção, crescimento, fidelidade e perseverança deste Organismo do Povo de Deus no Brasil. Como tão bem ilumina o texto escolhido para a Iluminação Bíblica para estes anos: “Trabalhamos e lutamos porque depositamos nossa esperança no Deus vivo!” (1Tm 4,10). Cristãos leigos e leigas, em unidade e comunhão com toda a Igreja através do CNLB, somos “peregrinos da esperança”!

O Papa Francisco, na Exortação Apostólica “Gaudete et Exsultate”, sobre o chamado à santidade no mundo atual, afirma: “A oração, precisamente porque se alimenta do dom de Deus que se derrama na nossa vida, deveria ser sempre rica de memória. A memória das obras de Deus está na base da experiência da aliança entre Deus e o seu povo. Se Deus quis entrar na história, a oração é tecida de recordações: não só da recordação da Palavra revelada, mas também da vida própria, da vida dos outros, do que o Senhor fez na sua Igreja. É a memória agradecida de que fala Santo Inácio de Loyola, quando nos pede para trazer à memória todos os benefícios que recebemos do Senhor. Contempla a tua história quando rezas e, nela, encontrarás tanta misericórdia”. (GeE, n.153).

Com esta motivação, queremos fazer “memória agradecida” da criação e dos primeiros anos do CNLB, celebrando os 50 anos de presença e atuação na Igreja e na Sociedade. O então CNL – Conselho Nacional de Leigos, nasce da fecundidade do Concílio Ecumênico Vaticano II, sendo que este é resultado de um processo que já contava com um laicato que buscava sua iden-

tidade eclesial. Muitos cristãos leigos e leigas participavam nas Irmandades, Confrarias, Ordens Seculares, Associações, atuando numa dimensão mais espiritual, eclesial e de assistência. Os Movimentos Bíblico e Litúrgico pré-conciliares, a dimensão social da Igreja, especialmente após as Encíclicas Sociais de Leão XIII, Pio XI, João XXIII e Paulo VI, mostraram a necessidade de uma presença mais incisiva da Igreja nas realidades do mundo e incentivavam especialmente os cristãos leigos e leigas a atuarem no âmbito da sociedade. Nesta dinâmica, destacamos a criação da Confederação das Associações Católicas e do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro, Capital Federal na época e a Ação Católica Brasileira, oficializada em 1935. Já, em 1946, Pio XII afirmava: “Os fiéis leigos estão na linha mais avançada da vida da Igreja: por eles, a Igreja é o princípio vital da sociedade. Por isso, eles, sobretudo, devem ter uma consciência cada vez mais clara, não somente de que pertencem à Igreja, mas de que são Igreja, isto é, comunidade dos fiéis na terra sob a direção do chefe comum, o Papa, e dos bispos em comunhão com ele. Eles são Igreja” (AAS 38).

Presença viva da Ação Católica

Como podemos confirmar no resumo histórico sobre “a presença e organização dos cristãos leigos e leigas no Brasil”, constante no Documento 105 da CNBB (itens 201 e seguintes), “articulada em âmbito nacional, a Ação Católica teve presença significativa na realidade eclesial e social daquele período. (...) Na Ação Católica foram se definindo as relações da Igreja com o mundo em bases renovadas, numa superação dos esquemas da antiga cristandade. Também foram se delineando os traços da teologia do laicato e, por conseguinte, o estatuto próprio do leigo na Igreja como iria aparecer mais tarde”.

O Documento 54 da CNBB – Diretrizes Gerais (1995-1998) traz um histórico do Planejamento Pastoral da Igreja no Brasil em que constata: “A Ação Católica, principalmente em sua fase especializada, caracterizada por forte espírito missionário, foi uma valiosa experiência de presença organizada do testemunho cristão nos vários campos da sociedade, sobretudo no mundo operário, estudantil e agrário. A sua metodologia característica do ‘ver-julgar-agir’ passa a pastoral até os dias atuais.



Igualmente, o seu pioneirismo na formação de lideranças deu frutos que ainda hoje são identificáveis em diversos campos da vida nacional”. Vale lembrar, a “Ação Católica Especializada (ACE): Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC) e Ação Católica Operária (ACO), que se transformou em Movimento de Trabalhadores Cristãos (MTC)”.

O Pe. José Ernanne Pinheiro, que foi assessor da Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato durante muitos anos, em um artigo publicado em 1986, dá o seguinte testemunho: “Durante toda a década de 50, acompanhamos o desabrochar de um laicato consistente, sólido na formação cristã, com espírito missionário nos seus respectivos meios sociais”. E,

completa: “Os bispos brasileiros levaram a Roma, em 1962 (Concílio Ecumênico Vaticano II), uma vivência de apostolado leigo de intensidade nunca antes existente”.

Concílio Ecumênico Vaticano II: Igreja, Povo de Deus

Veio a realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 a 1965) e à sua luz “retomamos a teologia da Igreja como comunhão na diversidade, povo santo de Deus, peregrino e evangelizador, corpo de Cristo presente e atuante na história dos seres humanos, templo do Espírito Santo” (cf. CNBB 105, n. 92). “O Plano Pastoral de Conjunto (PPC) para 1966-1970 possibilitou a aplicação articulada de toda a riqueza do Concílio, por parte da Igreja no Brasil. O seu objetivo, aliás, era expressamente: ‘criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível,

à imagem de Igreja do Vaticano II” (CNBB 54, n. 36). A partir daí nossos bispos buscaram a participação, não só na execução, mas também na elaboração dos Planos e atividades, de representantes de todas as vocações e ministérios, ou seja, dos cristãos bispos, presbíteros, religiosos, religiosas e cristãos leigos e leigas. (Ainda não havia sido restaurado o Diaconato Permanente). A Igreja no Brasil já contava com a CNBB, fundada em 1952, que reunia os bispos em sua colegialidade e com a CRB – Conferência dos Religiosos do Brasil, fundada em 1954. Também a CNC – Comissão Nacional do Clero que, após a restauração do Diaconato Permanente, tornou-se Comissão Nacional de Presbíteros – CNP; e a Comissão Nacional de Diáconos – CND, em 1981, após um tempo de consolidação. Em 1971, foi criada a

O seu pioneirismo na formação de lideranças deu frutos que ainda hoje são identificáveis em diversos campos da vida nacional

Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB.

Ora, sentia-se a necessidade de um Organismo que representasse os cristãos leigos e leigas. Apesar de todo o vigor e crescimento em que se encontrava até o início do Concílio, o laicato passou por uma crise séria nesta época. Além das consequências da renovação conciliar, em 1964, com o golpe cívico-militar, houve perseguições, mortos e desaparecidos, atingindo vários membros da Ação Católica e de outros movimentos e organizações laicais. Houve a extinção da Ação Católica por razões internas e externas, mas muitos membros perseveraram na Renovação Cristã do Brasil – RCB, Movimento dos Trabalhadores Cristãos – MTC, dentre outros. O fato foi que o laicato ficou sem uma representação nacional. Assim, “com a preocupação de reintegrar o laicato e organizá-lo com expressão e representatividade nacional, a CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional de Leigos” (CNBB 54, n. 47).

A CNBB incentivou a criação do Conselho Nacional de Leigos

Como se deu, então, a criação do CNL? Mesmo em meio a tensões e crises devido ao golpe cívico-militar e à própria transformação conciliar, a XI Assem-

bleia Geral da CNBB, em maio de 1970, teve como tema “Leigos” e contou com a participação de vários cristãos leigos e leigas. O Pe. Ernanne, em seu artigo já referido, nos conta que “Dom Alberto Ramos, em nome dos bispos, saúda os leigos e fala no momento de um novo Pentecostes. E caracteriza o evento como ‘de maior reproximação entre bispos e leigos... É este conhecimento que certamente vai quebrar barreiras, vai destruir preconceitos, vai modificar estruturas, para que seja, cada vez mais, recíproco, mais íntimo, consolidando, assim, esta grande realidade. Aqui estão os leigos, não para reivindicar direitos dentro da Igreja. Aqui estão os pastores, não para afirmar, mais uma vez, a sua supremacia. Mas, aqui estão pastores e leigos, todos amigos para conjugarem esforços e, assim, realizarem o grande plano da salvação do mundo, o grande plano do Reino de Deus. Sede bem-vindos a este cenáculo, leigos do Brasil! Na Assembleia havia leigos de todos os Regionais da CNBB e, ainda outros, convidados para integrar três painéis: a) A Teologia do Laicato, a cargo da Arquidiocese de São Paulo; b) Leigos e engajamento temporal, da Arquidiocese do Rio de Janeiro; c) Relacionamento Leigos-Hierarquia, da Arquidiocese de Olinda e Recife”.

O contexto da época indicava a necessidade de um “laicato cristão maduro”, consciente de sua vocação e disposto a uma ação evangelizadora nos diversos espaços da Igreja e do mundo. O Concílio Ecumênico Vaticano II afirma, no item 21 do Decreto “Ad Gentes”, sobre “A Atividade Missionária da Igreja”: “A Igreja não se acha deveras consolidada, não vive plenamente, não é um perfeito sinal de Cristo entre os homens, se aí não existe um laicato de verdadeira expressão que trabalhe com a hierarquia. Por que o Evangelho não pode ser fixado na índole, na vida e no trabalho dum povo, sem a ativa presença dos leigos. Por isto, desde a fundação da Igreja, tenha-se o máximo cuidado em constituir um laicato cristão maduro” (Ad Gentes, n. 21).

Assim, na XI Assembleia Geral da CNBB, em 1970, citada acima, os senhores bispos estabeleceram que da Assembleia de 70 até a próxima em 1971 deveria ser o ‘ano dos leigos’ para “reflexão eclesial sobre o leigo; conhecimento mútuo leigos-hierarquia; instauração de órgãos de diálogo: conselhos de pastoral”. Os bispos votaram vários encaminhamentos, entre os quais: “Aceita que o Secretariado Nacional do Apostolado Leigo – SNALE, comece já a preparar o funcionamento de um



futuro Organismo de leigos?”. A maioria manifestou-se favoravelmente, com a seguinte votação: 147 - sim; 23 - sim com reservas e 3 - não (cf. CNBB 1970, p. 23-26). O SNALE deu andamento à proposta aprovada organizando três Encontros Nacionais com Dirigentes dos Movimentos e Expressões Laicais existentes na época, em 1972, 1973 e 1974.

Encontros Nacionais dos Movimentos de Apostolado Leigo

O Primeiro Encontro aconteceu nos dias 11 e 12 de novembro de 1972, com a participação de 18 Movimentos, buscando conhecimento e integração entre os mesmos. (Cf. Boletim Semanal

da CNBB, nº 139, de 17/11/72). O Segundo Encontro foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 1973, com a presença de 19 Movimentos. Além de continuarem o processo de conhecimento e integração, trataram do Projeto de criação do Conselho Nacional de Leigos, criando um “Grupo de Trabalho” com este objetivo. (Cf. Boletim Semanal CNBB, nº 179, de 31/08/73). O Terceiro Encontro aconteceu nos dias 20 a 22 de setembro de 1974, com a participação de 20 Movimentos e Organizações de Leigos Cristãos, para a exposição e estudos dos objetivos dos Movimentos e encaminhamentos para a formação de um Conselho Nacional de Leigos. Foi feito um estudo e debate em torno

do projeto elaborado pelo “Grupo de Trabalho” e, ao final, decidiu-se pela criação do CNL. Foi constituída uma Comissão Executiva Nacional Provisória encarregada de apresentar um projeto definitivo para a aprovação da CNBB e encaminhar a implantação de um sistema de representatividade a partir das paróquias, dioceses e regionais, formando conselhos nestes diversos níveis, que escolherão os de nível superior. Isto e mais um anteprojeto de Estatuto deveriam ser apresentados em uma assembleia no prazo de um ano. O desejo e incentivo para o Conselho, por parte da CNBB, era tal que, antes mesmo de sua criação o CNL foi incluído como Projeto do Setor Leigos no Plano Bienal da CNBB.

(Cf. Comunicado Mensal CNBB, setembro de 1974 – nº 264). A partir destes três Encontros Nacionais, com a proposta amadurecida, foi marcada a Assembleia Nacional para a criação e instalação do Conselho Nacional de Leigos, a realizar-se em novembro de 1975.

Observação e notícias da conjuntura

Tais Encontros foram realizados no Rio de Janeiro, onde era a Sede da CNBB. Somente em 1977, a CNBB foi transferida para a Sede em Brasília/DF;

Durante a pesquisa que fizemos para escrever essas “memórias”, no Centro de Documentação e Informação - CDI da CNBB, no mesmo Boletim Semanal da CNBB com a notícia do 2º Encontro, vimos notícias relacionadas ao período da Ditadura Cívico/Militar, como por exemplo:

- Em Fortaleza, por ocasião da posse de Dom Aloísio Lorscheider, os órgãos de imprensa e rádio foram advertidos de que não poderiam transmitir palavras de Dom Avelar Brandão Vilela, de Dom Helder Câmara e de Dom Ivo Lorscheiter. As famílias que colocaram o automóvel à disposição destes bispos foram chamadas por Autoridades Policiais para ouvirem observações descabidas;

- Em Maceió, por ensejo do Jubileu do Arcebispo Dom Adélmo Machado, as famílias foram pressionadas para não acolherem os bispos. As Autoridades não compareceram às homenagens ao Arcebispo, sob a alegação de que Dom Helder pregaria, como pregou, na 1ª noite da Novena;

- Em Caruarú, por ocasião do Jubileu da Diocese e segundo informações do Bispo Dom Augusto Carvalho, houve intimação à Prefeitura, para que não colaborasse nas solenidades “porque o Bispo seria da mesma ala de Dom Helder”;

- Em Recife, detidos em local ignorado 2 leigos e 1 seminarista teólogo, ligados ao trabalho pastoral da Arquidiocese e do Regional;

- Os 8 leigos colaboradores da Prelazia de São Félix do Araguaia, detidos por várias semanas e, segundo suas declarações, submetidos a interrogatórios com choques elétricos, foram postos em liberdade, mas deverão responder a processo na Justiça Militar;

- O Secretariado Geral da CNBB recebeu cópia de depoimento de 5 presos em São Paulo, que afirmam ter visto e ouvido o estudante Alexandre Vannucchi ser morto dentro da prisão, ao passo que os Órgãos de Seguran-

ça declararam ter sido ele vítima de atropelamento ao tentar a fuga. (Cf. Boletim Semanal CNBB nº 179 de 31/08/1973).

Contexto Eclesial: Pós-Concílio Ecumênico Vaticano II

Antes de continuar, façamos memória do contexto eclesial dentro do qual foi gestado e criado o Conselho Nacional de Leigos. O contexto sócio-político, já o dissemos acima, era a Ditadura Cívico/Militar iniciada em 31 de março de 1964 e que duraria até 1985. A Igreja estava vivenciando o pós-Concílio, enfrentando algumas crises decorrentes das transformações necessárias, mas, principalmente, com grande empenho para colocar em prática os ensinamentos conciliares. Como já citamos acima, o Plano Pastoral de Conjunto (PPC-1966-1970) tinha como objetivo: “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II” (CNBB 54, n. 36). Nas mesmas Diretrizes Gerais, lemos: “As orientações do PPC, prorrogadas em 1970 e atualizadas no final de 1975, iluminaram, por 15 anos, o amplo projeto de renovação da Igreja em busca de uma Pastoral Orgânica ou de Conjunto” (CNBB 54, n. 42). Neste sentido, em 1974 foi criada

a Comissão Nacional de Pastoral – CNP, como “órgão consultivo e de assessoria à CNBB, representativo e efetivo da corresponsabilidade eclesial de todo o povo de Deus, em âmbito nacional, espelhando ao máximo a variedade de carismas, vocações e ministérios e outras componentes sociais e eclesiais presentes no país”. A CNP, no início, tinha a seguinte “composição numérica: 9 bispos; 34 presbíteros; 17 religiosos/as e 30 leigos/as”. (Cf. Comunicado Mensal CNBB, 1974, pág. 726). Era a “sinodalidade” já acontecendo na prática, em nosso País!

Em 1974, foi realizado o Sínodo Mundial sobre “a Evangelização no Mundo Contemporâneo”, cujo resultado foi publicado, em 1975, na Exortação Apostólica “Evangelii Nuntiandi” de Paulo VI, com o reconhecimento e incentivo à presença e ação do laicato na Igreja e no mundo. No Brasil, “data também desse período a consolidação de novas iniciativas pastorais. Surgem pastorais específicas em áreas particularmente desafiantes e conflitivas, como o CIMI (Conselho Indigenista Missionário, 1972) e a CPT (Comissão Pastoral da Terra, 1975), cuja atuação persiste e se atualiza até hoje. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) vinham crescendo desde os

inícios da década de 60. (...) Elas se revelam agora como uma grande “esperança da Igreja” (EN 58). Promovem o 1º Encontro Intereclesial em Vitória do Espírito Santo (1975)”. (Cf. CNBB 54, n. 44), com o tema: “Uma Igreja que nasce do povo pelo Espírito de Deus”. Em janeiro de 1975, são publicadas as primeiras Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (1975-1978), em que encontramos: “Incentivar e apoiar a Organização do já decidido Conselho Nacional de Leigos”. (Cf. CNBB 4, n. 3.4). Em novembro de 1976, em São Paulo, no Primeiro Encontro Nacional da Pastoral Operária, nasceu a Comissão Pastoral Operária – CPO.

Feliz coincidência ou Providência

É importante, ainda, fazer a memória agradecida do Ano Santo de 1975: “Jubileu da Renovação e da Reconciliação”. Nas palavras de São Paulo VI, um Jubileu “como forma de adaptação às transformações culturais e sociais do mundo pós-Concílio Ecumênico Vaticano II”. Como a criação do CNL/CNLB foi em um Ano Jubilar, todos os anos jubilares do Organismo coincidirão com Anos Jubilares da Igreja, como neste em que celebramos os 50

anos. Apenas como curiosidade, assinalamos que em 1975 o Presidente da CNBB era também Presidente do CELAM e era um bispo de origem Franciscana (Dom Aloísio Lorscheider). Agora, ao completar 50 anos, o Presidente da CNBB é também Presidente do CELAM e de origem Franciscana (Dom Jaime Spengler).

A criação e instalação do Conselho Nacional de Leigos

Neste contexto eclesial e civil, portanto, é que foi gestado e criado o CNL/CNLB. “Nos dias 15 e 16 de novembro de 1975, por convocação da Comissão Nacional Provisória, eleita em Assembleia anterior, reuniram-se em Assembleia Geral na Casa Nossa Senhora da Paz, no Rio de Janeiro – RJ, os representantes credenciados das entidades de leigos, vinculados à Igreja Católica no Brasil, para deliberarem sobre a constituição do Conselho Nacional de Leigos”. (Ata da Assembleia Geral de constituição do CNL, anexo 01). Um destaque para o comparecimento, ao final da Assembleia, de Dom Aloísio Lorscheider, então Presidente da CNBB e do CELAM, “que se dirigiu aos participantes incentivando-os a assumirem o seu papel de leigos, de Igreja, em comunhão com a hierarquia”. Em uma



Os primeiros anos do CNL foram muito difíceis, tanto por questões internas entre os próprios Movimentos, como pela situação de repressão por parte do Regime Militar.

“Mensagem do Primeiro Presidente”, Hélio Amorim, por ocasião dos 20 anos do CNL, ele dá o seguinte testemunho: “Alguns Movimentos não se sentiam à vontade com a autonomia do CNL. (. . .) A eclesiologia do Concílio Vaticano II ainda não estava bem assimilada por esses simpáticos companheiros que se sentiriam mais seguros na submissão à hierarquia. Não absorveram facilmente a palavra do Presidente da CNBB, convidado para a Assembleia de fundação do CNL. Naquela tarde, D. Aloísio Lorscheider manifestou sua grande alegria por estar testemunhando o surgimento de uma articulação dos leigos adultos, capazes de andar com as próprias pernas e pensar com a própria cabeça, em comunhão, mas não dependendo da hierarquia, capaz de dialogar e ser uma instância crítica na vida da Igreja, para o bem do povo de Deus”. (Cf. Bilhete CNL, nº 39,

junho/julho 1996). Em um depoimento, em outubro de 2000, Hélio Amorim afirma: “Foi a opção que se fez, definindo o Conselho como órgão autônomo, não subordinado à CNBB, mas em conexão com a CNBB, para manter a unidade, evidentemente, ... Na Assembleia de novembro de 1975, Dom Aloísio, num discurso inesquecível, mostrou que essa era a opção que os bispos desejavam, torciam, mas não queriam influenciar na nossa decisão, deixavam que nós chegássemos a essa decisão por nós mesmos e ficaram muito contentes, ele em especial muito contente, por nós termos escolhido essa modalidade de articulação dos leigos. Com autonomia, em união, naturalmente, com toda a Igreja, com a Conferência Episcopal, com os demais órgãos da CNBB, mas autônomos evidentemente”. (Cf. História do Conselho Nacional de Leigos (as), José Batista da Costa

Sobrinho, Editora Redentorista, Goiânia-2001, Depoimento de Hélio Amorim, Anexo 3).

Como se pode ver na “Ata da Assembleia Geral de constituição do CNL”, a deliberação nº 1 estabelecia “... sendo vencedora a proposta de aprovação dos Estatutos ‘*ad experimentum*’, a vigorar a partir da data da Assembleia, devendo ser convocada nova Assembleia decorridos 6 (SEIS) meses para a sua revisão e a autorização de efetivação do competente registro, ...” Assim se fez! “Nos dias 17 e 18 de julho de 1976, por convocação da Comissão Executiva eleita na Assembleia anterior e por deliberação da mesma, reuniram-se em Assembleia Geral na Casa da Legião de Maria, em Jacarepaguá – RIO DE JANEIRO – RJ, os representantes credenciados das entidades de leigos, vinculadas à Igreja Católica Apostólica Romana, no Brasil, abaixo relacionadas para aprovação dos Estatutos do CNL em vigor ‘AD EXPERIMEN-

TUM’, desde a última Assembleia”. (Cf. Ata da Assembleia Geral do CNL – Conselho Nacional de Leigos, 1976, anexo 02).

Primeiros passos: entre angústias e esperanças

Os primeiros anos do CNL foram muito difíceis, tanto por questões internas entre os próprios Movimentos, como pela situação de repressão por parte do Regime Militar. Em sua “Mensagem do primeiro Presidente” por ocasião dos 20 anos do CNL, já citada acima, Hélio Amorim partilha: “Recordo-me dos primeiros passos do CNL ... eram tempos ainda de repressão política e confrontos ideológicos violentos. Tudo era vigiado pelo SNI, CENIMAR e Polícia Federal. O DOI-CODI era acionado para prisões e torturas. (. . .) As primeiras Assembleias formais do CNL, já criado, foram conflituosas, de virulentos confrontos ideológicos, acusações de ‘comunista’ e ‘fascista’, com discussões que exigiam jatos de água fria para evitar a agressão física. O conflito foi providencial e fecundo. Assim se foi definindo uma linha clara para o CNL que convergia com as da CNBB, então também fortemente rejeitadas pelo regime militar. Começaram os pronunciamentos e saiu o primeiro boletim do CNL.

Aconteceram as reações e rupturas esperadas, algumas públicas, com matérias pagas em jornais. O CNL foi denunciado por ‘suas tendências marxistas, inspiradas pela CNBB’, e chegou a convocação da Polícia Federal para prestar depoimento, em Brasília. Por falta de endereço, a convocação foi parar na CNBB e o Padre Raimundo, assessor para os leigos, foi lá para se explicar (anexo 05). Na PF mostraram o primeiro boletim do CNL e lhe disseram que o consideravam provocativo. Tinham recebido denúncias e queriam advertir os responsáveis para terem juízo. (. . .) Assumindo posições seguras, o CNL se firmou nesses anos iniciais, dele se afastando os que não se sentiam sintonizados com os princípios e linhas de ação predominantes nos movimentos que o integravam. Mais tarde, vieram a se integrar representantes das CEBs e de pastorais diversas, tornando o CNL cada vez mais representativo do laicato brasileiro. Parece-nos que esta deve ser a identidade adequada ao CNL. Sua ação deve se apoiar nos grupos organizados de leigos, organizações e movimentos que vivam esta condição de formadores de leigos adultos, comprometidos com a humanização, com a transformação de uma sociedade que desumani-

za, com a promoção da justiça e da fraternidade, para que cresçam e se tornem visíveis no mundo, sinais do Reino anunciado por Jesus de Nazaré”. (Cf. Bilhete CNL, nº 39, junho/julho 1996).

A esperança é maior e os passos vão se firmando

O CNL participou do processo de preparação da Igreja no Brasil para a Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe em Puebla, no México. O coordenador do CNL, Hélio Amorim, do MFC-Movimento Familiar Cristão, foi indicado ao CELAM pelo Setor Leigos da CNBB para participar de um Encontro preparatório em março de 1978, em Buenos Aires e para a Conferência. O CNL enviou várias sugestões para serem levadas a Puebla.

A III Assembleia do CNL foi realizada nos dias 15 e 16 de julho de 1978, buscando superar as dificuldades dos dois primeiros anos, como ampliar a participação de cristãos leigos e leigas engajados na Igreja, reformular sua estrutura e, especialmente, realizar a unidade entre os Movimentos e com a CNBB. Foi aprovada a prorrogação dos mandatos do Coordenador, Hélio Amorim (MFC) e do Vice, Pedro Gonçalves (ACO).

Aos 6 de agosto de 1978, fa-

leceu o Papa Paulo VI, sendo eleito, em seguida, o Papa João Paulo I, o “Papa do Sorriso”, cujo pontificado durou apenas 33 dias. É sempre lembrado por uma de suas alocuções em que afirmou: “Deus é Pai, mais ainda, Deus é Mãe!” (Angellus 10/09/78). O novo Conclave elegeu João Paulo II, que assumiu já em outubro, fazendo com que a Conferência de Puebla fosse transferida para o início de 1979.

É importante lembrar que o CNL passou a participar das Assembleias da CNBB já em 1977, juntamente com os demais Organismos do Povo de Deus, e das reuniões da CEP-Comissão Episcopal de Pastoral. A partir de 1978, o CNL passou a compor a CNP-Comissão Nacional de Pastoral. No Relatório da Reunião da CNP (24 e 25 de outubro de 1981), encontramos um testemunho de Dom Cláudio Hummes: “Dom Cláudio lembrou o que nos falam os documentos conciliares sobre a atuação dos leigos organizados. Os leigos – disse – têm um lugar de ação dentro da Igreja, por direito, e não outorgado pela hierarquia. Cada um tem seu lugar próprio – hierarquia e leigos – não há paralelismo. Temos, por exemplo, a CNC (Comissão Nacional do Clero), a CND (Comissão Nacional de Diáconos), a CRB (Conferência dos Religiosos do

Brasil) etc. Por causa disso é que foi suscitada a organização dos leigos em Conselho Nacional, com inteiro apoio da CNBB e em comunhão eclesial. Portanto – continuou Dom Cláudio – a criação da CNP, pela CNBB, teve por fim dar oportunidade a todos esses órgãos para discutirem juntos os problemas dentro de uma visão de conjunto da realidade que vivemos e da nossa missão pastoral. A princípio, os membros leigos da CNP eram nomeados pelos bispos e assim não representavam o laicato, não eram representativos dos leigos mais engajados na ação pastoral da Igreja. (...) Com a atual estruturação da Comissão Nacional de Pastoral, os membros leigos da CNP passaram a ser indicados pelo Conselho Nacional de Leigos. (...) Quanto à participação dos leigos na Comissão Nacional de Pastoral, desde que não há possibilidade de indicarmos uma representação de todos os movimentos, das Comissões Pastorais e dos Regionais, os 22 membros indicados pelo CNL devem procurar captar no seu meio, nas bases, todos os dados possíveis para poder representar também os leigos que não fazem parte de nenhum movimento, devemos descobrir um meio de conseguir ser o porta-voz dos nossos irmãos. O que desejáramos – continuou Dom Cláudio – é que, no futuro, não mais se reúnam

‘Conselhos Nacionais’, mas o ‘Povo de Deus’.”

Vejam como a Igreja no Brasil já vivia a sinodalidade, mesmo sem usar este nome; era o modo de ser Igreja sinodal que renascia do Concílio. Inclusive, o desejo manifestado por Dom Cláudio começou a se realizar em 1989, com a proposta de uma “Assembleia Eclesial” “nascida nas reuniões de junho e setembro de 1989, com a participação da Presidência da CNBB e das Diretorias dos Organismos Eclesiais: CNC, CND, CNL, CRB, CNIS” (Cf. Reunião da CNBB – Presidência e CEP, 24 a 26 de outubro de 1989) e que resultou nas Assembleias Nacionais dos Organismos do Povo de Deus - ANOPD, sendo a primeira realizada no início de junho de 1991. Em 2022 foi realizada a X ANOPD. O Documento 54, Diretrizes Gerais 1995-1998 afirma: “A criação da ‘Assembleia Nacional dos Organismos do Povo de Deus’ (1991) possibilitou uma participação mais efetiva de representantes de todos os segmentos da comunidade eclesial na elaboração das novas Diretrizes”. (CNBB 54, n. 55).

Devemos descobrir um meio de conseguir ser o porta-voz dos nossos irmãos.

Memória agradecida pela criação do CNL/CNLB

O objetivo deste artigo foi fazer a “memória agradecida” pela criação do CNL há 50 anos. Buscamos pesquisar e partilhar aquele contexto e as melhores inspirações que proporcionaram a criação e a primeira fase do Conselho Nacional de Leigos. Por isso, viemos até 1981. A partir daí, com a abertura para uma maior presença dos cristãos leigos e leigas na Igreja via CNP, o CNL retomou com novo ânimo a caminhada, buscando outras instâncias de representatividade além dos Movimentos, também os Regionais, as Pastorais, CEBs, que injetaram sangue novo no Organismo laical. Um destaque, também, para 1987 quando foi realizado o Sínodo Mundial sobre “A vocação e a Missão dos Fiéis Cristãos Leigos”, com a publicação da Exortação Apostólica “Christifideles Laici”, por João Paulo II, que proporcionou um novo e grande impulso à articulação e crescimento do CNL. (Em anexo/06, texto “Como o Setor Leigos da CNBB vê o Quadriênio 1987-1991”, de Dom Marcelo Carvalheira, então responsável pelo Setor.) Veja, ainda, texto nesta Revista sobre a questão da “Possível Conferência Nacional do Laicato do Brasil”.

Mais dados e informações de nossa história, podem ser encontrados na Agenda Formativa 2025, que traz, inclusive, informações sobre as Coordenações e Presidências que assumiram o Organismo nestes 50 anos. Sobre os primeiros 25 anos, temos o importante estudo publicado no livro “História do Conselho Nacional de Leigos(as) no Brasil”, de José Batista da Costa Sobrinho, pela Editora Redentorista/Goiânia, em 2001.

Para um melhor entendimento dos termos, lembramos que em 1997, com um novo Estatuto, o Organismo passou a se chamar “Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil”. Já em 2004, com nova reformulação estatutária para atender ao crescimento e novos desafios, alterou-se também o nome para “Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB”, que vem perdurando até os dias de hoje.

Agradecemos, também, à Equipe do Centro de Documentação e Informação – CDI, da CNBB, que muito contribuiu em nossas pesquisas.

Iniciamos este texto citando o Papa Francisco na Exortação “Gaudete et Exultate”, em que propõe: “contempla a tua história quando rezas e, nela, encontrarás tanta misericórdia”. (GeE, n. 153). Com Maria, louvemos ao Senhor pelas maravilhas que tem realizado

no CNLB e, através dele, na Igreja e na Sociedade, a serviço do Reino de Deus!

Laudelino Augusto dos Santos Azevedo, cristão leigo, membro da Comissão de Assessoria Permanente (CAP/CNLB), presidente do CNLB no período de 2010-2013; laudelinomcpc@yahoo.com.br

Para refletir:

Como nos propomos a continuar a história do CNLB como Organismo de articulação, organização e representação do laicato?

Para aprofundar (Bibliografia):

CNBB, Documento 54. Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil 1995-1998. Paulinas, SP, 1995.

CNBB, Documento 105. Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade. Edições CNBB, 2016.

PINHEIRO, Pe. Ernane. Evolução do Apostolado Leigo no Brasil a partir do Concílio Vaticano II. In: IV Encontro Nacional de Cristãos Leigo e Leigas – Instrumento de Trabalho, CNLB, 2003.

COSTA SOBRINHO, João Batista da. História do Conselho Nacional dos Leigos (as) do Brasil. Goiânia, Editora Redentorista, 2001.

A eclesiologia do Papa Francisco à luz do Concílio Vaticano II e o CNLB

Tânia Maria Couto Maia *

INTRODUÇÃO

O Papa Francisco, ao inaugurar o ano do Jubileu de 2025 com a solene abertura da Porta da Basílica de São Pedro, deu ao acontecimento um conteúdo programático com a intenção de consolidar toda a eclesiologia presente em suas Exortações, Encíclicas, Discursos, Assembleias, e em especial, a do Sínodo sobre a sinodalidade eclesial, reafirmando sua posição central: “A Igreja é uma Igreja que caminha junta com os homens, compartilhando as dificuldades pelas sendas da história ao encontro de Cristo Senhor”¹⁹. Na exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* reforça o convite a uma ação pastoral integrada: “Constituamo-nos em estado permanente de Missão em todas as regiões da terra” (EG 25). Ao dizer isso, o Papa Francisco não tem a intenção de comunicar



nenhuma nova eclesiologia católica, mas a eclesiologia interpretada nos termos do espírito do Concílio Vaticano II que se entendeu como herdeiro da tradição, haurindo copiosamente das fontes com as quais o próprio Concílio esteve comprometido como seu autêntico intérprete para uma situação nova que se encontrava, - como nos encontramos na atualidade - num processo de mudança rápido e profundo.

A força conceitual dessa afirmação tem suscitado novo entusiasmo à centralidade da missão da Igreja. “A ação missionária é o paradigma de toda a obra da Igreja” (EG 15). A pretensão universal de Jesus e da sua missão a todos os povos da humanidade, resume o centro de sua mensagem, como mensagem de esperança: “Ide, pois, fazei discípulos todos os povos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado” (Mt 28,19-20). É Jesus Cristo a esperança humana! A importância da Igreja para nós está fundada no seu ser como Igreja de Jesus Cristo. Partindo do pressuposto de que a novidade está em obedecer perenemente ao mandato de Jesus, este artigo pretende reavivar no presente estágio da consciência eclesial, o evento

marcante vivido no Concílio Vaticano II e todo seu desdobramento nesses sessenta anos, a fim de contribuir com o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, às portas de seu jubileu de ouro - entidade criada em 1975 -, para reconhecer, aprofundar e resgatar os ensinamentos conciliares sobre a Igreja, à luz também das novas exigências propostas pela reforma do Papa Francisco, que pede abertura às intuições profundas do Espírito Santo na Comunidade eclesial, o qual recordará a pessoa de Jesus Cristo e sua luta pelo Reino de Deus: “O caminho da sinodalidade é precisamente o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio”²⁰.

O apelo à reforma diz respeito a todos nós, que somos cristãos, que somos Igreja, que estamos incumbidos por Deus de levar adiante o coração da mensagem de Jesus para a humanidade. Portanto, o objeto da evangelização é, antes de tudo, um povo que peregrina para Deus. A razão é simples: a compreensão sempre mais clara pela Igreja de que a fé em Cristo é, essencialmente, marcada pela ‘encarnação do Verbo’. A reflexão teológica nasce e se centra dentro da comunidade cristã, pois todo conhecimento deve ser voltado para a vida real das pessoas que constituem a Igreja e sua ca-

pacidade de dar força a esta vida. A fé cristã não pode ser apenas um agente de conhecimento, mas tem de ser um agente de transformação (LORSCHIEDER, 2006). Trata-se de uma volta ao Evangelho e na sua simplicidade exige mais do que somente práticas e mentalidades recebidas do passado; exige, uma opção missionária capaz de mudar tudo, concentrar-se no essencial, com vistas à sua missão de promover o Reino de Deus. (MIRANDA, 2018). Desse modo, toda ela está voltada para fora de si, é uma Igreja em saída, sempre peregrina, mais presente na vida das pessoas consequente com a missão.

O Concílio e a renovação eclesial

O Concílio propõe-se explicar com maior rigor, aos fiéis e a toda a gente, a natureza e a missão universal da Igreja (LG 1). Só quando se tem em mente o que é a Igreja, o significado pneumático do Concílio Vaticano II e suas importantes consequências para avançar no caminho sinodal de uma conversão pastoral e missionária, é que se pode entender a urgente e inadiável renovação eclesial que deve iniciar-se reformando a prática da fé ao participar responsavelmente da missão da Igreja de levar o Evangelho

de Cristo, qual fonte de esperança para o homem e de renovação da sociedade. O lugar central das preocupações conciliares foi ocupado pela própria Igreja. O Concílio partiu do pressuposto de que Jesus Cristo oferece aos homens pelo seu Espírito a luz e a força para poderem corresponder à sua altíssima vocação. O ponto central de sua doutrina tem sido a afirmação de que todos os homens têm a mesma dignidade pessoal, por serem criados à imagem de Deus e reunidos por Jesus Cristo em uma comunidade fraterna. O Concílio Vaticano II marcou a entrada da Igreja no mundo moderno: o encontro da Igreja com a humanidade (reconhecimento dos valores humanos), que a fez reafirmar sua aliança com a vida humana. Em homilia, às vésperas do encerramento do Concílio, o Papa Paulo VI esclarece os dois grandes eixos norteadores das preocupações da Igreja conciliar: Como evangelizar o mundo atual e como o *homem* entende o Evangelho hoje.

A Igreja interessa-se pelo mundo moderno e sente necessidade de conhecer, de aproximar, de compreender, de penetrar, de servir, de evangelizar a sociedade que a rodeia e, por assim dizer, de a seguir nas suas transformações rápidas e con-

tínuas (...) A Igreja do Concílio ocupou-se muito do homem como ele se apresenta na nossa época (...) o homem tal como é, que pensa, que ri, que trabalha, que espera sempre alguma coisa (...). Grandeza, beleza, mas também miséria, orgulho”. E finalizando, diz ainda o Papa: “... para conhecer a Deus é preciso conhecer o homem”. E mais: “Amar o homem (...) não como um simples meio, mas como um primeiro termo da subida para o termo supremo e transcendente, para o princípio e causa de todo o amor.”²¹

O ponto de partida desta renovação, deste rejuvenescimento, diz o Concílio é Cristo. Jesus é a chave, centro e destino de toda a história humana: “As nações caminharão à sua luz” (Ap 21,24). Cristo é a Luz na qual a Igreja encontra sua autoconsciência, sua razão de ser. Espelhando-se em Cristo, a Igreja procurará atualizar-se, renovar-se, rejuvenescer: “Ao Cristo vivo deve corresponder uma Igreja viva”²². Cristo é o Verbo de Deus; é por Ele, é Nele que Deus fala ao mundo, que faz história com os homens. É com Jesus, o Cristo, o Verbo Eterno que é Revelação do Pai e Revelação do homem que a Igreja aprende a dialogar (GS 22). Essa inserção nas realidades do

mundo caracteriza a novidade do seu agir: ela quer realizar aqui e agora, nesse dado momento histórico a sua missão salvífica em relação ao mundo e ao homem como serviço à vida, serviço à comunidade dos homens²³. Acentuando, então, a sua dimensão pastoral explicita o caráter dinâmico e eficaz de sua presença preocupada e solícita com as realidades terrenas e deixando-se guiar pelas mãos de Deus que investiga o segredo das coisas, concentra sua atenção no aspecto de Igreja-Mistério de Salvação. *Henri-Marie de Lubac*, cardeal francês, eclesiólogo e uma das principais referências do Concílio, nos oferece um fragmento de sua experiência eclesial: “A Igreja, hoje mesmo está dando Jesus. Explicar-o para mim, ensina-me a vê-lo, conserva sua presença. Dizer isto é dizer tudo. Que poderia eu saber de Jesus, que vínculo haveria entre nós dois sem a Igreja?”²⁴

A inspiração que enriqueceu a visão rica e profunda da Igreja como “mistério” é contribuição das tradições bíblicas, das exegeses Patrística e Orientais. A *Lumen Gentium* ao definir a natureza sacramental da Igreja está assumindo o sentido ‘Patrístico’ de sacramento entendido como o “*mysterion*” do Novo Testamento, referido ao “mistério de Deus, que é Cristo” (Cl 2,2) e que foi tradu-

zido pelos Padres da Igreja por “*sacramentum*”²⁵. Chama atenção, também, o uso intenso e constante na *Lumen Gentium* de citações bíblicas, o que manifesta a importância da Revelação para a vida da Igreja e a história dos homens. A Palavra de Deus na Bíblia volta a ser a “alma da teologia e da pregação” (DV 6), o que caracterizou a chamada volta “às fontes da fé”. O mistério da comunhão do homem com Deus exclui a possibilidade de partir de conceitos claros e unívocos ou de definições na acepção da palavra. Entre os instrumentos positivos para iluminar os mistérios da fé, o Concílio considerou primeiramente as imagens. Isto equivale dizer que as imagens falam existencialmente ao homem, encontram eco nas profundezas do seu psiquismo e focalizam de um modo novo a sua experiência.

O resultado mais significativo do debate foi a persuasão profunda de que a Igreja, nos seus dois mil anos, foi descrita não tanto mediante definições verbais quanto à luz de imagens. A maioria das imagens é, por certo, bíblica. O valor teológico das imagens foi vigorosamente afirmado pelo Concílio. Da noção que se deve começar por uma definição Aristotélica, simplesmente não se tomou co-

nhecimento. Em seu lugar foi proposta uma análise bíblica do significado das imagens.²⁶

Esse uso das metáforas bíblicas pelo Concílio está a serviço da compreensão da Igreja como “mistério” que, não só sugere que ela transcende incomensuravelmente todos os conceitos e formulações humanos, mas retoma uma eclesiologia simbólica Bíblico-Patrística: A Igreja é o Povo de Deus, a Igreja é o Reino já presente em mistério, a Igreja é o Corpo de Cristo, a Igreja é o rebanho, a Igreja é a vinha, a Igreja é o Templo, a Igreja é a mãe, a Igreja é a esposa, que é muito sintomática de uma eclesiologia aberta e plural que a concepção de Igreja como “mistério” de salvação induz e favorece. Estas várias imagens, sem contradizer-se diretamente, realçam diferentes aspectos e funções, insinuando a diversidade de prioridades e metas. O capítulo primeiro da *Lumen Gentium* que trata do mistério da Igreja é construído em torno da Bíblia, notadamente, do Novo Testamento. No *Corpus Paulinum*, o mistério por excelência não é tanto Deus na sua natureza essencial ou os conselhos da mente divina, mas, sobretudo, o plano divino da salvação quando vem a realizar-se concretamente na pessoa de Cristo²⁷. É nas cartas de São

Paulo – quando esclarece a natureza da Igreja que ele apresenta quase que exclusivamente por imagens – que o termo “mistério” adquire para o Novo Testamento todo seu sentido (1 Cor 15,51; Cl 1,26. 27; 2,2; 4,4; Ef 1,9; 3,3. 4. 9; 5,32; 6,19). O Concílio na *Lumen Gentium* deslocou o sentido de mistério, encerrado na eclesiologia anterior numa categoria a-histórica para a vivência concreta do mistério da Encarnação²⁸. A aplicação à Igreja dessa concepção geral do mistério foi apresentada por Paulo VI em sua alocução inaugural da segunda sessão do Concílio:

O Concílio abre caminho de uma Igreja entendida como “instituição”, como meio de acesso dos homens a Deus, para uma Igreja entendida como “Mistério”, isto é, “Sacramento” que veicula o acesso de Deus aos homens. Neste sentido, Cristo é “Sacramento”, e a Igreja o é “em Cristo.”²⁹

A Natureza da Igreja é ser “sacramento” de Cristo. Cristo é o “Sacramento” do Pai, enquanto sinal sensível, palpável e eficaz do plano divino (LG 1). A Igreja é “sacramento”, enquanto chamada a traduzir em visibilidade histórica o próprio desígnio de Deus sacramentalizado na humanidade

visível de Cristo. Cristo é o sacramento fundamental e a Igreja é o sacramento geral derivado de Cristo. A vocação profunda da Igreja é ser instrumento da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano. A atuação salvífica do Espírito Santo tem sempre uma tendência encarnatória inata, que leva o ser humano a Cristo e à comunidade dos que se reúnem em nome de Cristo³⁰. O Concílio, concentrando sua atenção mais no aspecto de Igreja-Mistério de Salvação na dimensão da história dos homens - sem rejeitar as outras formas de expressão - elegeu como a que melhor manifesta o dinamismo de sua natureza sempre em missão, sempre um projeto que deve buscar entre os homens a realização do Reino de Deus a imagem de “Igreja Povo de Deus”: “Aprouve a Deus santificar e salvar os homens não singularmente, sem nenhuma conexão uns com os outros, mas constituí-los num povo que O conhecesse na verdade e O servisse em santidade” (LG 9).

Esta imagem contempla de forma especial, o seu novo modo de presença no mundo. Com a imagem de “*Povo de Deus*” é a própria Igreja que aparece como sujeito atuante na história, completando, assim, a doutrina do primeiro capítulo: missão como serviço ao mundo³¹. Essa imagem demonstra

sua fecundidade ao apontar características fundamentais da Igreja até então esquecida na eclesiológia anterior³². Primeiramente, o fato de que Deus quis se servir de um povo para realizar seu desígnio salvífico destinado a toda a humanidade. A iniciativa de Deus em reunir um povo de todas as terras para ‘santificar o seu grande nome’ foi a motivação proclamada pelo profeta Ezequiel ao exortar os exilados a confiarem na sua volta à terra de Israel (cf. Ez 36,23s). O caráter de santidade que perpassou o povo do Antigo Testamento deve ser totalmente absorvido no Novo Povo de Deus organizado como Igreja. O que faz um povo é a esperança comum. Não há esperança que não seja coletiva, esperança de uma multidão reunida em ‘povo’ (Gn 12,1-2; 15, 5-6; Ez 36,23ss; Jr 31,31ss).

É preciso discernir o que seja uma identidade coletiva, pois a alma cristã não se manifesta a não ser nas relações comunitárias. Paulo já entendia essa identidade coletiva do cristão: “De fato, todos nós, judeus ou gregos, escravos ou livres, fomos batizados num único Espírito, para formarmos um único corpo, e todos nós bebemos de um único e mesmo Espírito” (1 Cor 12,12s). Ser ‘Povo de Deus’ é deixar de ser átomo inconsciente perdido no universo, assumindo

nova identidade no Espírito que vem de Deus³³. A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* começa com o mistério da revelação em Jesus Cristo, através do que Deus convoca desde o princípio para a fé, e assim em sua Igreja, convoca para formar comunidade com ele. Sendo assim, essa comunidade de homens e mulheres é incumbida de levar adiante o projeto de Deus para a humanidade, é responsável como luz do mundo, fermento na massa e sal da terra, em transformar a sociedade na família de Deus. Daí poder ser chamado de “povo messiânico”, não só proclamando, mas sendo o “germe firmíssimo de unidade, esperança e salvação” (LG 9), que irá constituir a comunidade dos bem-aventurados na vida futura em Deus³⁴. O ser com os outros só pode ser entendido no aspecto comunitário e, neste sentido, o cristão, não individualmente, é um modelo para os outros na resistência, e no empenho por um mundo de irmãos organizados e reunidos em nome de Cristo (cf. 1Ts 1,3ss). Só com o Concílio Vaticano II recuperou-se o sentido de toda a Igreja como *Povo de Deus*, tal como aparece na LG. Essa noção designa também que o projeto salvífico de Deus se desenvolve no *interior da história* por meio de um Povo escolhido inserido numa sociedade e numa época histórica. O

novo Povo de Deus entra no mundo como missionário.

Quem é o cristão Leigo na *Lumen Gentium*?

Ao adotar o conceito de *Povo de Deus*, o Concílio fez da missão a própria razão de ser da Igreja, a sua grande novidade em relação ao antigo Israel. A missão é o modo de ser humano da Igreja, a sua maneira de estar na história humana. O Concílio remete, por conseguinte, ao fato primordial cristão: o batismo, - deixando claro que o batismo gera a alma cristã³⁵. Portanto, como mistério de comunhão e de unidade a Igreja se propõe uma comunidade de batizados onde todos participam a seu modo do *múnus* sacerdotal, profético e real de Cristo - realizam na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo Cristão (LG 31). Esta novidade restaura a igualdade fundamental proveniente do batismo, a comum dignidade, a comum missão de todos os seus membros e recupera de modo surpreendente a condição eclesial dos cristãos “leigos”. Essa comum dignidade proveniente do batismo é a base da “Identidade do Leigo” (LG 30). A novidade está no contexto no qual é situada a identidade cristã-batistal. Ela não tem o seu peso, a sua característica, no

Lumen Gentium



indivíduo batizado, mas na comunidade eclesial que o acolhe e lhe oferece condições de desenvolver o potencial cristão que o Espírito-criador lhe dotou³⁶. Uma Igreja consequente com a missão, mais presente na vida das pessoas, que exige conversão; pois, para exercer sua missão é necessário que ela conte com missionários que a compreenda em sua verdadeira natureza.

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* em seu capítulo IV declara que o ‘Apostolado dos leigos’ é participação na própria missão salvífica da Igreja. Por isso, esforcem-se os leigos com diligência por conhecer mais profundamente a verdade revelada e peçam incessantemente a Deus o dom da sabedoria, (LG IV/35). Essa mis-

são, enquanto diz respeito a todos os seus membros (AA 2), compete ao laicato não por delegação ou mandato da hierarquia, mas do “próprio Senhor”, por força de seu Batismo e Confirmação (AA 3; LG 33). Daqui se deriva “o direito e o dever do apostolado” próprio do laicato (AA 3). Essa afirmação significa que a missão profética dos leigos/as não está reduzida a repetir a hierarquia, mas que desempenham um papel próprio a eles. Essa capacidade fundamenta o texto conciliar no testemunho de vida, no sentido da fé (*sensus fidei*) e na graça da palavra (LG 35). Os dons do Espírito devem ser postos a serviço de todos, daí “o direito e o dever de exercê-los” (AA 3). De fato, a Igreja jamais poderia ser sal da terra sem a ação missionária do



O conceito de leigo não é identificado no Novo Testamento, fala antes de discípulos, eleitos, amados, seguidores, cristãos, crentes, santos, fiéis, sem distingui-los como leigos e não-ordenados

laicato (LG 33), sobretudo numa sociedade tão complexa como a atual³⁷. Além disso, a Constituição Dogmática reconhece ao múnus profético do laicato “uma nota específica e uma eficácia particular pelo fato de se realizar nas condições comuns do século (LG 35).

Constata-se, pois, o fato de que o Concílio fez ressurgir um conceito de “Leigo” (LG 30-32) que durante estes sessenta anos vem desafiando a compreensão da teologia em suas diversas áreas: dogmática, pastoral e litúrgica. O conceito de leigo não é identificado no Novo Testamento, fala antes de discípulos, eleitos, amados, seguidores, cristãos, crentes, santos, fiéis, sem distingui-los como leigos e não-ordenados³⁸. Suscitando a questão da identidade do leigo, o Concílio proclamou a ausência, no mundo atual, de uma identidade cristã. O campo de ação da Igreja, sendo o mundo dos homens, inclui a todos e a sua missão será a missão de todos os batizados. Além do mais, é claro, que pelo mistério da

Encarnação, Deus se fez história em Jesus Cristo, transformando aquilo que chamaríamos de “história profana” em via de acesso à transcendência e, por esta, à salvação.

O Concílio caracterizou o laicato “especialmente por sua índole secular” (LG 31), que abre espaço para uma participação ativa dele no governo pela sua “experiência”, a qual possibilita à hierarquia decisões mais claras e competentes nas coisas espirituais e temporais (LG 37). Para alguns a noção de índole secular continua sendo depreciada, desafiando a superação entre sagrado e profano. A secularidade nata de toda Igreja não deveria ser entendida à luz do ato criador e redentor de Deus, que entregou o mundo ao homem e à mulher para que participem da obra da criação nas várias atividades da sociedade e o santifiquem? (EG, 234). Portanto, quando o Concílio enfatiza a necessidade de uma presença cristã no mundo, pergunta onde está colocada a

lâmpada que deveria iluminá-lo. Já o evangelista Mateus advertia sobre o lugar onde se deve colocar a lâmpada, pois, do lugar da lâmpada depende o sucesso da missão: “Vós sois a luz do mundo” (Mt 5,13s). O laicato existe em sua relação com o clero ou em relação com sua secularidade? Toda a Igreja recebe seu sentido da missão que lhe é confiada, a saber, promover o Reino de Deus na história.

Desde o Vaticano II o tema da identidade do leigo vem ocupando um espaço no atual debate eclesiológico cristão jamais ocorrido (acontecido) na história eclesial católica, apesar de inconstante e variável em sua intensidade e surpreendente ou desconcertante em suas fontes³⁹. Nas formulações dos documentos eclesiais sempre se acentua a Igreja comunidade e a igualdade fundamental de todos com funções, porém, diferenciadas que devem atuar devidamente coordenadas, comungando entre si, numa atitude de corresponsabilidade total na evangelização, mas

na prática há uma obstinação em não se compreender a questão específica do laicato.

A maioria dos cristãos leigos e leigas católicos ainda desconhecem os dois temas basilares da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* sobre os quais se construiu a eclesiologia do Concílio: A Igreja como “Mistério” (LG 1) e a Igreja como “Povo de Deus” (LG 2). Isto se explica não só pela falta de formação, - sobretudo teológica de muitos leigos/as, - apesar da religiosidade profunda e da inquestionável boa vontade das pessoas que fazem caminhar as pastorais, movimentos e comunidades, mas, principalmente, por uma rígida separação entre *Ecclesia docens* e *Ecclesia discens*. A formação é um elemento constitutivo, sem a qual sua participação estará comprometida.

Sente-se a necessidade de relacionar as experiências de formação com o apoio de um mínimo de organização permanente, a fim de evitar o desânimo e a descontinuidade. Há uma imensidade de documentos, mas, na prática, falta-lhes a recepção. O Documento de Aparecida (497) “afirma que as Igrejas particulares, na elaboração de seus planos pastorais, devem favorecer a formação de um laicato capaz de atuar como verdadeiro sujeito eclesial e competente inter-

locutor entre a Igreja e a sociedade e entre a sociedade e a Igreja”. O CNLB foi pensado como um espaço para promover a formação de grupos de leigos e leigas católicos para que assumam seu protagonismo na Igreja: ser sal da terra, fermento na massa e luz do mundo. Hoje há uma imensa aspiração no laicato a ter uma participação mais explícita, consciente e efetiva; uma verdadeira comunhão por meio de relações de reciprocidade. Isto seria mais facilmente obtido com o funcionamento do Conselho Diocesano de Leigos/as, pois só se faz comunhão participando. Infelizmente, em muitas Igrejas particulares, a comunhão fica só nas palavras porque não há estruturas que possam garantir que haja de fato comunhão.

A posição atual assumida pelo Papa Francisco convocando a todos os batizados a fazer **uma experiência de uma Igreja toda sinodal** (pirâmide invertida) na qual todos devem caminhar juntos, colocou a questão da identidade da Fé e da Igreja: Como a Igreja deverá sempre realizar a sua própria encarnação na História? A Igreja situada no interior da história compreende a partir daí sua própria identidade e sua própria missão de peregrina da esperança. Há uma só realidade humana. Por

isto, olhar a história tal qual é e reconhecer como algo positivo em si mesmo o suceder histórico é uma necessidade para a Igreja, é aí que está em jogo sua própria identidade. Se os cristãos leigos e leigas são inseridos em Cristo pelo batismo (Rm 6), constituem a Igreja aqui e agora, não devem se relacionar com seu contexto, assim como Jesus se relacionou com o contexto dele?

No que diz respeito ao laicato por que as reflexões não convergem para as causas de sua passividade institucional? Por que o Código de Direito Canônico desconhece as afirmações da *Lumen Gentium* (Cap. IV) e priva o laicato de seu papel na relação Igreja-mundo, de sua contribuição própria para fora e para dentro da Igreja? Pois se observa que lhes são oferecidas possibilidades e ação no âmbito da pregação e da santidade, que pode levar a certa clericalização dos leigos, e lhes são impostas limitações no âmbito das decisões. E, com isso, a Igreja se priva de uma colaboração própria e responsável na missão que é uma (AA 2) e de todos⁴⁰. Ainda hoje faltam as correspondentes estruturas institucionais que possam torná-la realidade. Embora habilitados pelo Batismo “a serem assumidos pela hierarquia para algumas tarefas

eclesiásticas (LG 33) o Código lhes reserva apenas uma colaboração no exercício do poder da hierarquia (cânon 129 parágrafo 2); assim podem participar de sínodos diocesanos ou de conselhos pastora-rais apenas com voto consultivo, ou mesmo constituir associações apostólicas.

Conclusão

A pastoralidade do Concílio está marcada por uma abertura inédita à criação, à história e às realidades terrestres⁴¹. É no meio desta história e desta criação que a “Igreja recebe a missão de anunciar e estabelecer em todas as gentes o Reino de Cristo e de Deus” (LG 5). Vinculada à realidade histórica incorpora-se no novo “Povo de Deus” reunido por Cristo: comunidade dos homens que testemunha na história a revelação de um Deus que ama e chama o seu “povo” a fazer dessa história, uma História da Salvação. De fato, como se vê pelo exemplo dos profetas da Antiga Aliança, o múnus profético é indispensável, sobretudo, para uma atuação cristã nos domínios do mundo. “Esse múnus profético – também ele provém do Espírito Santo – não está como o múnus sacerdotal, na hierarquia da Igreja, mas é um múnus carismático do mundo”⁴². É por isso, de ma-

neira eminente, o múnus do leigo adulto. Em palavras insuperáveis a Constituição Dogmática sobre a Igreja expressou-o, dizendo:

Cristo, o grande profeta que proclamou o Reino do Pai, quer pelo testemunho da vida, quer pela força da palavra, continuamente exerce seu múnus profético até a plena manifestação da glória. Ele o faz não só através da hierarquia que ensina em seu nome e em seu poder, mas também através dos leigos aos quais, por isso, constituiu testemunhas e ornou com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2,17-18; Ap 19,10) para que brilhe a força do Evangelho na vida cotidiana, familiar e social. Eles se apresentam como filhos da promessa quando, fortes na fé e esperança, aproveitam o momento presente e esperam a glória futura pela paciência. Mas não escondam esta esperança no íntimo da alma, e sim pela conversão contínua e pela luta contra os dominadores do mundo das trevas, contra os espíritos da malícia, também a exprimem nas estruturas da vida secular (LG 35).

A Igreja, como que em Cristo, é sacramento de salvação no

mundo, na história e, portanto, é chamada a assumir a sua natureza missionária, e, para isso, é necessário que ela conheça e entenda o mundo no qual vive, suas esperanças e aspirações. Para esse exercício ela conta com o Laicato que vive nas mais diversas condições “exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, isto é, em todos e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo” (LG 31). Em sua laicidade o cristão é chamado a assumir, em questões morais e religiosas o primado da consciência (GS 16), a grandeza da liberdade (GS 17), a defender sempre a dignidade humana e a lutar pela solidariedade, respeito e amor para com toda a família humana à qual pertence.

A Igreja só será plenamente ‘Igreja em saída’ se todos os cristãos, especialmente, os leigos e as leigas, viverem sua vocação. A vocação cristã é vocação para amar: “Dou-vos um mandamento novo: Que vos ameis uns aos outros. Como eu vos amei, amai-vos também uns os outros. Nisso reconhecerão que sois meus discípulos, se tiverdes amor uns pelos outros” (Jo 13,34-35). Quando Jesus fala de amor não tem em vista as disposições sentimentais, não deseja que seus discípulos apenas cultivem boas intenções no coração. Ele

pensa num mundo de relações sociais, não separa o individual do social; pensa no testemunho de uma comunidade fraterna a quem concedeu o poder de seus membros caminharem juntos como “Filhos de Deus”.

Consciente de sua responsabilidade de dar ao mundo a ‘razão de sua Esperança’, nesta única história da Salvação, o cristão leigo/a tem necessidade de alimentar sua fé, crer em sua missão profética, em sua vocação. A espiritualidade do cristão nasce de Deus e alimenta-se Dele. Portanto, a laicidade não é desculpa para não viver a fé como fermento crítico-profético-transformador. A porta está aberta. Avante, peregrinos da esperança!

Doutora em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é professora na área de bíblia da Faculdade Católica de Fortaleza e professora da área de bíblia da Escola de Pastoral Catequética, atuando principalmente nos seguintes temas: catequese, bíblia, pão da vida, mulher e eucaristia.

Para refletir:

Como está sendo organizado o Plano Diocesano de Formação para o Laicato em sua realidade local?

Para aprofundar (Referências Bibliográficas):

BINGEMER, M. C., in *Concilium* 346, 2012/3, Revista Internacional de Teologia.

BINGEMER, Maria Clara- *Identidade Crística*, Ed. Loyola, SP,1998, p 25.

BROWN, Raymond. – *A Igreja dos Apóstolos*, São Paulo:Paulinas, SP 1986.

Compêndio do Vaticano II. Rio de Janeiro: Vozes, 1968.

CONCÍLIO VATICANO II. Const. Dog. *Lumen Gentium*, 11ª edição, São Paulo: Paulinas, 1966.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática Lumen Gentium* in Documentos do Concílio Vaticano II, São Paulo: Paulus, 2001.

CONCILIUM / 208 – 1986/6, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1985.

DULLES, A. *A Igreja e seus modelos*, Ed. Paulinas, SP 1978.

DUSSEL ENRIQUE, texto: *Teologia do laicato?* – mimeo, s/data

FORTE, B. *A Missão dos Leigos* – São Paulo: Paulinas, 1987.

GONÇALVES, P. e BOMBONATO. Concílio Vaticano II- Análise e Perspectivas. São Paulo: Paulinas, 2004.

LIBÂNIO, J.B. *Igreja Contemporânea: Encontro com a modernidade*. São Paulo: Loyola, 2000.

LORSCHIEDER, A. *A Teologia a serviço da pregação e da vida*. Paulinas, 2006

LORSCHIEDER, *Texto para a Conferência*, REB/ – 2000.

LORSCHIEDER, A. O Mistério da Igreja no Vaticano II – Teologia I, Santo Ângelo, RS 1968.

MIRANDA, A. *Aparecida, a hora da América latina*, Paulinas, 2006.

MIRANDA, M. *A Igreja em Transformação*, 2019.

MIRANDA, M. *A Igreja que somos nós*, São Paulo: Paulinas, 2013.

MIRANDA, M. *A Reforma de Francisco*, 2017.

MIRANDA, M. *Igreja Sinodal*, São Paulo: Paulinas, 2018.

NONNA VERN Harrison, in *Concilium* 289– 2001 Ed. Vozes.

VELASCO, R. – *A Igreja de Jesus* – Ed. Vozes, RJ- 1995.

WEBER e RAUSCHER: A Comunidade Humana in *A Igreja no mundo de Hoje*, Petrópolis: Vozes, 1966.

Experiências formativas do CNLB - Uma formação para Ver, Julgar e Agir à Luz da Fé Cristã

Testemunho: Márcia Maria Domingas de Almeida Signorelli *



Para realmente contribuir com uma Igreja em saída, a Formação no CNLB sempre esteve e estará voltada para aprender a ver, julgar e agir à luz da Fé. Por isso ela é um direito, um dever e um instrumento que dinamiza, atualiza, alimenta, amadurece o laicato que é chamado a ser protagonista da evangelização.

Nesse sentido, a formação no CNLB nunca seguiu o tempo do relógio, mas foi se construindo como um tempo “tecido da riqueza das condições de encontros, reflexões, debates, discussões, semelhanças, diferenças, conflitos e convívios respeitando sua articulação com a informação, organização, espiritualidade e ação necessários a alimentar a vocação laical.

Assim, a Comissão de Formação sempre se renova à medida das exigências de cada época, “mudando” para não fugir de seu objetivo que será sempre o mesmo: um laicato maduro, enquanto Igreja no mundo, para dar respostas às perguntas que ele faz, aos desafios que apresenta, às dores suplicantes e também contribuindo, no seu interno, com a renovação de uma Igreja, capaz de responder aos sinais dos tempos.

Por ocasião do V Encontro Nacional do Laicato do Brasil, (junho de 2007) os participantes sentiram a urgência, entre tantas

outras colocadas, de que o CNLB continuasse a promover uma “formação integral e integradora, e uma pedagogia com meio e métodos evangélicos”.

E, que apresentasse “um projeto de formação básica para o laicato da Igreja no Brasil, organizado e oferecido pelo nacional e/ou regional, através da assessoria e com fornecimento de material enfatizando a identidade, profetismo, missão e organização, ao mesmo tempo em que buscasse superar todo clericalismo”. Também, que houvesse um “material específico para a formação de um laicato preocupado com sua participação cidadã na sociedade, através de publicações e áudio visuais, que fossem disponibilizados para os diocesanos e regionais para seus momentos de formação, bem como para seus organismos filiados”. (Caderno do V Encontro Nacional- 07 a 10 de junho de 2007/ Sumaré/S.P.)

A comissão de Formação sempre se renova à medida das exigências de cada época

E assim, a Comissão de Formação constituída teve a responsabilidade de se programar para responder às sugestões formativas desse V Encontro.

Quanto à 1ª sugestão dos grupos acima colocada, foi produzido pela Comissão (julho de 2007) um “projeto de formação básica sobre o laicato” e fornecido pela presidência do CNLB a todos os regionais que se dispusessem a organizar um encontro formativo com esse material. Ficaria a cargo dos regionais fazerem o convite aos seus membros, escolherem o local e ao CNLB caberia as despesas todas do evento. Responderam afirmativamente 17 regionais e assim a Comissão de Formação percorreu esses regionais com o projeto apresentado e que além da revista motivadora **“Laicato: de objeto a sujeito eclesial”**, trabalhava com áudio visuais incentivadores para a construção de um saber coletivo através do debate e avaliações da caminhada e propostas de ação social, cidadã e eclesial, sempre na linha do Ver, Julgar e Agir à luz da Fé.

Também foi apresentado o projeto de **Formação à Distância** que foi uma novidade. Propunha grupos de estudo mediante material motivador, enviado pelo correio. Além da produção de conhecimento, tinha por fina-

lidade a questão da sociabilidade, do encontro e da motivação para formação de novos Conselhos. O grupo, depois do estudo realizado, tinha como compromisso enviar uma avaliação e pareceres do texto estudado, só, para a seguir, receber novo material. Ao final do projeto, havia um encontro presencial entre o grupo e assessores, com reflexões, avaliações e propostas de ação e ao final a entrega de um certificado de participação. Esse projeto foi muito bem avaliado por 8 grupos de regionais. Como houvesse pessoas que desejavam fazer essa formação, mas não conseguiram se constituir como grupo, foi apresentada a mesma proposta, **Formação à distância via internet**, agora como estudo individual. A socialização dos temas e contribuições eram feitas por grupo via internet. Apesar da facilidade maior de acesso do que o do correio, essa proposta não teve o êxito esperado.

Uma nova Comissão a partir de 2011, trabalhou a formação pontual a convite dos regionais e

diocesanos bem como a produção, também de audiovisuais, revisão e facilitação de textos formativos, referentes à eclesialidade, espiritualidade como o dinamismo da participação cidadã na sociedade. Como as demandas se ampliavam e se localizavam, a Comissão apresentou o projeto de **Formação de Formadores**, entendendo a riqueza muito grande de formadores que os Regionais possuíam. A ideia era reunir esses formadores regionais com a Comissão e coletivamente produzirem um material motivador, com metodologia e estratégia para a formação nos regionais e diocesanos. Um grande passo seria dado, pois formadores nos regionais implicaria em que cada regional se motivasse a criar uma Comissão de Formação Regional respondendo assim o ensejo do V Encontro de que em “nível diocesano, a formação fosse dada a partir da Comissão de Formação do Regional ou da própria diocese”. Esse projeto foi desenvolvido com uma nova composição dessa Comissão Nacional.

Ademais, não poderia terminar esse depoimento, que vivi com grande alegria e disponibilidade, sem falar como foram abençoados os momentos formativos; como as pessoas chegavam sedentas do saber, da vontade de construir coletivamente seu conhecimento e conseguir medir e avaliar sua história como cristã leiga, cristão leigo e como saiam animados a repassarem o que vivenciaram. Posso dizer, com o coração agradecido que fazer parte da Comissão de Formação dessa época foi uma graça de Deus na minha vida, pelas pessoas eu conheci, com o que com elas aprendi e pelas irmãs e irmãos queridos e queridas da Comissão, com os quais foi possível construirmos juntas juntos, uma caminhada iluminada para que o CNLB respondesse favoravelmente à formação de seus membros. Deus seja louvado!

Cristã leiga, professora pedagoga/
CNLB Sul 1.

Comissão de Formação/Período de 2007 a 2015- Memória agradecida a Cecilia Guaraná, Izabel Arpa Gimeno, Edi Pradier, Vanda Maria Carvalho Lima (Equipistas Docentes), Maria Excelsa Teixeira (Nordeste IV.) Marilza Schuina (Oeste2) Maria Rosa Morala (Instituição Teresiana) Jaime Ribeiro Coelho e Carlúcia Maria Silva(Leste 2), Leila Cristina A. Carvalho (Norte 2), Eduardo Lange Filho(Movimento Familiar Cristão); Francisco Martins (Nordeste IV), Marcio José de Oliveira (Sul 1)



Formar o laicato para o protagonismo na transformação social e no anúncio do Reino

Testemunho: Wanda Conti *

Quando pensamos em formação, pensamos sempre em seu objetivo. Ou seja, não se trata apenas de formar aleatoriamente para “fazer pessoas informadas”, mas sim, cristãos leigos e leigas para descobrirem seu protagonismo na História e viverem no anúncio do Reino.

Nossa metodologia sempre foi baseada na interação, na troca de saberes, na partilha de experiências e na vivência comunitária cristã. Muito importante também, leigos formam leigos. Os assessores eram sempre cristãos leigos e leigas. Se algum padre ou bispo estava presente em algum momento

da formação, era para dar uma palavra de apoio ou acolhimento.

Tínhamos bem claro que formação a ser dada no CNLB deveria contemplar o aprofundamento da teologia do Laicato. Nossa base era a Carta de Princípios do CNLB, seus pilares de atuação decididos em Assembleia.



Documentos do Magistério da Igreja priorizando a Bíblia e o Vaticano II. Quem é o cristão leigo e leiga? Sua ação, organização, seu papel, sua identidade, sua missão no mundo, englobando Igreja e Sociedade. Seu protagonismo. Já praticávamos uma Igreja Sinodal, ou seja, uma Igreja toda Ministerial, um caminhar juntos e cada vocação enriquecendo o todo à sua maneira e modo de ser específicos. Uma Igreja Comunhão e Participação, toda Missionária.

A formação era para desenvolver o próprio Ser leigo/a e seu contributo para o conjunto. Formação catequética, bíblica, litúrgica, ou outra deveriam ser dadas

pelas respectivas Comissões Pastorais.

No primeiro contato já fazíamos uma dinâmica para mostrar aos participantes que eles não estavam lá para aprender somente, mas traziam dentro de si todo um aprendizado que poderiam partilhar.... era uma via de mão dupla. Os participantes sempre ficavam muito contentes em perceber que eles “tinham para dar...” Perguntávamos: o que cada um/a traz para o encontro, para partilhar e contribuir. A partir daí questionávamos as expectativas. O que cada um/a esperava daquele encontro? E com as expectativas construíamos juntos o painel para a Avaliação Final,

ou seja, o encontro havia sido bom se tivéssemos atingido nossas expectativas. Esses painéis ficavam expostos num varal e de tempos em tempos o assessor/a voltava a eles para que cada um percebesse se estávamos assumindo e contribuindo.

A partir daí tínhamos painéis para abordar a missão, o papel e identidade do cristão leigo/a incluindo também que tipo de formação necessitariam e também qual seria a espiritualidade. Naturalmente todo esse conjunto era direcionado para a missão do cristão leigo/a no meio do mundo. Esses painéis levavam em conta os pilares do CNLB priorizan-

do a “Transformação da Sociedade”, mais justa e mais fraterna, o “Anúncio do Reino”, a “Inserção na Sociedade”.

Esses painéis eram feitos com explanação de assessores/as, mas, principalmente com interação dos participantes e não tínhamos pressa. Pois, a sede de participar era tão grande que cada painel levava seu tempo. Os assessores/as ficavam bastante atentos para complementar se fosse o caso.

Era uma formação detalhada e abrangente para a assessoria com Documentos do Vaticano II, Magistério da Igreja, Análises da Conjuntura onde atuam os cristãos leigos/as. Formação da Palavra de Deus, Oração vivenciada e encarnada, leitura de formação geral. Íamos sempre em dois, e trabalhávamos em conjunto. Na maioria das vezes vinha o Bispo da Diocese onde estávamos para dirigir uma palavra de Pastor e animar os participantes.

Tudo isso era entremeado com orações, celebração da Eucaristia, atividades de lazer e confraternização com momentos de palavra livre. Os cursos eram de sexta-feira à noite até domingo, finalizando com o almoço.

Como a elaboração tinha sido coletiva, o assumir também era. Todos se sentiam autores e responsáveis por elas. Assumiam com muita alegria. Naturalmente

Uma Igreja toda Ministerial, um caminhar juntos e cada vocação enriquecendo o todo à sua maneira e modo de ser específicos

procurávamos refletir juntos os compromissos que essas “descobertas” trariam. Tudo era direcionado para o SER CRISTÃO LEIGO/A E O AGIR DO CRISTÃO LEIGO/A NA SOCIEDADE, o que incluía vida comunitária, vida profissional, familiar, social, toda a vida.

Trabalhamos essa formação em encontros por grandes regiões, em âmbito do CNLB NACIONAL, e também no CNLB SUL 1, dos quais participei muitos anos das Comissões de Formação dessas duas instâncias.

Além dessa formação de base, tínhamos um segundo curso: Formação de formadores. Ou seja, esse se destinava aos que iriam em seus Regionais ou Dioceses reproduzir a formação. Era bastante simples. Consistia em montarmos um curso de formação desde a sua carta convocatória, pensarmos local, toda infra que era necessária e desenvolvemos os painéis que

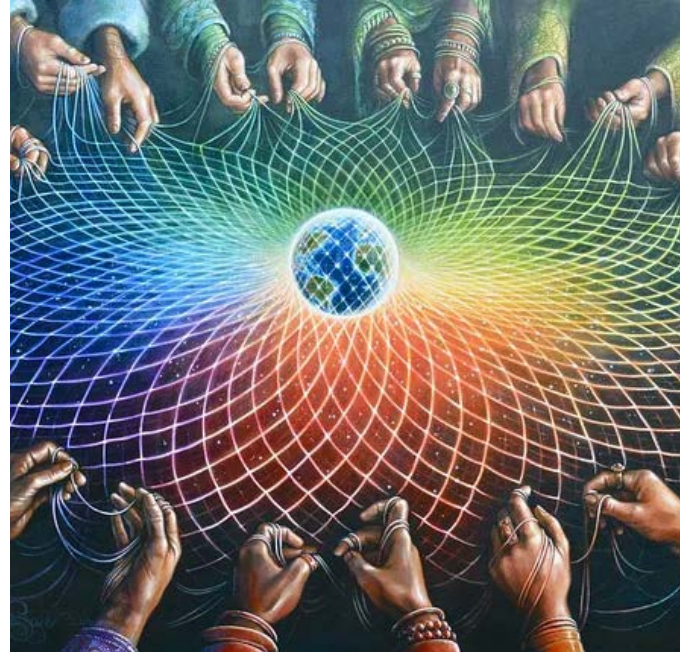
cada situação apresentaria. Esses cursos nos mostraram que não era necessária uma formação teórica, intelectual e de estudo formal, mas sim uma vivência e uma capacidade de comunicar e entusiasmar. Cada grupo apresentava seu curso para o conjunto e todos os outros acrescentavam o que lhes parecia necessário ou sugeriam eliminar o que não ajudaria.... Os resultados eram sempre surpreendentes. Como tínhamos de 04 a 05 grupos, os participantes saíam com esse número de propostas e experiências. Os participantes sempre são criativos e gostam de interagir. Lembro bem de uma senhora em Rondonópolis/MT, da sua alegria quando percebeu que conseguia criar e que sua experiência contava bastante. Ela saiu transformada.

Assim é que buscamos sempre, na formação dada pelo CNLB, formar cristãos e cristãs em sua vocação laical e na transmissão desse conhecimento. Isto é ser “Peregrinos da Esperança”, o convite que vivemos agora neste Jubileu.

Cristã leiga, Arquidiocese de Campinas, onde atuou na Coordenação de Pastoral da Arquidiocese. É atuante em processos de formação sindical e política. Atuante em comissões de formação do CNLB e CNLB Sul 1. Atualmente é membro da Comissão de Assessoria Permanente – CAP.

Projeto de Formação Rede de Multiplicadores

Testemunho: Célia Soares *



O Projeto de Formação Rede de Multiplicadores (RM) foi elaborado a muitas mãos de cristãos leigos e leigas de diversos lugares do Brasil, trazendo para o contexto atual as experiências formativas vividas ao longo da história do CNLB. É uma excelente proposta que proporciona um excelente conteúdo e possibilidade de formar lideranças do laicato em vista do seu protagonismo como sujeito eclesial e a alegria da pertença a uma comunidade eclesial, pelo Batismo que nos faz Igreja.

É uma alegria fazer parte da Comissão de Formação Nacional (CNF) do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, CNLB, a qual é composta por 10 cristãos leigos e leigas de diversas regiões do país e pela oportunidade de conhecer muitos cristãos leigos e leigas dos diversos Regionais. São pessoas sedentas por “avançar em águas mais profundas” através do estudo e aprofundamento da

Palavra de Deus, por temáticas tais como a Eclesiologia do Vaticano II, as Conferências Episcopais da América-Latina e Caribe, a Doutrina Social da Igreja e o Magistério da Igreja, com destaque para as orientações do Magistério do Papa Francisco.

O Projeto de Formação RM foi estruturado em 4 eixos: Identidade, Vocação, Espiritualidade e Missão dos Cristãos Leigos e Leigas. A compreensão e a importância do Batismo se destacaram como um dos pontos mais significativos para muitos dos participantes leigos e leigas, e isso contribuiu, em muito, para o interesse e participação das/os multiplicadores. Cada cursista se comprometia a multiplicar as reflexões com outros grupos de cristãos leigos e leigas das Comunidades, Arquidioceses, Prelazias, daí o nome Rede de Multiplicadoras/es.

A aplicação da primeira turma da Rede de Multiplicadoras/es foi no formato de Projeto Piloto

no CNLB para 6 Regionais e posteriormente, nos dois anos seguintes, com todos os demais regionais, inclusive com Movimentos Eclesiais, como o Movimento Fé e Luz.

Uma das propostas da atual Comissão Nacional de Formação do CNLB Nacional (CNF) é atualizar e revisar alguns temas dos 4 Eixos levando em conta a dinamicidade de temas que reflitam questões contemporâneas; além de motivar os regionais para que apliquem novamente a Formação proposta na Rede de Multiplicadoras/es. O chamado do Papa Francisco para “ir às periferias geográficas e sociais” é uma das motivações do Projeto de Formação, que busca animar e motivar os cristãos leigos e leigos ao protagonismo eclesial e social.

Cristã leiga, Diocese de Guarulhos/São Paulo. Teóloga, mestre e doutoranda em teologia, membro da Comissão de Formação do CNLB e assessora do Setor Leigos da Comissão do Laicato/CNBB.

Em busca de águas mais profundas - Sobre a espiritualidade laical em celebração aos 50 anos do CNLB

Ceci M. C. Baptista Mariani *

“Avançai para águas mais profundas, e lançai vossas redes de pesca” (Lc 5,4)

Espiritualidade é caminho. O teólogo Comblin, em sua obra *O Caminho: ensaio sobre o seguimento de Jesus*, nos lembra que, em sua origem, o cristianismo é um caminho, uma forma de viver a vida tendo como referência a Boa Nova anunciada por Jesus, o seu evangelho. “O caminho”, ele afirma, “foi um dos primeiros nomes que os cristãos deram à nova vida de convertidos a Jesus. Para eles, a vida nova era um caminho novo, e o que Jesus lhes pedia era que o seguissem nesse caminho” (COMBLIN, 2004, p. 7).

Ao longo da história do cristianismo, muitas formas de trilhar esse caminho foram experimentadas: o martírio nos primeiros tempos de perseguição, a vida monástica dos que foram em busca do silêncio do deserto, a radicalidade mendicante dos medievais que entenderam a importância da “irmã pobreza”, entre outras.

No decorrer da modernidade, em tempos mais próximos dos atuais, os cristãos, sensibilizados por uma nova compreensão da história e em



contato com o avanço dos estudos bíblicos, vão tomando consciência de que o seguimento de Jesus tem que ver com ação. Vão também percebendo que os novos tempos trazem a necessidade de ter os olhos abertos, atentos ao mundo, às “alegrias e esperanças”, às “tristezas e angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem”, conforme orienta a *Gaudium et Spes* (GS), pois reconhece-se que toda realidade verdadeiramente humana deve encontrar eco no coração dos verdadeiros discípulos de Cristo (GS,1).

Segundo o teólogo Johann Baptist Metz (2013), estes tempos de nova sensibilidade histórica e nova forma de aproximação da Bíblia possibilitam captar com mais clareza que o olhar messiânico de Jesus não tem como foco os pecados dos outros, mas seus sofrimentos. A Contemporaneidade pede, portanto, uma “mística de olhos abertos”, isto é, uma espiritualidade profunda que tenha em seu centro a prática da compaixão. A percepção da participação do sofrimento do outro no espírito do crucificado ressuscitado promove o descentramento, retira a pessoa de seus próprios interesses e suscita uma força de oposição que capacita para a interrupção dos contextos terrenos

da violência. A compaixão é impulso à conversão.

Ao longo do século XX, nos anos que precederam ao Concílio Vaticano II, vê-se com clareza que a espiritualidade cristã é uma caminhada movida pela convicção de que o Reino de Deus anunciado por Jesus deve acontecer já neste mundo, e que Deus conta com a nossa participação para a realização de sua obra salvífica. A espiritualidade, segundo a inspiração cristã, percebe-se, não é apenas um conjunto de práticas piedosas voltadas para a salvação individual, mas uma caminhada que tem em seu horizonte uma vida nova constituída a partir da vivência do amor *agápico*, isto é, o amor radical e incondicional de Deus pela criação, para o qual Jesus nos capacitou. A vida do cristão é o Reino de Deus neste mundo, como afirma Comblin (2004, p. 23):

As promessas, a espera dos dons do Espírito, a aspiração para a revelação do Espírito e o discernimento, o acolhimento e a coragem, a audácia, palavra evangélica básica, frente a um futuro ainda inseguro, mas dentro deste mundo em primeiro lugar. Pois quem se salva neste mundo, já está salvo para toda a eternidade. Todo o drama da vida se realiza neste mundo, e não na saída deste mundo.

Nestes 60 anos do Concílio Vaticano II e 50 anos do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), não devemos perder de vista que a compreensão de Igreja renovada pelo concílio supõe que cristãos e cristãs leigos busquem fundar sua atuação em uma espiritualidade madura e comprometida com o mundo. É importante lembrar que a vocação à santidade, enquanto vocação universal dos fiéis, segundo a Lumen Gentium (LG), deve ser exercida “segundo os próprios dons e cargos pelo caminho da fé viva” (LG, 41) e vivenciada pelos leigos e leigas principalmente no envolvimento com o mundo.

Como esclarece Kuzma (2015, p. 531), no contexto da compreensão de Igreja como Povo de Deus, a vocação dos leigos e leigas é garantida pelo batismo, “o que lhes dá autonomia e os insere na ação de toda a Igreja pela ligação íntima com Cristo, de quem recebem o múnus sacerdotal, profético e real; e aquilo que lhes é específico na missão, a sua inserção no mundo”.

Em vista da consciência de que o laicato é chamado a assumir a responsabilidade de dar testemunho da fé em um mundo secularizado, que tem como valor a laicidade e preza a autonomia das realidades terrestres, o CNLB teve como preocupação, ao longo de sua atuação, refletir sobre as novas demandas da espiritualidade laical e oferecer momentos de

formação e de aprofundamento espiritual em cursos e retiros de leigos e leigas que correspondessem a essa nova compreensão da identidade e missão do laicato e à compreensão de espiritualidade do Concílio Vaticano II.

Maria Clara Bingemer (2015) nos oferece uma boa síntese, a partir de uma hermenêutica de documentos do concílio, dos novos enfoques para viver a espiritualidade cristã. Enfoques que, de fato, serviram de orientação para a atuação do CNLB. A preocupação presente nos vários documentos conciliares, ela afirma, preocupava-se “em mostrar a importância de uma espiritualidade que integre espírito e corpo, história e eternidade, humano e divino, mística e política” (p. 367). Três elementos são ressaltados em sua reflexão sobre a compreensão de espiritualidade conciliar: a ênfase e valorização da Bíblia e a orientação para buscar fundamentação bíblica para a espiritualidade; a motivação para o envolvimento com a transformação social; e o aprofundamento da sensibilidade ecumênica, aliado à abertura dialogal.

A orientação para a valorização da Bíblia como recomenda o Documento sobre a Revelação (DV), segundo a teóloga, foi fundamental para a compreensão de que a espiritualidade, muitas vezes

reduzida a práticas tradicionais – tais como a reza do terço, de orações tradicionais aprendidas de memória ou ladainhas – não pode ser descolada de sua fonte bíblica. Os cristãos são convidados a acolher os avanços dos estudos bíblicos e debruçar-se sobre os textos sagrados. Na América Latina, ela lembra, a leitura popular nos Círculos Bíblicos, iniciativa que se desdobrou do espírito conciliar, fomentou o nascimento das Comunidades Eclesiais de Base e uma vivência da espiritualidade eclesial e participativa. A ênfase na escuta da Palavra, acrescenta, promoveu também abertura ecumênica, uma vez que

a Bíblia é terreno comum entre as diversas confissões e denominações cristãs, sendo de fato a condição de possibilidade de um “ecumenismo espiritual”, termo usado com grande propriedade na Unitatis Redintegratio em seu número 8 para referir-se às orações pela unidade, mas que cremos poder ser perfeitamente aplicável à oração comum dos cristãos a partir das escrituras (BINGEMER, 2015, p. 267-268).

Um segundo enfoque indicado por Bingemer (2015) tem muito que ver com a vocação lai-

cal. A valorização do mundo, da história, das realidades terrestres requer uma espiritualidade robusta e genuína, voltada para os desafios éticos e políticos. A Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, ela aponta, reconhece a necessidade de reconfiguração da espiritualidade que, nos anos que antecedem ao concílio, havia se fechado e caminhado em direção ao subjetivismo e espiritualização, deixando de lado o compromisso histórico com a transformação social. Com base na *Gaudium et Spes*, afirma que a espiritualidade conciliar deve levar ao reconhecimento da presença de Deus não apenas nos lugares e atos explicitamente religiosos, mas junto aos oprimidos.

A percepção da relação entre fé e política será um elemento importante na vivência espiritual. Acolhendo a consciência de que o mal não provoca apenas sofrimento individual, mas tem raízes estruturais, o concílio coloca a exigência de novas formas de viver a caridade extensivas ao campo da política. Considerando o enraizamento na história e na realidade, o concílio oferece condições para o desenvolvimento de uma espiritualidade “eminentemente solidária e social” (BINGEMER, 2015, p. 369), fundamental, podemos inferir, para a vivência do cristianismo no modo de vida laico. Não

se pode deixar de considerar também, acrescenta Bingemer (2015), que essa espiritualidade solidária aos desafios humanos, comunitária e comprometida com a transformação da realidade tem em seu centro Jesus Cristo, o protótipo dessa espiritualidade encarnada.

Finalmente, um último enfoque apontado por Bingemer (2015) tem que ver com a abertura ao diálogo possível a partir do cultivo da disposição para acolher os elementos espirituais das outras religiões, pois o concílio afirma a liberdade religiosa (*Dignitatis Humanae*) e convida ao reconhecimento das sementes do Verbo nas outras tradições religiosas, incluindo as tradições não cristãs (*Nostra Aetate*). A maturidade espiritual num mundo cada vez mais plural não pode desconsiderar essa abertura. Isso, é certo, vale especialmente para leigos e leigos empenhados em viver a fé em ambientes seculares. A partir do concílio, torna-se mais claro que não basta tolerar, mas é preciso dialogar e aprender de outras religiões. A noção de Revelação e a compreensão de Igreja conciliar deve corresponder a uma espiritualidade aberta e dialogal:

A uma Igreja aberta à pluralidade da verdade do mistério de Deus revelado não apenas dentro de suas fronteiras, mas a outras confissões, denomi-

nações e tradições religiosas, mesmo não cristãs, deveria corresponder uma espiritualidade igualmente aberta e dialogal, apoiada sobre a beleza das diferenças e fazendo do diálogo seu alimento e sua riqueza maior (BINGEMER, 2015, p. 372).

Na América Latina, a convocação é para a vivência de uma espiritualidade macroecumênica. Fazendo memória das Assembleias do Povo de Deus realizadas nos anos 1990, Dom Pedro Casaldáliga (1997) fala do desafio de passar do ecumenismo para o macroecumenismo, isto é, da necessidade de alargar o diálogo, não apenas com as grandes tradições, mas também com as pequenas, considerando as religiões próprias de comunidades indígenas, por exemplo. O macroecumenismo, ele afirma, é “dialogar interreligiosamente, porém sempre num compromisso social pelos excluídos” (Ibidem, p. 36). Não é uma organização nem um movimento, mas uma atitude que reflete uma espiritualidade com característica de uma mística: “uma atitude que a gente acredita ser agradável a Deus, ao Deus de todos os nomes, maior que todos eles, que para a nossa fé cristã é o Deus do Reino que se revelou humanamente e historicamente em Jesus de Nazaré” (Ibidem, p. 37).

O Concílio, como podemos inferir do que aponta Bingemer (2015), convida a todas e todos os cristãos a responder a Jesus, que nos diz: “Avançai para águas mais profundas, e lançai vossas redes de pesca” (Lc 5,4). A fidelidade ao “caminho” supõe, como testemunham os místicos, a busca de uma vivência espiritual profunda fundada na escuta da Palavra, comprometida com o cuidado da vida e aberta ao ecumenismo e ao diálogo com todas as pessoas de boa vontade que confiam na força transformadora do amor.

É importante destacar que o caminho para o aprofundamento supõe a participação na comunidade de fé: é na comunhão fraterna que leigos e leigas vão encontrar forças para a inserção no mundo. Mediante o crescimento do individualismo, grande desafio do século XXI, o documento 105 da CNBB sobre “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade”, de 2016, alerta para a tentativa de aderir a espiritualidades intimistas e individualistas.

Também o “mundanismo espiritual”, que consiste na fidelidade a um estilo católico próprio do passado, tem assombrado a atual compreensão de espiritualidade. Citando a *Evangelii Gaudium* (EG), o documento da CNBB adverte sobre a “suposta segurança doutrinal ou disciplinar que dá lugar a um elitismo narcisista e autoritário” (EG, 94 apud CNBB, 2016, p. 199), uma forma desvirtuada de

cristianismo que tem se mostrado muito sedutora.

A espiritualidade laical, considerando a caminhada histórica que se desenvolve a partir do Concílio Vaticano II, apesar dos recuos, é caracterizada por este documento como uma espiritualidade que convida à comunhão e impulsiona a missão, fundamentada na comunidade trinitária e no mandamento do amor. Uma espiritualidade que será praticamente observada em seus frutos:

A espiritualidade de comunhão e missão se comprova no esforço e na prática da misericórdia, do perdão, da reconciliação e da fraternidade, até ao amor aos inimigos. Cultiva o esquecimento de si e a elevação do outro. Portanto, é a espiritualidade do encontro, do diálogo, da saída de si e da superação da discriminação, da exclusão, da escravidão, da dominação. É remédio contra o individualismo, o isolamento, o sectarismo (CNBB, 2016, p. 194).

Enfim, muitas outras coisas poderiam ser recolhidas da trajetória dos cristãos leigos e leigas no esforço de uma vivência espiritual profunda e da colaboração do CNLB nesse processo. Essa bela caracterização do documento 105 da CNBB, é, de fato, mais uma esperança do que uma realidade. A espiritualidade é e será sempre um grande desafio.

Professora do PPG em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas e da Faculdade de Teologia. É bacharel e licenciada em Filosofia pela Faculdade de Filosofia Nossa Senhora de Medianeira. Possui graduação e mestrado em Teologia Dogmática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora de Assunção. É doutora em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Para refletir:

“Nestes 60 anos do Concílio Vaticano II e 50 anos do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), não devemos perder de vista que a compreensão de Igreja renovada pelo concílio supõe que cristãos e cristãos leigos busquem fundar sua atuação em uma espiritualidade madura e comprometida com o mundo”.

Para aprofundar (Bibliografia):

BINGEMER, M. C. L. *Espiritualidade*. In: PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W.L. (Dir.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015, p. 366-372.

CASALDÁLIGA, P. *O macroecumenismo e a proclamação do Deus da Vida*. In: TEIXEIRA, F. (Org.), *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997.

COMBLIN, J. *O caminho: ensaio sobre o seguimento de Jesus*. São Paulo, Paulus, 2004.

CONCÍLIO VATICANO II. *Constituição Dogmática “Lumen Gentium” sobre a Igreja*. Roma: A Santa Sé, 1964. Disponível em: <<https://bit.ly/4hi72ee>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. *Constituição Pastoral “Gaudium et Spes” sobre a Igreja no mundo de hoje*. Roma: A Santa Sé, 1965a. Disponível em: <<https://bit.ly/4kMfNjw>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. *Constituição Dogmática “Dei Verbum” sobre a Revelação Divina*. Roma: A Santa Sé, 1965b. Disponível em: <<https://bit.ly/4bFPaZt>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. *Declaração “Dignitatis Humanae”*. Roma: A Santa Sé, 1965c. Disponível em: <<https://bit.ly/4bFZpNy>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

_____. *Declaração “Nostra Aetate”*. Roma: A Santa Sé, 1965d. Disponível em: <<https://bit.ly/3FsnkDV>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade*: sal da terra e luz do mundo. Documento da CNBB, 105. Brasília: Edições CNBB, 2016.

KUZMA, C. *Leigos*. In: PASSOS, J. D.; SANCHEZ, W.L. (Dir.). *Dicionário do Concílio Vaticano II*. São Paulo: Paulus, 2015. p. 527-533.

METZ, J. B. *Mística de olhos abertos*. São Paulo: Paulus.



Espiritualidade encarnada, somos chamados à santidade.

Testemunho: Wanda Conti *

Com o objetivo de que seja desenvolvida cada vez mais a Teologia do Laicato, sabendo que cristãos leigos e leigas são chamados a serem protagonistas e a viverem a Sinodalidade, a sua caminhada para Deus, o Conselho compreendeu desde seu início qual o papel e a importância da Espiritualidade na Vida e na Ação Cristã. Para tanto, sempre nos ocupamos em mostrar que a espiritualidade é dimensão intrínseca da vida do cristão, da vida do batizado, portanto não se trata de um elenco de devoções ou de orações prontas. Nem tampouco um imaginá-

rio de quase que superstições ou repetições mágicas.

Sabemos que as devoções são importantes quando colocadas em resposta a uma ação concreta de adesão a Deus e a Seu projeto de Amor e Salvação. Mesmo o papel e importância da Virgem Mãe, Nossa Senhora, nos ensina o Concílio Vaticano II, sempre deve estar referendado por Jesus e Sua Missão Salvadora.

Conscientes de que somos convocados a ouvir o Espírito Santo, como diz o evangelho de João, Ele vos ensinará todas as coisas, importante é ver o desenvolvimento da espiritualidade

nessa dimensão. Somos discípulos missionários.

Se a Espiritualidade deve ser o alimento da vida cristã, sempre nos perguntamos: que espiritualidade pode e deve alimentar a vida do cristão leigo e leiga?

Também sabemos que na transmissão da fé temos muitos mitos a derrubar e muitas crendices que foram se cristalizando como “dogmas”. Somente um encontro vivo e de troca de vida com Jesus é que nos faz crescer na vivência de Seu Dom, para comunicar o Seu Amor e a Salvação ao mundo.

Estamos no meio do mundo.... Como rezar a vida que vive-

mos?... Como viver em comunhão com a oração que fazemos? Sem dúvida um grande desafio é aprender a cada dia. Crescemos na fé e no amor no dia a dia, na repetição e pequenos atos de adesão e de confiança.

Cada vocação na Igreja reza sua vida conforme o dom de Deus e todas juntas enriquecem o Anúncio do Reino. Muitos cristãos começaram rezando com o que chamávamos o Breviário, a Liturgia das horas. Vimos que comunitariamente ajuda, instrui e alimenta. Mas, como temos diferentes exigências de vida, temos diferentes maneiras de rezar a vida.

Para o cristão significa encontrar nos diferentes momentos do dia e nas diferentes atividades como manter se em comunhão com Jesus e acolher o Seu Espírito Santo. Cada qual é chamado a empenhar-se em adequar à sua vida momentos breves ou mais longos de um encontro com Deus, em quem estamos, nos movemos e somos. Em Deus nós temos o ser, o mover e o agir.

Ao refletir sobre a missão e papel do cristão leigo/a, sobre sua identidade, sempre priorizamos ratificar a realidade, mesmo se não visível ou que não se toca com os dedos, somos pessoas espirituais, o que nos move é o Espírito, então toda sabedoria que nos vem pelos

estudos, pela doutrina, pela prática vivencial não pode ser teórica ou intelectualizada. É obrigatória essa percepção que é um conhecimento que vai além de nós mesmos, que transcende a realidade humana, e que não possuímos senão quando recebemos. É um encontro de Vida, não é teórico, mas vivificante e deve abranger nossa vida inteira, nada escapa.

Ir permeando o dia com pequenos gestos, sinais de abertura a essa realidade. Rezar o dia. Sair do esquema de oração matinal, antes das refeições e ao dormir. Mas sim, que esses momentos sejam cheios do sentido da pertença de Deus. Fazer e viver de outra forma os mesmos gestos que sempre fizemos.

Nos encontros nos ocupamos sempre de fazer momentos de oração com criatividade, interação e simplicidade. Também não era sempre os mesmos que preparavam, todos assumiam os diferentes momentos de oração.

A leitura da Palavra de Deus era não somente recomendada mas refletíamos que a Palavra é indispensável na vida cristã e é fonte de Revelação permanente.

O conhecimento da vida dos Santos e Santas, que buscaram em diferentes tempos e em diferentes situações de vida viver esse convívio com Deus.

O estudo de Documentos do Magistério da Igreja que abrem perspectivas novas para essa relação filial de amor.

A celebração eucarística sempre era valorizada como um espaço de verdadeira comunhão e abertura e interação entre os participantes.

Era sempre indicado que fizessemos nos grupos onde vivíamos a fé aprendizados de oração e silêncio para esse encontro com Deus, com Jesus e com o Espírito Santo. Vivemos ainda em um tempo onde muitos cristãos confiam em padres e religiosos para a formação espiritual. Mas, pouco a pouco fomos mostrando que leigo forma leigo em todos os campos da vida. E que é muito importante a experiência partilhada da vida concreta.

Muitas vezes nos encontros de formação se organizavam painéis sobre a espiritualidade leiga, como rezar e viver a santidade no meio do mundo. Conforme já dissemos será sempre um processo na caminhada. É mesmo o seguimento de Jesus, não tem como não ser espiritual, Deus é Espírito Encarnado em Jesus. Pede todo nosso empenho, mas antes pede nossa confiança em Deus que nos ensina e também na vocação à Santidade a que todos e todas somos chamados.

O agir cristão na sociedade

Marilza José Lopes Schuina *



“**A**mim me basta a palavra de Deus”. É o que dizem muitos cristãos e cristãs de “boa fé” ao olharem para o mundo e por não gostarem do que veem, se fecham nas palavras do Evangelho. É verdade que devemos ter, à luz da fé, um olhar crítico para o mundo, para as realidades que nos cercam, mas não é verdade que devemos olhar o mundo para dele se afastar e usar como justificativa o Evangelho. Até mesmo Deus se fez um de nós, encarnando-se na realidade humana para que possamos fazer o mesmo: “o Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós”.

As realidades do mundo têm sua estrutura própria, como vai nos dizer a Gaudium et Spes: “se por autonomia das realidades terrenas se entende que as coisas criadas e as próprias sociedades têm leis e valores próprios, (...) é perfeitamente legítimo exigir tal autonomia. (...) Por esta razão, a investigação metódica em todos os campos do saber, quando levada a cabo de um modo verdadeiramente científico e segundo as normas morais, nunca será realmente aposta à fé, já que as realidades profanas e as da fé têm origem no mesmo Deus” (36).

No Documento 105 – Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade – os bispos do Brasil refletem sobre essa dimensão pastoral evangelizadora e missionária da atuação dos cristãos leigos e leigas, por meio de seu testemunho no mundo. Recordam os bispos a índole secular que caracteriza o ser e agir dos cristãos leigos e leigas como nos diz a Lumen Gentium: “A voca-

ção própria dos leigos é administrar as coisas temporais, em busca do Reino de Deus. Vivem, pois, no mundo, isto é, em todas as profissões e trabalhos, nas condições comuns da vida familiar e social, que constituem a trama da existência. São aí chamados por Deus, como leigos [e leigas], a viver segundo o espírito do Evangelho, como fermento de santificação no seio do mundo, brilhando em sua própria vida pelo testemunho da fé, da esperança e do amor. Compete-lhes, pois, de modo especial, iluminar e organizar as coisas temporais a que estão vinculados, para que elas se orientem por Cristo e se desenvolvam em louvor do Criador e do Redentor” (31).

Recordam ainda os bispos, o que vai nos dizer a Evangelii Nuntiandi, publicada em dezembro de 1975 (ano da criação do CNL): “A sua primeira e imediata tarefa (...) é o vasto e complicado mundo da política, da realidade social e da economia, como também o da cultura, das ciências e artes, da vida internacional, do mass media e, ainda, outras realidades abertas à evangelização, como sejam o amor, a família, a educação das crianças e dos adolescentes, o trabalho profissional e o sofrimento” (70). (cf. CNBB 105, 4-6). A Evangelização no Mundo Contemporâneo foi, inclusive o tema do II



Encontro Nacional de Movimentos Leigos, em agosto de 1973, no processo da criação do CNL.

“Veja bem que a Exortação Apostólica, retomando as mudanças e orientações a respeito do laicato, oriunda do Concílio Vaticano II, mais uma vez, empurra os leigos (as) para agir (pôr em prática) no mundo. Essa insistência ressoa fundo no coração, na memória e na consciência das lideranças mais atentas e participativas. É mais uma convocação à participação” (Costa Sobrinho, 2001).

Na Exortação Apostólica Christifidelis Laici São João Paulo II nos diz que “os fiéis leigos [e leigas] não podem absolutamente abdicar da participação na política, ou seja, na múltipla e variada ação econômica, social, legislativa,

administrativa e cultural, destinada a promover orgânica e institucionalmente o bem comum” (42).

Vale lembrar que o CNL participou efetivamente da preparação para o Sínodo dos Bispos sobre os Leigos (1987), realizando o I Encontro Nacional de Leigos, pós criação do CNL, de 05 a 07 de agosto/1987, em Mariápolis-SP, do qual participaram cerca de 500 cristãos leigos e leigas de todo o Brasil, com o tema “*Leigos, presença, compromisso, participação: Igreja e Mundo*”. As conclusões do encontro foram levadas a Roma pelo então presidente da CNBB, D. Luciano Mendes de Almeida. “Os temas das propostas encaminhadas ao Sínodo através da CNBB foram: o leigo e o mundo do trabalho, a luta de classes e a participação política; a formação do laicato; a participação na Igreja, relacionamento com a hierarquia e autonomia do leigo; espiritualidade dos leigos; formação dos seminaristas; pastoral familiar e a Igreja e a opção pelos pobres e jovens” (CNL, 1989, apud Passos, 2014, p.273).

“Sobre o Sínodo, o CNL publicou dois cadernos. O Caderno CNL 2 Sínodo: da preparação ao acontecimento, com os documentos do I Encontro Nacional de Leigos; a mensagem final do Sínodo; as homilias de abertura e



o encerramento do papa João Paulo II e as proposições apresentadas ao papa. O Caderno CNL 3 Sínodo: intervenções e reflexões, com as intervenções dos leigos e leigas, dos bispos brasileiros e de outras nacionalidades. Registramos a intervenção de Dom Luciano Mendes de Almeida sobre a comunhão e a participação dos leigos no único Povo de Deus, em que ele destacou a necessidade de iniciativas conjuntas nas quais haja colaboração entre pastores, religiosos e leigos, para dessa forma, compreender corretamente a vocação laical. Afirmou 'reuniões e conselhos de leigos e religiosos, muito contribuem para aperfeiçoar os próprios carismas e valores, quando contribuem para o bem de todo o Povo

de Deus" (CNL, 1989, apud Passos, 2014, p.273).

Em sua Carta de Princípios, por exemplo, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil assume essa dimensão da vocação laical de inserção no mundo, dentre os quais destacamos:

"Assumir uma ação profético-missionária, num processo de conversão permanente da Igreja ao Evangelho 'para que o mundo creia' e ela seja sinal e instrumento de transformação da sociedade".

"Aprofundar e difundir uma espiritualidade encarnada nas várias realidades, vivenciada na comunhão, inspirada no testemunho das bem-aventuranças, que se expressa especialmente na evangélica opção preferencial pelos oprimidos, assumida e proclamada pela Igreja da América Latina".

"Mobilizar processos de formação do laicato e subsidiar os dos organismos filiados, desenvolvendo uma consciência crítica, para que nossa ação seja mais eficaz no mundo e coerente com o nosso batismo".

"Incentivar o laicato a participar nas mais variadas formas associativas e espaços públicos, tais como partidos políticos, sindicatos, associações, conselhos, movimentos sociais e populares e outras organizações que combatam a injustiça e a opressão, em favor da

vida e da esperança, no compromisso da construção da sociedade justa, fraterna e solidária".

"Assumir uma atitude de abertura ecumênica e de diálogo inter-religioso, comprometendo-nos também em programas comuns, na construção da justiça e na defesa da vida".

"Assim, para assumirmos o agir cristão na sociedade temos que conhecê-la por dentro, conhecer a forma como as coisas acontecem, conhecer os agentes que a constroem e a forma como o fazem. Se queremos, a partir da fé, agir como cristãos no tecido humano da sociedade, então é necessário conhecer os mecanismos da realidade concreta que precisamos transformar, em nome mesmo da Palavra de Deus encarnada em Jesus Cristo" (Signorelli, 2008).

Nos tempos difíceis da história do Brasil, o surgimento do CNL e suas publicações fazem parte de complexo e conflituoso contexto conjuntural. "Inicialmente planejada como uma revista de sistematização e difusão da reflexão teológico-pastoral voltada para a organização leiga, bem como veículo promotor da articulação dos leigos entre si, mas também com outros setores eclesiais. Publicado nos idos de 1976 este material representou o único volume em cuja face aparece o nome CNL, entre-

tanto sua publicação foi rapidamente interrompida. Há uma dificuldade quanto a sua continuidade, por causa do contexto político em que se vivia; o regime militar mantinha sob estreita vigilância a circulação de todo e qualquer material escrito. Este PARTICIPAÇÃO número 1 foi, ele próprio, objeto de censura. Quando de sua publicação o assessor do Setor Leigos, Pe. Raimundo Soares foi 'convidado' para dar explicações sobre o seu conteúdo na Polícia Federal (anexos 3, 4, 5). Esta janela nos mostra como nosso Conselho foi gestado e dado à luz sob circunstâncias adversas. E ainda assim, aqui estamos nós. A história nos aponta como a vida é forte e como resiste" (Wolmir Amado).

Os textos publicados no PARTICIPAÇÃO 1 eram sobre:

- 1- O que é o CNL, seus objetivos, seus atuais integrantes.
- 2- Fé adulta ou infantilismo religioso? Pe. Afonso Garcia. O texto aborda eixos como pessoa imatura e religiosidade infantil; pessoa amadurecida e fé adulta; alguns fatores da atual crise da fé; a crise da fé questiona os movimentos.
- 3- Reunião do Secretariado de Juventude do Conselho Nacional de Leigos – sugestões



produzidas na reunião de setembro de 1976 e conclusões da realidade do jovem no Brasil hoje.

- 4- Um apelo da ACO – que o CNL de firme como representativo e autêntico organismo capaz de representar, interpretar e garantir a continuidade ao engajamento de leigos que optarem, ou buscam optar pela Evangelização nos seus respectivos meios.
- 5- Comunicado sobre as interpretações imperfeitas e contraditórias a respeito das conclusões do V Conselho Internacional da JOC, realizado em Linz, Áustria.
- 6- Roteiro para debate: DOMINAÇÃO – DEPENDÊNCIA: BINÔMIO INTOLERÁVEL.

- 7- Quem fala pelo episcopado.
- 8- CNBB – comunicação pastoral ao povo de Deus sobre a responsabilidade de quem puxa o gatilho e das raízes mais profundas que colaboram para gerar a violência; sobre a posse da terra; sobre a situação dos índios; sobre a segurança; sobre a justiça; sobre a ação da Igreja; sobre as agressões à Igreja.
- 9- O CNL escreve aos bispos sobre os mesmos acontecimentos.
- 10- Educar na fé: missão da família.

O CNLB, com consciência histórica reabastece o presente, continuando seu compromisso evangelizador de viver a sua vocação laical junto aos pobres, as pobres, os excluídos, as excluídas. A luta pela dignidade da pessoa humana é um marco referencial deste Organismo de Comunhão Eclesial que tem atuado ao longo da história.

A Constituinte de 1988

À época da Constituinte, a CNBB era presidida, por D. Luciano e juntamente com um grupo de aliados ligado a Arns composto por intelectuais reconhecidos, muitos deles professores nas faculdades de direito da USP e da PUC, como

Plínio de Arruda Sampaio⁴³, Dalmo de Abreu Dallari, Hélio Biscudo, Luiz Eduardo Greenhalgh, Francisco Whitaker⁴⁴, Fábio Konder Comparato, José Carlos Dias, dentre outros políticos e juristas católicos, posicionaram-se publicamente a favor da democracia e da realização da Constituinte. Destacaram-se durante a abertura democrática, inclusive, contra a proposta do governo Sarney de elaborar a nova Carta a partir de uma Comissão de Notáveis indicada pelo Executivo. Democracia era a palavra de ordem.

O CNLB participou ativamente de todo o processo da elaboração de nova Carta Magna do país, para que causas, como o Plano Nacional de Reforma Agrária e o tratamento social das crianças e adolescentes abandonados e marginalizados fossem concretizados. Esses dois assuntos foram temas das Campanhas da Fraternidade de 1986 (Terra de Deus, Terra de Irmãos) e 1987 (Fraternidade e menor: quem acolhe o menor a mim acolhe).

A ação do CNLB vai se dá justamente na participação desses processos, de realização das Campanhas da Fraternidade e das assembleias locais de elaboração da nova Constituição Federal, bem como da Campanha das Diretas Já.

“A Constituição da Repú-

blica Federativa do Brasil de 1988 deu a possibilidade de o povo exercer a sua soberania também pela via direta através de institutos de participação popular, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, preconizados no seu artigo 14, incisos I, II e III. Todavia, a positivação desses institutos no texto constitucional foi o resultado de uma grande mobilização da sociedade civil organizada que clamava por uma maior participação no processo Constituinte e para o qual foram apresentadas Emendas Populares” (Sartor Pereira e De Souza Vieira, UNESCO).

Compromissos dos encontros nacionais do CNLB

Em 1993, o CNL realiza o II Encontro Nacional do Laicato, na cidade de Lins-SP, de 10 a 13 de junho e o tema é “Os cristãos e os desafios do Brasil: presença e compromisso”. Os compromissos assumidos foram: “participar, de forma organizada, da Campanha de Combate à Miséria e pela Vida; participar dos debates da Revisão Constitucional, em defesa das conquistas sociais; lutar pela implementação da Reforma Agrária e uma política agrícola adequada e justa; engajar-se ativamente na promoção das Semanas Sociais em plano regional e nacional” (Sobrinho, 2001).

O III Encontro Nacional, acontece em Goiânia-GO, de 06 a 09 de junho de 1996, com o tema “Cidadania: construção e compromisso do cristão”. Os compromissos assumidos foram: engajamento na conquista de uma profunda reforma no uso da terra: reforma agrária que propicie terra para quem nela quer produzir e reforma urbana para quem dela precisa para morar dignamente e sobre ela construir sua família; lutar por políticas geradoras de empregos e distribuidoras de renda”; estar presentes em todas as ações que busque uma radical inversão de prioridades sócio político-econômicas, no sentido de banir do nosso meio todos os efeitos maléficos do neoliberalismo, construindo uma sociedade justa e igualitária; envolver, de corpo e alma, no Projeto de Evangelização Rumo ao Novo Milênio para que aconteça, de fato, o Ano Jubilar...” (Sobrinho, 2001).

Nesses dois encontros, os compromissos assumidos reafirmam a vocação de um laicato profundamente comprometido com a participação, a discussão política, buscando uma relação fraterna de diálogo e de serviço à defesa da vida, em meio aos conflitos. É o cristão leigo e leiga agindo politicamente no sindicato, nas associações de moradores, nos grupos de reflexão, nos grupos de acompa-

nhamento de câmaras, nos grupos e pastorais de fé e política, e muitas outras atividades, sem falar na atuação nos conselhos de educação, de saúde, da criança e do adolescente, do idoso, etc.

A participação política dos cristãos leigos e leigas na construção de uma sociedade justa e fraterna se confirma como um serviço: “A Igreja louva e aprecia o trabalho de quantos se dedicam ao bem da nação e tomam sobre si o peso de tal cargo, sem serviço dos homens” (GS 75).

Ao longo dos anos, o laicato do Brasil tem se engajado no Grito dos Excluídos e Excluídas, nos plebiscitos, como por exemplo, o plebiscito contra a adesão do Brasil à ALCA e a cessão da Base de Alcântara, no Mutirão contra a Miséria e a Fome.

O CEFEP e o CNLB

Fundado em 21 de fevereiro de 2005, o Centro Nacional de Fé e Política D. Helder Câmara - CEFEP é uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, coordenado pela Comissão Episcopal para o Laicato, expressa a importância da formação de cristãos leigos e leigas para o agir político. “Sua ação na construção de uma sociedade justa pode se concretizar seja em sua dimensão mais ampla – via movimentos sociais, pastorais sociais e outras

O Presidente da CNBB à época, Cardeal Geraldo Majella Agnelo, apresentando o ideário do CEFEP, ressaltou que o Centro



tem como objetivo: “fomentar em nosso País um pensamento social cristão à luz do Ensino Social da Igreja e dos valores evangélicos. Para tanto, visa contribuir com a formação de lideranças inseridas na política brasileira, em suas diferentes formas e níveis, a partir de uma reflexão bíblica e teológica das ciências sociais e da filosofia” (<https://cefep.org.br/>).

O Centro Nacional de Fé e Política “Dom Helder Câmara” dá corpo a uma visão sonhada por muitos há algumas décadas, entre eles o CNLB. A CNBB, ao entregar a presidência do Centro à Comissão Episcopal para o Laicato, expressa a importância da formação de cristãos leigos e leigas para o agir político. “Sua ação na construção de uma sociedade justa pode se concretizar seja em sua dimensão mais ampla – via movimentos sociais, pastorais sociais e outras

entidades da sociedade civil – seja pelo engajamento nos partidos políticos, assumindo até mesmo cargos eletivos. Com essas ações, queremos resgatar a dignidade da política” (<https://cefep.org.br/>).

O CNLB e o CEFEP trabalham juntos em iniciativas como cursos sobre a Doutrina Social da Igreja, organização de escolas de Fé e Política, preparação e realização de seminários.

A Lei da Ficha Limpa

A Lei Complementar nº 135 de 2010, mais conhecida como Lei da Ficha Limpa, é uma lei brasileira que foi emendada à Lei Complementar nº 64/1990 (Leide Inelegibilidades). A lei foi originada de um projeto de lei de iniciativa popular que reuniu cerca de 1,6 milhão de assinaturas com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos.

A lei proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar, mesmo que ainda exista possibilidade de recursos. Também torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado ou renunciar para evitar a cassação.

O projeto que deu origem à lei foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 5 de maio de 2010 e no Senado Federal no dia 19 de maio de 2010 por votação unânime. Foi sancionado pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva transformando-se na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional e válida para as eleições subsequentes.

A história do Projeto de Lei Popular 518/09 começa com a campanha “Combatendo a corrupção eleitoral”, em fevereiro de 1997, pela Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Esse Projeto deu continuidade à Campanha da Fraternidade de 1996, da CNBB, cujo tema foi «Fraternidade e Política». Foi entregue ao congresso em 24 de setembro de 2009, com 85 por cento das assinaturas colhidas nas paróquias e dioceses. Foi aprovada

após uma campanha nacional pela sua aprovação, a campanha Ficha Limpa, liderada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). O movimento trabalhou mais de um ano para coletar 1,3 milhão assinaturas (1% do eleitorado nacional) nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_da_Ficha_Limpa)

Este projeto contou com a efetiva participação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, nas atividades de formação e de coleta de assinaturas em todo o país, nas Igrejas, nas comunidades, nas pastorais, grupos e movimentos religiosos, mas principalmente juntos aos sindicatos, movimentos populares e movimentos sociais.

Hoje, atentos à ameaça à Democracia, o CNLB continua atuando para que candidatos políticos que tenham condenações criminais ou que apresentem irregularidades que comprometem a sua idoneidade sejam impedidos de se candidatarem nos pleitos eleitorais.

O Projeto Encantar a Política

O Encantar a Política é um projeto que conta com a colaboração de diversas organizações, que começou por iniciativa do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB), da Comissão Brasileira

Justiça e Paz (CBJP), do Centro Nacional Fé e Política Dom Helder Câmara (CEFEP), do Movimento Nacional Fé e Política (MNFP), da Comissão Episcopal para Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CEPAST/CNBB) e o Núcleo Estudos Sociopolíticos (NESP/PUC Minas). Para a elaboração do Caderno Encantar a Política, o projeto contou com a colaboração da Comissão Episcopal para o Laicato, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Pastoral da Juventude (PJ), a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), a Semana Social Brasileira, o Iser Assessoria, Coletivo Padres da Caminhada, Rede Brasileira de Fé e Política. Atualmente, possui uma aliança com mais de 30 organizações e entidades com o propósito de promover uma compreensão mais profunda e ativa da política entre os membros da igreja e da sociedade. Se articula em torno de três eixos:

- 1º - Despertar consciência crítica do eleitorado à luz do Ensino Social da Igreja (ESI) – o resgate da dignidade na política;
- 2º - Proporcionar capacitação para candidaturas de perfil popular e coletivo;
- 3º - Atuar no período eleitoral: combatendo a corrupção eleitoral; apoiando e se engajando em

candidaturas coerentes com o Ensino Social da Igreja e realizando a mobilização social pela democracia.

A grande inspiração para o projeto está nas encíclicas do Papa Francisco, como a Laudato Si’, Fratelli Tutti e Evangelii Gaudium. O projeto visa aplicar os ensinamentos do Papa à realidade contemporânea.

O objetivo central do projeto é capacitação para participação da política como expressão de caridade e amor social, fornecendo uma base sólida para aqueles que desejam se aprofundar no assunto, superando as divisões que a onda da extrema direita gerou nas famílias, comunidades e grupos.

Em 2022 o projeto publicou o caderno Encantar a Política. Em 2024, o projeto construiu aliança com a Revista Casa Comum nº8, com o tema “Reencantar a política: pela mobilização das urnas e das ruas”, que foi o “Caderno de Formação Política para 2024”, com informações e histórias impactantes e contribuições significativas para compreender a democracia como um processo contínuo de construção baseado em justiça e igualdade, com a realização de duas frentes de ações: o “Mutirão pela Democracia” e o “Curso de Planejamento de Campanhas Eleitorais” (cf. <https://cnlb.org.br/encantar-a-politica-mutirao-pela-democracia-e-a-formacao/>).

Conclusão

Estes são parte dos compromissos assumidos pelo próprio CNLB ao longo destes 50 anos de história. Compromissos assumidos com a justiça social, a defesa da democracia, os direitos humanos e da terra, a ecologia integral, a promoção da igualdade e superação da desigualdade social. Assim o CNLB vai consolidando sua presença na Igreja e no mundo como um Organismo de mediação da atuação do laicato na construção da cidadania.

Assumir o compromisso sociopolítico transformador é missão de todos nós, ou seja, de todo o povo de Deus. “Assim, a participação consciente e decisiva dos cristãos em movimentos sociais, entidades de classe, partidos políticos, conselhos de políticas públicas e outros, sempre à luz da Doutrina Social da Igreja, constitui-se num inestimável serviço à humanidade e é parte integrante da missão de todo o povo de Deus” (CNBB 105, nº 162). É Evangelho assumir a práxis de Jesus de Nazaré, para que todos e todas tenham vida digna.

Marilza J. L. Schuina, cristã leiga, pedagoga, professora especialista (UFMT). Possui especialização em Liturgia (Faculdade de Teologia Nª Sª da Assunção/PUC-SP) e Dimensão Social da Fé (Universidade Católica de Pernambuco). Presidente do CNLB no período de 2013-

2016 e 2016-2019. Atualmente é assessora do setor CEBs da Comissão Episcopal para o Laicato/CNBB, integra a Ampliada Nacional das CEBs, o Serviço Teológico Pastoral e a Comissão de Assessoria Permanente do CNLB (CAP).

Para refletir:

Como podemos continuar atuando enquanto cristãos leigos e leigas na sociedade, fortalecendo a nossa vocação laical e a organização dos cristãos leigos e leigas?

Para aprofundar (Bibliografia):

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade – Sal da Terra e Luz do Mundo (Mt. 5, 13-14). Edições CNBB, 2016.

Costa Sobrinho, João Batista da. História do Conselho Nacional dos Leigos (as) do Brasil. Goiânia, Editora Redentorista, 2001.

Passos, João Décio (org). Sujeitos no mundo e na Igreja: reflexões sobre o laicato a partir do Concílio Vaticano II. São Paulo: Paulus, 2014.

Série História do CNL 01 – As origens do CNL – Ata de criação.

Série História do CNL 04 – 1976 – Primeiro Informativo do CNL. Signorelli, Carlos Francisco. O agir cristão na política, 2008.



FAZER MEMÓRIA, VOLTAR ÀS FONTES!

“Uma possível conferência dos cristãos leigos e leigas”

(Dom Aloísio Cardeal Lorscheider/1995)

“...a Conferência Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas não é só possível, jurídica e teologicamente falando, mas é até desejável”.

(Subsídio para estudo/CNLB/Nov/2001)

Maria Elenise de Sousa Mesquita *

**“É memória! É caminhada!
É nossa história que vamos
celebrar!”**

Na alegria de fazermos história, recordemos um pouco do desejo de ver acontecer a 1ª Conferência Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas do Brasil.

Em 1989 começa a experiência de se reunir, uma vez ao ano, as presidências da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Conferência dos Religiosos do Brasil, da Comissão Nacional de Presbíteros, Comissão Nacional dos Diáconos, Conferência dos Institutos Seculares do Brasil e o então Conselho Nacional de Leigos. Já na primeira reunião, surgiu a ideia da Assembleia dos Organismos do Povo de Deus, o que vai acontecer em 1991.

Nesse ano foi intitulado o Dia Nacional dos Cristãos Leigos e leigas na Solenidade de Cristo Rei e aprovada a Carta de Princípios do CNL.

Esses aspectos mostram os passos que vão sendo dados pelo laicato na vivência da comunhão e participação, bem como na organização dos cristãos leigos e leigas.

Em sua Assembleia, no ano de 1994, o CNL iniciou uma reflexão sobre transformar o Conselho em “Conferência Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas”, a partir

de sua maturidade organizacional ...

... O tempo vai construindo e ampliando em todo Brasil, nos conselhos regionais, diocesanos e na CNBB a ideia de Conferência ...

... Subsídios são elaborados para aprofundar a compreensão sobre a identidade, a missão, a organização, a espiritualidade e a eclesiologia do laicato.

... A preocupação é constante ...

... A decisão vai se firmando.

Em 1999, de 3 a 6 de junho, aconteceram a XVIII Assembleia Geral /CNL e a Assembleia Extraordinária, em Belo Horizonte/MG, atendendo ao disposto no parágrafo único do Artigo 39 do Estatuto, na qual se decidiu a forma de organização do CNL: Conselho ou Conferência. Da AGE, convocada para decidir sobre a modalidade de organização do CNL, após as apresentações de teses sobre as duas modalidades e ampla discussão, emanaram algumas deliberações:

- Implementação da modalidade **Conferência** por meio de um **processo**, com passos planejados e seguros, com amplo envolvimento do laicato brasileiro, indicando-se o prazo até o ano 2001 para ser concretizado ...

- Criação imediata de Comissões de trabalho específicas para a condução do processo.
- Início imediato do processo com o estabelecimento de calendário mínimo que resultou no planejamento da realização de Conferências locais (paroquiais, regionais) durante o ano de 2000 até o primeiro semestre de 2001, com amplo programa de estudos e reflexões liderado pela Comissão de Formação.
- Realização da I Conferência Nacional de Leigos na Festa de Cristo Rei de 2001, em Fortaleza, no Ceará.

... E o CNL se prepara para os desafios do terceiro milênio ...

... **Em 2000**, de 22 a 25 de junho, realiza-se em Vitória, a XIX Assembleia Geral Ordinária do CNL, tendo como tema central o aprofundamento das reflexões sobre a organização dos leigos e leigas católicos do Brasil na modalidade CONFERÊNCIA, subsidiadas pelo Instrumento de Trabalho da I Conferência Nacional, marcada para novembro de 2001.

... **2001....** Foi o ponto alto,

aconteceu de **23 a 25 de novembro de 2001 a I Conferência dos Cristãos Leigos e Leigas/Evento**, em Fortaleza/CE, com a participação de 1000 representantes dos cristãos leigos e leigas de todo o Brasil. Aprovado o “Documento de Fortaleza – Conclusões da I Conferência dos Leigos e Leigas do Brasil” e a mudança do nome para - Conferência Nacional do Laicato do Brasil - CNLB. Momento de afloramento da maturidade do laicato brasileiro e um passo a mais na consolidação do Organismo.

Esse processo foi acompanhado pelo Setor Leigos e pela Comissão Pastoral da CNBB. Nos dias 30 e 31 de maio e 1 e 2 de junho de 2002, em Ilhéus, na Assembleia do CNLB foi aprovado o Estatuto da Conferência Nacional do Laicato do Brasil, tudo se encaminhando para a concretização.

...**2002...** Depois de muitas consultas, correspondências, reflexões e opiniões, em 17 de outubro de 2002, o CNLB encaminhou uma carta ao Cardeal Stanford Jams Francis Prefeito do Conselho para os Leigos respondendo a todas as questões explicitadas na carta enviada à CNBB, em particular fazendo as alterações ao Estatuto conforme foi solicitado.

Dúvidas chegaram à Roma por parte de alguns bispos. No dia 26 de outubro de 2002 os bispos dos Regionais NE1 (Ceará) e NE4

(Piauí), tiveram um encontro com o Papa João Paulo II. Certamente mal informado o Papa afirmou “[Com isto, se busca concretizar os esforços em direção das metas que realmente estão inscritas na Pastoral diocesana e, em última análise, na mente do Sucessor de Pedro e do Magistério corretamente aplicado; mas evita-se também o perigo de dispersão das forças vivas em objetivos distintos da «solicitude por todas as igrejas» (2Cor 11,28)]. Neste sentido, gostaria de chamar a atenção acerca do desejo manifestado em certos setores de transformar em Conferência o *Conselho Nacional dos Leigos*, como instância paralela à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Pretender criar um organismo autônomo, representativo dos leigos, sem referência à comunidade hierárquica com os Bispos, constitui um **defeito eclesiológico** de graves implicações facilmente detectáveis. Confio, portanto, na vossa diligência em prevenir os fiéis contra tais iniciativas”. (Site do Vaticano https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2002/october/documents/hf_jp-ii_spe_20021026_brazil-nordeste-i-iv.html)

A fala do Papa paralisou todo o processo da Conferência e em 2003, em Assembleia Extraordinária, o CNL decidiu continuar como Conselho, assumindo

o nome de Conselho Nacional do Laicato do Brasil/CNLB. Foi momento de sofrimento por parte do laicato e a impossibilidade de uma atuação da CNBB. Tendo sido negado o pedido, tudo ficou de lado e paralisado até 2022 (20 anos).

2022.... Mas o sonho não acabou...há uma esperança no horizonte que nos move!

Essa memória, é a seiva que nos ajuda a caminhar em busca dessa utopia.... Um dia há de florescer....

2023...

Depois de tudo paralisado por um bom tempo, a Comissão de Assessoria Permanente (CAP), motivada pelo Magistério do Papa Francisco, retomou os estudos sobre a Conferência e propôs à Presidência e ao Colegiado, reunidos em São Paulo, em fevereiro/2023, a retomada do processo de reflexão sobre a mudança da forma organizativa do CNLB. O documento sugere que o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, volte a refletir sobre a possibilidade de se constituir em Conferência Nacional do Laicato do Brasil, e argumenta: a CAP, diante dos estudos realizados, recomenda à presidência que sejam retomados os encaminhamentos para que o CNLB se transforme em Conferência e considere oportuno criar a Conferência do

Laicato no contexto atual. Para tanto, faz-se necessário:

- 1- Que o Colegiado retome a temática, reflita sobre ela e organize um caminho metodológico;
- 2- Para fundamentar a reflexão, no Colegiado podemos apresentar o contexto histórico do desejo do Organismo ser Conferência;
- 3- Podemos apresentar ainda as reflexões realizadas por esta Comissão a partir dos estudos realizados sobre a temática;
- 4- E podemos apresentar uma proposta concreta de como fazer o caminho para criação da Conferência: introdução no Colegiado; distribuição de textos de D. Aloízio, D. Marcelo e o texto da Conferência de Fortaleza para fundamentação; e uma Assembleia Extraordinária sobre o assunto. Tudo isto posto levamos em conta que:

a) A Organização do Laicato – CNLB, para responder às mudanças e dar suporte aos cristãos leigos e leigas, no exercício da missão, promoveu grandes avanços, destacando-se a elaboração de inúmeros subsídios sobre a identidade, vocação e missão, a fundamental colaboração na

redação do Documento 105/ CNBB “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na sociedade” (2016) e a celebração do Ano Nacional do Laicato (2018) por todo Brasil, e mais recente sintonia com os apelos da Igreja em saída, sinodal, missionária, voltada aos excluídos e pobres, em consonância com as Diretrizes da CNBB, atualizadas a cada Assembleia Geral.

b) Os avanços, estudos e o grande fortalecimento com a chegada do Papa Francisco, a retomada das intuições e inspirações do Concílio Vaticano II, vêm permitindo um “relativo amadurecimento ao laicato” (Dom Aloísio/texto-2001) como sujeito eclesial, cidadão do mundo, sendo sal, fermento, luz (CNBB/doc.105), e ramo da videira, no meio do povo de Deus. (Christifideles Laici/ A voz do Papa-119).

c) O Papa Francisco desde o início do seu Pontificado tem demonstrado real interesse em valorizar os cristãos leigos e leigas, incentivar o protagonismo e exortar para que assumam a vocação batismal e consagra o laicato ao sacerdócio comum dos fiéis.

d) O querido Francisco em sua mensagem alertou para a

“Hora do Laicato”, um jeito simples de convocar os cristãos leigos e leigas a agirem. E enfatizou “convido todos a serem ousados e criativos nesta tarefa de repensar os objetivos, as estruturas, o estilo e os métodos evangelizadores das respectivas comunidades” (EG, 33).

e) O estímulo e a valorização dada pelo Papa Francisco colocam-se como um imperativo a que se alerte para a hora chegada, pois o Pontífice citado, será grande aliado e tem sensibilidade para a causa, além de ser um forte passo para o amadurecimento da vocação leiga e da compreensão do cristão leigo e da cristã leiga como sal e luz, fermento na massa fazendo crescer o Reino de Deus, nestes tempos tão sombrios.

f) Com a celebração do Jubileu de Ouro do CNLB, e “pela graça de Deus, sou aquilo que sou, leigo na Igreja, membro do Corpo de Cristo Jesus”(Pe Zezinho), pressupõe-se aquele amadurecimento esperado e há muito desejado. O CNLB cresceu se fortaleceu e tem presença significativa na Igreja e na Sociedade. O Jubileu celebrado, faz sintonia com o

Jubileu da Encarnação sob o título “peregrinos da esperança” que toda a Igreja celebra em 2025.

- g) Despertar para ouvir a voz do Santo Espírito e o alarme do relógio, chamando... “acorda laicato”.
- h) A ampla fundamentação oferecida por Dom Aloísio Lorscheider, Dom Marcelo Carvalheira, Cesar Kuzma, Laudelino Augusto para recomençar os estudos, pois encontramos vasto material no acervo do CNLB, fruto do esforço da Comissão de Formação, Assessoria e de outras pessoas da caminhada, interessadas em colaborar.
- i) Elaboração de uma revista “UM OLHAR” com textos sobre a organização dos cristãos leigos e leigas em Conferência, reforçando o novo jeito de ser cristão leigo e leiga hoje, e o privilégio de sermos e estarmos ao mesmo tempo: *“Homens e mulheres da Igreja no coração do mundo, e homens e mulheres do mundo no coração da Igreja”*(DA.209)
- j) Elaboração de um novo documento processual, nesse ínterim, incluindo todos os avanços ocorridos e reenviar a Roma, o mais rápido possível, para análise com possibilidade de aprovação, pelo olhar do

Papa Francisco, forte incentivador da ação do laicato no mundo, como sal e luz e com apoio da CNBB, que se manifesta favorável.

- k) Com este empenho, o CNLB concretizará a proposta de constituição da Conferência dos Cristãos Leigos e Leigos e assim, vivencia a sinodalidade, caminhar juntos, graça e força existentes entre as diferentes vocações, todas visando o anúncio do Reino na vida de comunhão e participação. A Comissão de Assessoria Permanente, sentiu-se no dever de alertar para as condições favoráveis, no momento, à esta proposta o que corresponderia ao empenho e o desejo de muitos cristãos leigos e leigas ao longo dos 50 anos.

... 2024 ...

Na Assembleia Geral Extraordinária de Manaus, o tema foi colocado como destaque para ser apreciado e aprovado em virtude de interferir na composição do Estatuto em atualização. Não obteve aprovação, sendo o assunto Conferência transferido para outro momento oportuno. O tempo de Deus!

Vale esclarecer, que o Dossiê sobre a Conferência Nacional do Laicato do Brasil/2002, é um documento histórico que contém

86 páginas e um sumário com 20 itens, entre comunicação oficial à CNBB até as impressões do Laicato do Brasil sobre o impasse na aprovação da Conferência (Nov./2002). Consideramos que esta memória registrada nesta Revista “UM OLHAR” nº 19 sob o mesmo tema, é uma nova tentativa de retorno ao assunto da Conferência, e sugerimos a publicação de um número exclusivo para a constituição de um novo Dossiê, para conhecimento e continuação do processo, em busca desta utopia, por cristãos leigos e leigas de boa vontade, reconhecendo ser passo forte para fortalecer o Organismo do laicato e construir a unidade eclesial entre os Organismos do Povo De Deus.

... Mas o sonho continua... somos peregrinos de esperança... há uma luz no horizonte que nos aponta os caminhos...

Essa memória, é a força impulsionadora que nos ajuda a caminhar em busca dessa utopia... como diz Pe. Zezinho: Nem que demore, nem que demora... um dia há de ser.... Assim seja!...

Finalmente, constata-se mais uma vez, que os cristãos leigos e leigas vêm fazendo história e agindo na missão evangelizadora da Igreja. Reconhecemos que muito já foi conquistado pelo



Essa memória, é a força impulsionadora que nos ajuda a caminhar em busca dessa utopia

Laicato, para viver esse novo impulso no sentido da identidade, da compreensão do termo “leigo”, do amadurecimento da vocação e missão no mundo, na Igreja e na sociedade. Portanto, fazer memória, voltar às fontes é importante e dar novos passos é preciso. O Reinado de Cristo é o que importa!

Assim como as mulheres que insistem na luta pelo reconhecimento, respeito e dignidade nesta sociedade marcada pelo patriarcalismo, machismo e má interpretação até da Sagrada Escritura em relação à criação da mulher, os cristãos leigos e leigas, também caminham perseverantes e fieis como parcela significativa da Igreja povo de Deus, conceito inspirado no Concílio Vaticano II (1962-1965) aprofundado por Pe. Comblin (2002) onde afirma que “a escolha do tema povo de Deus quis fundamentar a promoção dos leigos [...] queria que os leigos sentissem que sua importância na Igreja era finalmente reconhecida” (COMBLIN, 2002, p.40).

Sendo Igreja povo de Deus, possuidores da graça do batismo, da dignidade de filhos e filhas de

Deus, do sacerdócio comum a todos os batizados, como igreja no meio do mundo somos corresponsáveis pela ação evangelizadora, pelo anúncio do Evangelho nas realidades do cotidiano, onde só cristãos leigos e leigas podem atuar como Igreja, em constante harmonia com seus pastores e irmãos de caminhada.

É seguindo este raciocínio, de constante busca de aprofundar este reconhecimento que os cristãos leigos e leigas caminham e se organizam desde 1975, motivados, inicialmente, pelo Sínodo dos Bispos sobre os leigos e a exortação pós sinodal – *Christifideles Laici*, documento amplamente estudado. Portanto, com esta fundamentação, após a criação do CNL que os congrega, articula e anima procuram ser compreendidos no desejo de pertencer a um organismo representativo à altura da missão que lhes compete na comunhão dos Organismos do Povo de Deus da Igreja do Brasil.

Esta caminhada já vai longe, tem 50 anos, vivenciada entre Regionais, Arquidiocesanos e Diocesanos, consultas variadas a

personalidades diversas, defesas bem firmes das presidências em todas as épocas, reflexões fundamentadas de teólogos, não obstante, de obstáculos e desafios que foram surgindo e continuam bem presentes, porém o processo para fortalecer a organização permanece ativo, há sempre um grupo disposto a agir como cristão leigo e leiga espalhando os valores do evangelho. Animados por depoimentos como o de Dom Demétrio Valentini que disse: “A Igreja no Brasil, tem a urgente necessidade de assumir o seu rosto leigo, que expresse a presença dos leigos na vida eclesial, e sua atuação evangélica na realidade brasileira” ao que Wolmir Amado ex-presidente (2002) complementa: “de fato, a escolha do nome Conferência teve como objetivo possibilitar essa presença na Igreja, e, como Igreja, na desafiadora realidade brasileira”(Dossiê sobre a Conferência do Laicato do Brasil-2002).

Atendendo aos “sinais dos tempos” como recomenda o Concílio Vaticano II, os anos se passaram e com o pontificado do Papa Francisco que não mede esforços

para valorizar a participação das mulheres e do laicato, o Conselho Nacional do Laicato do Brasil, vem cumprindo sua missão contribuindo na construção de uma Igreja profética, promotora da justiça, da paz e defensora da Casa Comum e dos mais fragilizados.

Em tempos de celebrações jubilares, “Jubileu da Encarnação” sob o título “peregrinos de esperança”, Jubileu do Laicato-50 anos, e da Campanha da Fraternidade sobre a “Ecologia Integral” pedimos que Maria, a Mãe Aparecida, e os Franciscos, o de Assis e o de Roma, o Papa Francisco, de saudosa memória, intercedam por nós para acolhermos Jesus Cristo em cada pessoa, sobretudo as mais abandonadas e esquecidas”, e nos ensine a zelar, proteger e cuidar do nosso planeta o belo jardim que Deus criou e depois “viu que tudo era muito bom”(Gn, 3,31) e nos deu para “cultivar e guardar”. Recebendo esta missão, recebemos também o compromisso de construir um mundo melhor para todos, sobretudo, para as futuras gerações! Que assim seja!

Elenise Mesquita, cristã leiga, pedagoga, bacharel em Teologia, membro do Conselho Arquidiocesano de Leigos de Fortaleza, das Equipes Docentes-EDO (Fortaleza/CE), compõe a Comissão de Assessoria Permanente (CAP),elenisemesquita@gmail.com;

Para refletir:

“Para que tenhamos um laicato adulto e maduro, são fundamentais a organização e a articulação dos leigos, (...) ‘incentivam a comunhão e a participação na Igreja e sua presença ativa no mundo’” CNBB, 2008, p. 70). No século XXI, como podemos fortalecer a organização e articulação do laicato?

Para aprofundar (Bibliografia):

COMBLIN, José. *O povo de Deus*. São Paulo: Paulus, 2002.

CNLB/CAP-Comissão de Assessoria Permanente. Proposta: Retomar a luta pela Conferência Nacional do Laicato do Brasil. Livro-rito ao Colegiado. São Paulo: 02/2023.

CNBB. Cristãos Leigos e Leigas na Sociedade. Sal da Terra e Luz do mundo (Mt 5, 13-14). Documento da CNBB 105. Brasília: Edições da CNBB.

CNL. Conclusões da I Conferência Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas do Brasil. Documento de Fortaleza. 2002.

CNBB. Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas. Documentos da

CNBB 62. São Paulo: Edições Paulinas, 2002.

COMPÊNDIO DO VATICANO. Constituição Dogmática Lumen Gentium. Petrópolis: Editora Vozes, 1968.

COSTA Sobrinho, João Batista da (Zezinho), História do Conselho Nacional de Leigos e Leigas no Brasil, 2001, Editora Redentorista, Goiânia.

DOSSIÊ SOBRE A CONFERÊNCIA NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL, 2002

FRANCISCO. Exortação Apostólica Evangelii Gaudium sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Brasília: Edições da CNBB, 2013.

JOÃO PAULO II. Exortação Apostólica Christi Fidelis Laici sobre a vocação e missão dos Leigos na Igreja e no mundo. São Paulo. Edições Paulinas, 1989.

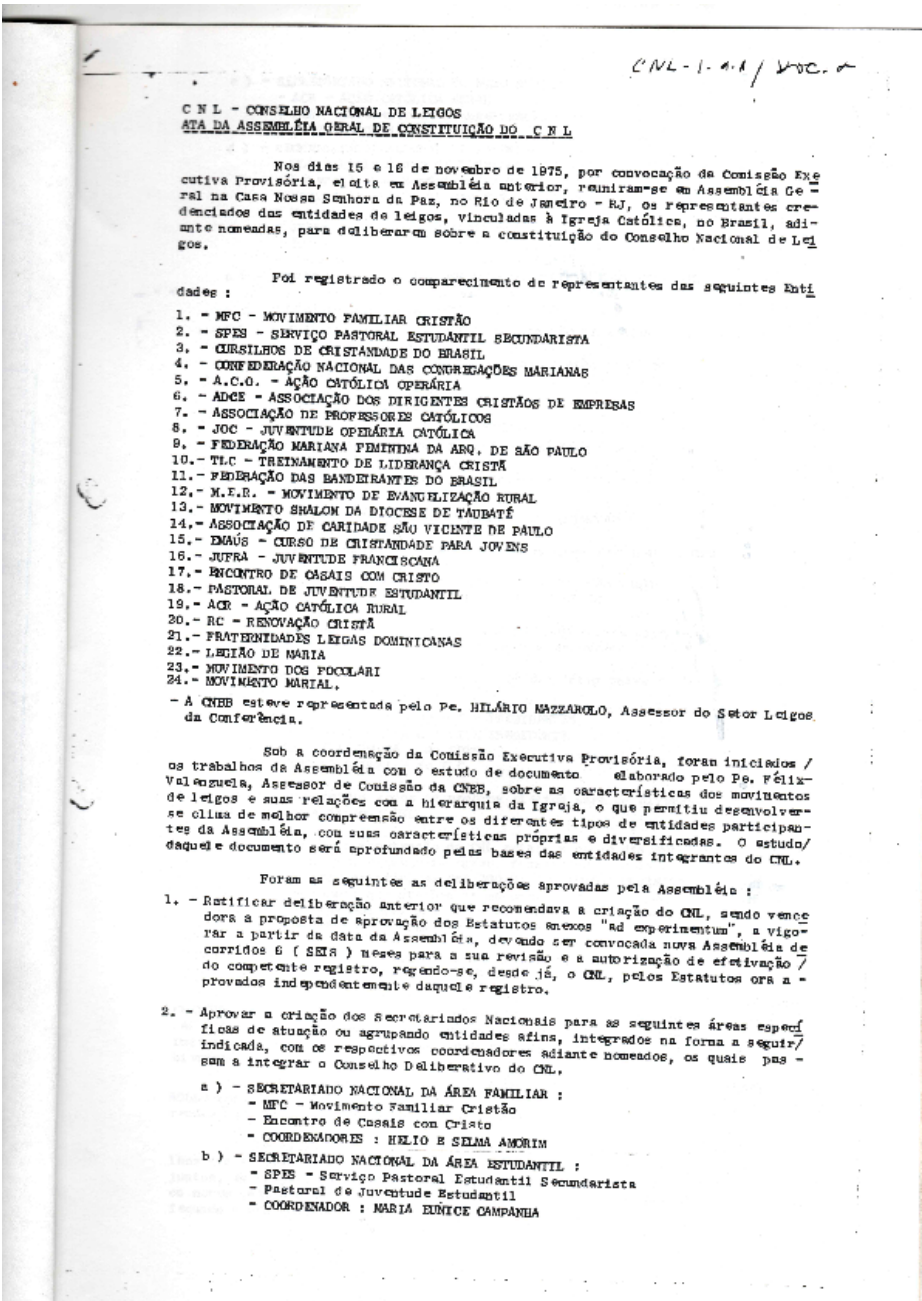
SUBSÍDIO PARA ESTUDO / CNLB. Novembro/2001
Texto de Dom Aloísio e Dom Marcelo Carvalheira

SUBSÍDIO PARA O DIA NACIONAL DOS CRISTÃOS LEIGOS E LEIGAS / CNLB. 26/novembro/2000

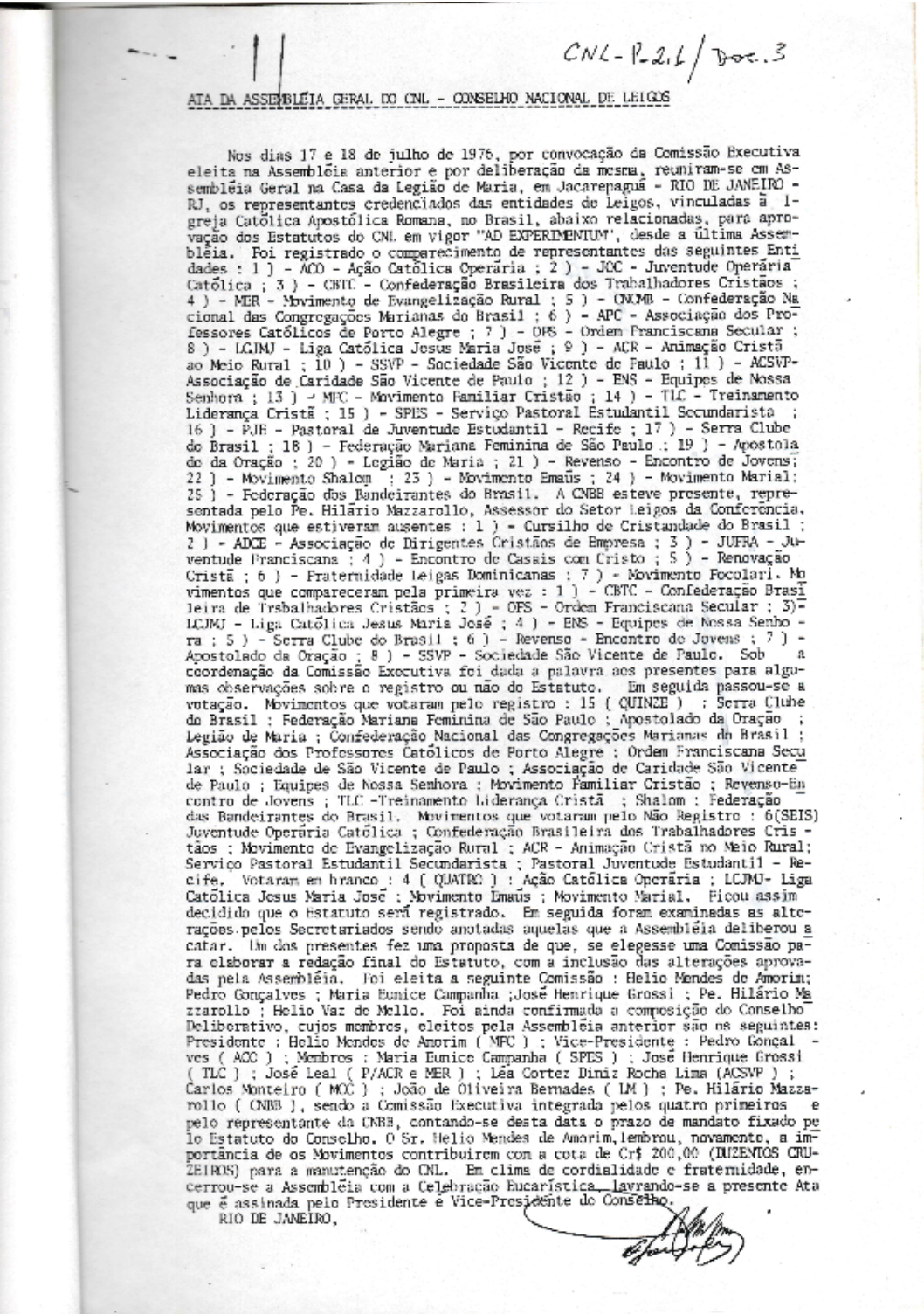
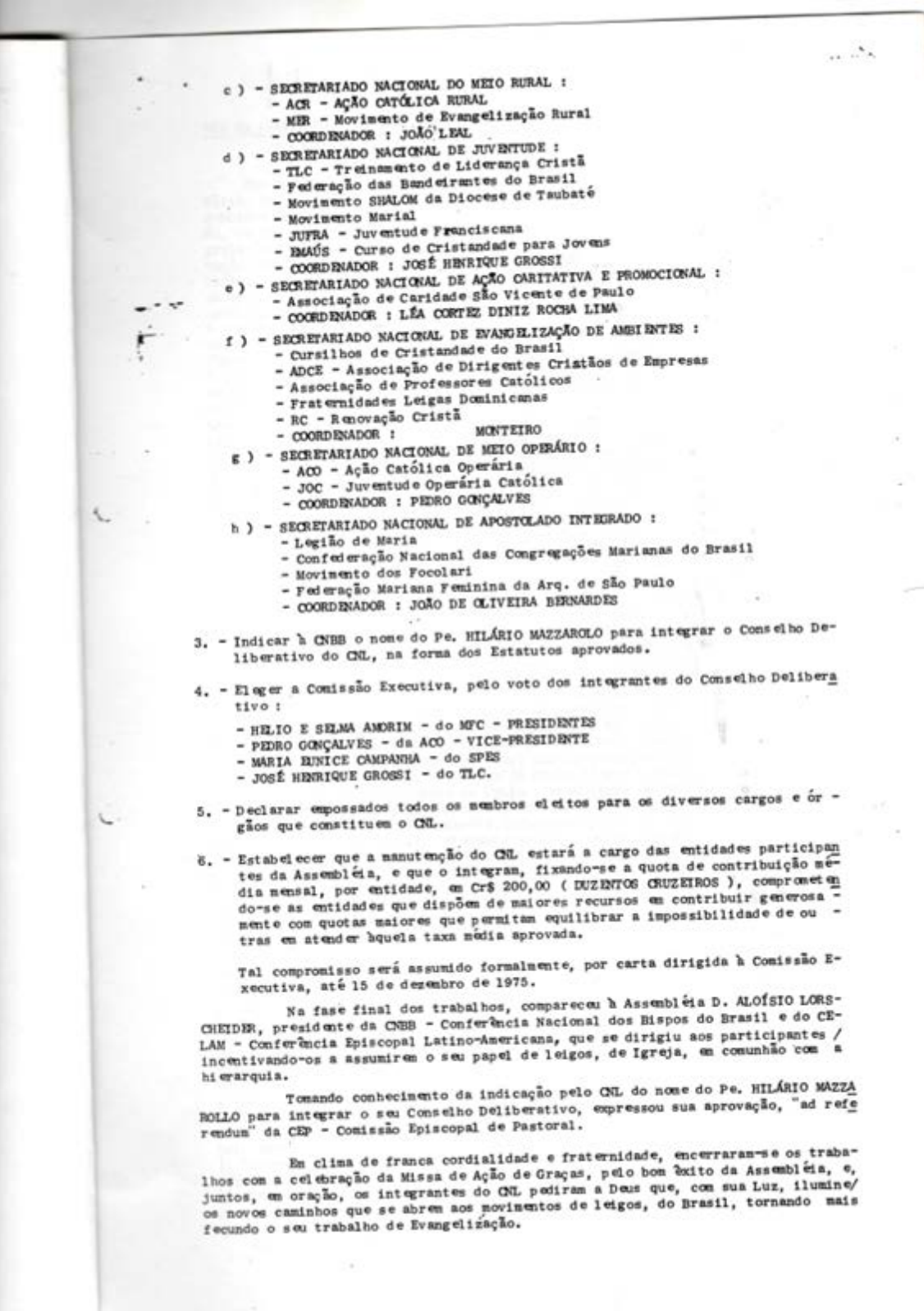
SUBSÍDIO DA PROGRAMAÇÃO DA 1ª CONFERÊNCIA. Presença e Vida. Fortaleza-CE, novembro/2001

ANEXOS:

Anexo 01 – Ata da Assembleia Geral de Constituição do CNL



Anexo 02 – Ata da Assembleia Geral do CNL - 1976



Anexo 04 – Convite de intimação

[illegible]

Anexo 05 – Depoimento Pe. Raimundo J. A. soares

SERVICO PUBLICO FEDERAL

DELEGACIA DE ORDEN POLITICA E SOCIAL/SR/DPF/RJ

TERMO DE DECLARAÇÕES que presta RAIMUNDO JOSÉ AIREMORAES S SOARES, na forma abaixo:

Aos nove dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e oito, neste Estado do Rio de Janeiro e na Delegacia de Ordem Política e Social/SR/DPF/RJ, presente o Delegado de Polícia Federal, doutor RUBENS MARRAS, comigo, Escrivão de seu cargo, ao final assinado, compareceu RAIMUNDO JOSÉ AIREMORAES SOARES, brasileiro, natural do Estado de Piauí, nascido a 10 de março de 1913, filho de Eduardo Batista Soares e Lídia Airesoraes Batista, documento de identidade RG, nº 14.036, expedido pela Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Piauí, Padre, exercendo sua função na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Brasília - DF, residente na E S 801, lote 1A, Avenida L3 Sul, em Brasília ou Rua Prefeito João Felipe, nº 605 - Sta. Teresa - RJ, sabendo ler e escrever. Inquirido pela autoridade policial, RESPONDEU: QUE são responsáveis pelo Boletim PARTICIPAÇÃO, que é um boletim de circulação interna do mesmo Conselho Nacional de Leigos, digo, do Conselho Nacional de Leigos, os membros do mesmo conselho, e qual é um conselho formado pelos integrantes dos movimentos / de apostolado leigo que convidados pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, deliberaram reunir-se em conselho, elegendo para sua diretoria executiva, HÉLIO E SELMA AMORIM - de MFC (Presidentes), PEDRO GONÇALVES - da AOC - (Vice-presidentes), MARIA EUNICE CAMPANHA - do SPES e JOSÉ HENRIQUE GROSSI - do TLC, conforme consta na página dez do Boletim em causa; QUE esclareço o declarante que este Conselho é um Organismo ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, cujo presidente é o sr. CARDEAL ALOISIO LORSCHIEDER e cujo Secretário Geral é Dom IVO LORSCHIEDER e a qual, ONES, tem sede em Brasília, no endereço supracitado; QUE o declarante está autorizado a responder pela Conferência Nacional dos Bispos, relativamente a questão da edição do Boletim PARTICIPAÇÃO; QUE o declarante tem conhecimento das exigências da Lei 5.260/67 (Lei de Imprensa) para publicação, digo, para publicações de um modo geral, julgando porém que em se tratando de um boletim de circulação interna, não lhe pesavam as exigências previstas para os materiais de circulação pública; QUE quer esclarecer o declarante que como já foi indicado acima, em se tratando de um boletim de circulação interna, não é o mesmo de circulação pública, estando portanto dispensado das exigências previstas na Lei supra, as quais, parecem só se aplicam aos de circulação pública; QUE quer esclarecer também o declarante que, para evita dificuldades eventuais, estão os responsáveis pelo Boletim PARTICIPAÇÃO dispostos a fazer o registro e cumprir todas as exigências previstas na Lei 5.260/67, caso continue a circular, ou seja, sair outro número do referido, digo

.X.X.continuação.X.X.

SERVICO PUBLICO FEDERAL

.X.X.continuação.X.X.
outro número do referido Boletim. Nada mais disse nem lhe foi perguntado pelo que mandou a autoridade encerrar o presente / termo que lido e achado conforme, assina com o declarante e comigo, Escrivão que o datilografei.

AUTORIDADE

DECLARANTE

ESCRIVÃO

Anexo 06 – Texto D. Marcelo Carvalho – Comunicado mensal

maio de 1991 – ano 40 – nº 451

Setor: Leigos

COMO O SETOR LEIGOS DA CNBB VÊ O QUADRIÊNIO 1987-1991



Dom Marcelo
Pinto Carvalho

No fim deste quadriênio, sou levado, por obrigação de ofício e por amor, a falar sobre questões relacionadas com o Setor Leigos da CNBB, durante este período.

Venho, pois, comunicar aos irmãos – bispos e demais membros do povo de Deus – não só impressões pessoais, mas também o que aconteceu, em plano nacional, quanto à organização e amadurecimento do laicato em nosso País. É claro que não conseguirei ser completo, e naturalmente transmitirei os fatos conforme meu modo de ver.

Dividirei esta avaliação – testemunho em cinco pontos com uma conclusão, segundo os títulos que vêm indicados em cada parte.

873

1. Realidade dinâmica do CNL e sua relação com o setor leigos da CNBB

1.1. Os vários grupos que compõem o Povo de Deus têm procurado se organizar, em virtude do seu próprio amadurecimento e corresponsabilidade na missão, dentro da comunhão da Igreja. É assim que não só os bispos se organizaram em sua Conferência Episcopal, mas também os Presbíteros e os Diáconos em suas Comissões, os Religiosos e os Leigos em seus Organismos nacionais específicos. Tudo isso é sinal de uma Igreja toda ela viva, orgânica, apostólica e ministerial.

É de se notar o dinamismo dos Conselhos de Leigos em nível diocesano, Regional e Nacional. Eu já tive ocasião de escrever sobre o fenômeno histórico – pastoral e a fundamentação teológica desses Conselhos de Leigos nos seus vários níveis (publicado no Comunicado Mensal). O fato é que vai se configurando a organização dos Leigos com admirável vitalidade. Há poucos dias, um irmão, Bispo e teólogo, Dom Walter Ebeger, me falava sobre a bela caminhada da sua Igreja particular, onde os Leigos se organizam e têm seu devido lugar, pois sem eles não se pode compreender a Igreja nem sua missão.

É assim que o Conselho Nacional dos Leigos – CNL – vem se firmando dia a dia. Os organismos – CNBB e CNL – são distintos e correspondem a grupos diversos do Povo de Deus dentro da comunhão eclesial. Sem dúvida, os Pastores com Pedro à frente têm um papel específico no serviço da unidade da Igreja. No entanto, ao lado do necessário relacionamento, vigora, nessa organização do laicato, uma justa autonomia, de modo que os cristãos Leigos sejam considerados na sua dignidade, na sua competência e na sua missão própria (cf. “Christifidelis Laici”, nº 29).

Foi graças ao reconhecimento desse estatuto teológico-pastoral do laicato e em virtude de uma crescente maturidade em nossa Igreja, que entre a CNBB e o CNL se manteve um clima de diálogo fecundo e uma prática de colaboração, dentro de uma comunhão eclesial adulta e dinâmica. O CNL, através de um dos membros da sua coordenação, marca habitualmente presença nas reuniões oficiais da CNBB. E esta, por sua vez, se faz também habitualmente presente nas reuniões do CNL, através do setor Leigo da CNBB, na pessoa do Bispo e/ou do assessor dessa linha.

1.2. Por outro lado, considerando em si mesmo o CNL é um fenômeno eclesiológico concreto, digno de destaque, na Igreja do Brasil. Ele se desenvolveu e se firmou no grande contexto do Sínodo dos Bispos sobre os Leigos, em 1987, e da conseqüente Exortação Apostólica “Christifideles Laici”. Pode-se constatar como as várias expressões do mundo leigo, isto é, pastorais específicas, comunidades eclesiais de base, movimentos e associações de vários gêneros, encontram um espaço e um afirmação de unidade nesse Conselho Nacional dos Leigos. A formação desses organismos específicos dos Leigos, nem sempre tem seguido uma evolução lógica, isto é, partindo historicamente de conselhos diocesanos, bem inseridos na estrutura básica da Igreja, na verdade, muitos Conselhos Regionais e o próprio Conselho Nacional dos Leigos se anteciparam, historicamente, aos organismos correspondentes em níveis mais básicos. E isso ocorreu por motivos práticos e pastorais, pois certos desafios de âmbito supra-diocesano e supra-regional se impunham à missão específica dos Leigos. Na verdade, se o Leigo se enfaz es-

874

truturalmente na Igreja particular, por outro lado, ele, sobretudo hoje, como cidadão de um país e do mundo, tem que se considerar também um cristão universal, a serviço de missões que ultrapassam a Diocese. Aliás, a existência de certos Conselhos Regionais e do Conselho Nacional dos Leigos se constituíram estímulo decisivo e provocativo para a formulação de muitos Conselhos Diocesanos de Leigos nas Dioceses do nosso País.

1.3. Não obstante o que acabo de descrever, no organograma da CNBB, os Cristãos Leigos ainda se apresentam dispersos e distribuídos em várias linhas ou dimensões. É certo que os Leigos, como os demais membros do Povo de Deus, estão presentes e são atuantes em todas as dimensões da nossa Igreja. Mas no que concerne à sua configuração não estão devidamente articulados com o Setor Leigo da CNBB. Isso se explica na prática imediata pela vastidão e diversificação desse Setor-Leigos sob a responsabilidade da CNBB de um só Bispo; por outro lado, essa situação não se justifica em vista de uma prática eficaz, sob o ângulo teológico e de uma correta pastoral de conjunto. Na verdade, o organograma da CNBB deve refletir uma adequada visão pastoral. Por isso, apelamos para os responsáveis no próximo quadriênio para que levem em consideração este ponto de cunho organizativo e pastoral, ainda que se criem desafios de ordem prática a serem enfrentados dentro do Setor-Leigos da nossa Conferência Episcopal.

2. Acontecimentos significativos no período

2.1. O primeiro ano do quadriênio foi marcado pelo Sínodo dos Bispos em Roma, sobre "a vocação e missão dos Leigos na Igreja e no mundo". Este acontecimento constituiu uma luz irradiante e fecunda para o Setor-Leigo da CNBB e, sobretudo, para os Leigos pela afirmação da identidade, missão e organização do Laicato em nossa Igreja. As atividades começaram marcadas por um grande "Encontro Nacional de Leigos", que foi objeto do 1º projeto específico do Setor-Leigo (PE-1-11- do 9º plano bienal).

Esse Encontro Nacional de Leigos conseguiu reunir as mais variadas expressões do laicato católico do Brasil. Teve como objetivo a preparação de propostas para o Sínodo sobre os Leigos que deveria se efetuar em Roma. O CNL e o Setor-Leigos da CNBB foram responsáveis por esse Encontro que teve na sua Presidência de honra o Sr. Cardeal Eduardo Pirólio, Presidente do Pontifício Conselho dos Leigos. Convém ressaltar a grande significação e resultado desse evento marcante para o nosso laicato. No Sínodo em Roma, não só o bispo responsável pela linha 1 (Setor Leigos) foi padre sinodal com outros cinco irmãos bispos do Brasil, mas também um casal de leigos (do sul 3) oficialmente designados pela Santa Sé, além do Presidente do CNL, que acompanhou o Sínodo, a título de assessor privado dos padres sinodais brasileiros.

Em vista, também, desse Sínodo em Roma, houve um trabalho da linha 1, Setor-Leigos, juntamente com o CNL, de Encontros, abrangendo as grandes Regiões do País, as quais deveriam fazer chegar às Dioceses, às Pastorais e às CEBs, as grandes orientações do Sínodo sobre os Leigos.

2.2 Neste quadriênio, foi elaborado, devidamente discutido e aprovado o

875

Estatuto do CNL, dando assim oportunidade de amadurecer na Igreja. Foi realmente um grande passo no esforço de organização do laicato no Brasil. Tive, pessoalmente, oportunidade de acompanhar esse processo do Estatuto do CNL, em que, naturalmente, vieram à tona questões eclesiológicas, pastorais e jurídicas.

2.3 Anualmente, o CNL tem se marcado pelas Assembleias Ordinárias. Estas se têm caracterizado pela multiplicidade dos Participantes, pela liberdade de expressão de todos e pela busca comum da unidade na missão. Na verdade, além de pastorais específicas e CEBs, estão inseridos no CNL, movimentos e associações de várias naturezas e diversas idades, na vida da Igreja do Brasil. Um sinal de maturidade edificante desse Organismo do laicato é esse encontro anual do CNL. Af, todos são acolhidos fraternalmente, todos podem se exprimir na fidelidade ao carisma do seu grupo, todos aprendem a conviver e assumir, em comunhão a ampla e diversificada missão dos Leigos na Igreja e no mundo. Aliás, af também os vários grupos de leigos se comprometem com os objetivos e orientações da Igreja no Brasil e na América Latina (CNBB e CELAM). Belo exemplo de Pastoral de Conjunto:

3. Projeto encaminhado em conjunto

3.1 Em cinco áreas fundamentais da Pastoral, o Setor-Leigo juntamente com o CNL e outras linhas ou pastorais da CNBB assumiu projetos em comum. Assim, por exemplo, nos pareceu importante levar as conclusões do Sínodo dos bispos à larga área dos Movimentos organizados, reunindo seus responsáveis diretos, afim de estudar, avaliar e levar à prática, nos seus respectivos meios de ação, essas Orientações Sinodais. Foi o projeto (PE 1-12, do 9º Plano bienal dos Organismos Nacionais) realizado em comum com o CNL, quatro meses após a realização do Sínodo. Foi realmente algo de inovador, em vista da pastoral de conjunto para os leigos pertencentes a diversos Movimentos organizados e Pastorais específicas, presentes a esse Encontro, através de seus coordenadores e assistentes nacionais.

3.2. Outra área importante, sobretudo na Igreja que se renovou após o Concílio Vaticano II, é a dos ministérios leigos na Igreja. Para atender a isso realizou-se um projeto em comum, assumido pelo Setor-Vocações e Ministérios juntamente com o Setor-Leigos, Setor-Estruturas de Igreja, CEBs e INP (PE 1-3 do 10º Plano Bienal dos Organismos Nacionais). Mediante este projeto procurou-se levar a efeito uma ampla reflexão sobre a temática dos ministérios leigos na Igreja, na tentativa de divisar melhor novos caminhos, de sorte que na prática pastoral se possa mostrar o novo rosto de uma Igreja, toda ela ministerial.

3.3. Outra área muito própria da atuação dos cristãos leigos é da política. Trata-se, então evidentemente, de pôr a política em confronto com a fé, de analisar a natureza de ambas e descobrir as suas relações. Houve um primeiro projeto nesta área, assumido pelo Setor-Leigos e o Setor-Pastoral Social (PE 1-15 do 9º Plano Bienal dos Organismos Nacionais). Para este projeto reuniram-se leigos com experiência no campo político, quer no sentido amplo de bem comum quer no sentido partidário, para refletir sobre essa temática e aprofundá-la, na sua interpenetradora relação dialética com a fé. Isso das novas constituições do Brasil (plano nacional, estadual, municipal). Um segundo projeto em torno do tema fé e política

876

foi executado pelo Setor-Leigos juntamente com o Setor Pastoral Social e IBRADES. Levando em conta a conjuntura nacional, reuniu vereadores, deputados, prefeitos cristãos recém-eleitos e peritos pertencentes a várias tendências (PE 1-21 do 10º Plano Bial de Organismos Nacionais). Houve um fecundo intercâmbio nesse Seminário de Estudos, e uma reflexão sobre o compromisso cristão, especialmente adiante dos novos desafios do País.

3.4 Outra área vital é a atuação dos leigos cristãos, técnicos em pedagogia. Na verdade faz-se sentir a necessidade de uma formação profunda, tanto no campo teológico como nos diversos campos sócio-econômico e político cultural. Isso tem sido freqüentemente manifestado pelos leigos. Assim, foi que se realizou o projeto assumido pelo Setor-Leigos juntamente com o CNL e o IBRADES (PE 1-22 do 10º Plano Bial dos Organismos Nacionais). Nesse seminário estiveram presentes representantes de Centros de Formação com alguns assessores. Houve um fecundo intercâmbio em torno de conteúdos e metodologias utilizados nesses centros. Na verdade, a preocupação com a formação dos leigos tem sido constante tanto no CNL como no Setor-Leigos.

3.5. Outra área de vital interesse para os leigos na missão da Igreja é a dos Bispos que acompanham os leigos nos vários Regionais. Frente à reflexão atual sobre o estatuto eclesiológico do cristão leigo, sentiu-se a necessidade de um projeto visando um encontro com os bispos que estão mais diretamente ligados à temática em questão (PE 1-20 do 10º Plano Bial dos Organismos Nacionais). Pontos importantes desse debate atual sobretudo após a "Christifideles Laici" foram abordados, como sejam a articulação e organização dos leigos em vários níveis, sua participação na Igreja, seu compromisso na esfera político-social, etc. Os leigos presentes ao encontro fizeram notar a importância da compreensão do Bispo a respeito do seu estatuto eclesiológico e, conseqüentemente, da sua autonomia legítima no seu campo próprio e na missão específica que lhe cabe.

4. Crescimento e desafios no vasto mundo do laicato católico da Igreja do Brasil

4.1. Evidentemente, vamos, agora, neste sucinto depoimento, transmitir apenas alguns elementos do que se anuncia no amplo tema acima.

Lembrarei alguns sinais evidentes do crescimento do nosso laicato: antes de mais nada, a própria existência do Conselho Nacional de Leigos (CNL) e o processo de organização dos cristãos Leigos, através de todo o País, mediante os Conselhos Regionais e Diocesanos, conforme já dissemos acima. Em seguida, a estabilidade na equipe executiva do CNL, com a qual temos estabelecido maior contato, durante todo este quadriênio. Sente-se que já se firmou um mecanismo amadurecido, de modo que as sucessões de pessoas, nos vários cargos, após eleições no CNL, se fazem sem atropelos, obedecendo a uma política muito viva, mas que visa o bem da organização dos leigos na perspectiva da missão da Igreja. Além disso, o CNL tem conseguido transmitir sua vida e sua mensagem, através de várias publicações como o Boletim, o Bilhete e Cadernos especializados. Não podemos também deixar de valorizar a amplíssima e variada participação dos

cristãos leigos nos mais variados organismos vivos da Igreja, juntamente com outros membros do Povo de Deus. Quanto a isto, podemos apontar as Assembléias Diocesanas, os Conselhos Pastorais de vários níveis, enfim as várias instâncias de participação que se criaram, sobretudo, após o Concílio Vaticano II.

4.2. Entretanto, não nos passam despercebidos os desafios e as deficiências que se verificam no campo do laicato da nossa Igreja. Levanto aqui apenas alguns tão sentidos pelos próprios leigos, como, por exemplo, a deficiência na formação sob seus vários aspectos. Ligada a esta deficiência está a falta de articulação e intercâmbio dos centros de formação para o laicato. Aliás, não se efetuou ainda uma pesquisa para aprofundar a situação da formação programada sistematicamente para os leigos e os instrumentos que se oferecem para isso. Como conseqüência disso verifica-se também a urgência de um maior aprofundamento da teologia do Batismo e, por conseguinte, da espiritualidade que daí brota, animando a vida e missão do cristão leigo. Quanto à organização do laicato, é claro que, apesar das reflexões já apresentadas pelo próprio Setor-Leigos da CNBB, muito ainda se teria de refletir a propósito dessa questão. Na verdade, a organização dos leigos se consolidará não só pela sua realidade e prática pastoral, mas também por uma vigorosa fundamentação eclesiológica.

4.3. Não podemos deixar de apresentar como constante desafio a emergência do novo sujeito, o popular, dentro das instâncias vivas da nossa Igreja. Trata-se de uma exigência evangélica e de uma bênção do céu para a missão conjunta do Povo de Deus. No CNL sente-se a presença decisiva de participantes das camadas do povo, provocando frente a outros grupos o confronto de ideologias e de culturas. Essa convivência desafiadora deve ser um enriquecimento constante e uma purificação dos grupos diversos, à luz da única Palavra que a todos julga e santifica.

5. Concluindo

Por fim, é natural que os irmãos me perguntem como, neste fim de mandato, como Bispo responsável na CEP, eu vejo o Setor-Leigo da CNBB. Confesso que antes não imaginava que, em plano nacional, já fosse tão dinâmico este Setor dos Leigos. Na verdade as realizações vieram sempre deles, dos leigos, e do assessor da linha 1, Pe. Ernanno Pinheiro, que me estimulavam e cobravam minha atuação no papel de Bispo responsável. É claro que tive sempre a constante preocupação proveniente de uma longa experiência de trabalho com os leigos e por convicção teológica – de não substituir os leigos, de não me sobrepor às iniciativas, de não considerá-los pouco capazes, de refletir e agir. Neste sentido, procurei ser o irmão Bispo que procurou acreditar na dignidade dos leigos e na sua insubstituível missão na Igreja. Enfim, nas minhas observações acima registradas, já deixei transparecer muito do que penso sobre o Setor-Leigos da CNBB e do Conselho Nacional dos Leigos, o CNL. O que, além disso, eu ainda teria a mais para dizer, reservo para contatos pessoais com os irmãos, poupando-se, assim, de um alongamento enfadado desta avaliação-testemunho.

‘Notas de fim’

- 1 PORFÍRIO, Francisco. “Heráclito”. UOL. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/heraclito.htm> .
- 2 PORFÍRIO, F. “Heráclito”.
- 3 “Georges Lemaître”. Wikipédia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Georges_Lemaître
- 4 “O Big Bang e o Universo”. Instituto Nacional de Física Nuclear. Disponível em: <https://www.infn.it/en/physics/physics-of-the-universe/the-big-bang-and-the-universe/> .
- 5 PINCER, Pedro. “Ailton Krenak é o primeiro indígena eleito para a Academia Brasileira de Letras”. Rádio Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2023/10/09/ailton-krenak-e-o-primeiro-indigena-eleito-para-a-academia-brasileira-de-letas> . Publicado em 09/10/2023.
- 6 CAPANEMA, Carolina M. “Krenak, o rio e o tempo: natureza como inspiração teórica para a história e para a vida”. Viçosa. 2023. Disponível em: <https://emtudovejonatureza.wixsite.com/inicio/post/krenak-o-rio-e-o-tempo-natureza-como-inspira%C3%A7%C3%A3o-te%C3%B3rica-para-a-hist%C3%B3ria-e-para-a-vida> .
- 7 PORFÍRIO, Francisco. “Parmênides”. UOL. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/filosofia/parmenides.htm> .
- 8 SILVA, Vanderson de Sousa. “Teologia da Anamnese: aspectos bíblicos e teológicos”. Revista Teo-comunicação. Porto Alegre, v. 45, n. 3, p. 269-284, set.-dez. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/teo/article/view/14428/14503> , p. 270. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-6736.2015.3.14428> .
- 9 Conferir todo o parágrafo em: SILVA, V. S. “Teologia da Anamnese...”, p. 271-275.
- 10 Conferir todo o parágrafo em: SILVA, V. S. “Teologia da Anamnese...”, p. 275-279.
- 11 “Festa do Cristo Rei – Dia do Leigo”. Subsídios. CNL – Conselho Nacional de Leigos. São Paulo: Nuestra America Editora e Vídeo. 26 de novembro de 1995.
- 12 “Festa do Cristo Rei – Dia do Leigo”. Subsídios, p. 5-8.
- 13 PAULA, Eva Aparecida Rezende de Moraes e. “Um líquido precioso em vaso de barro: a Trindade presente na Igreja. Tese de Mestrado. Departamento de Teologia da PUC-Rio. 23 de julho de 1999. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/teses/1999-PAULA_E_A_R_M.pdf .
- 14 Conferir, por exemplo: “Análise de Conjuntura”. Série Realidade. CNLB – Conferência Nacional do Laicato do Brasil. Vol. 19, janeiro-fevereiro/2003, p. 5.
- 15 “Muitos Carismas: uma única missão”. 26/novembro/2000. Dia Nacional dos leigos e Leigas / I Encontro Nacional dos Movimentos Eclesiais. CNL – Conselho Nacional dos Leigos e Leigas Católicos do Brasil. São Paulo: Editora Paulus, 2.000, p. 5-6.
- 16 “Muitos Carismas: uma única missão”, p. 7-14.
- 17 “Diretório da Conferência Nacional do Laicato do Brasil”. CNLB – Conferência Nacional do Laicato do Brasil. 2002-2003.
- 18 Conferir todo o parágrafo em: CIPOLLINI, Dom Pedro Carlos. “Jubileu e Ano Santo”. CNBB. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/jubileu-e-ano-santo/> . Publicado em: 16/01/2025.
- 19 Discurso do Santo Padre Francisco aos Bispos, em 17 de outubro de 2015.
- 20 Discurso do Santo Padre Francisco aos Bispos, em 17 de outubro de 2015.
- 21 PAPA PAULO VI, Homilia às vésperas do encerramento do Concílio, 7/12/65
- 22 LORSCHIEDER, A., in REB/63, fasc. 250, 2003, p. 250.
- 23 LORSCHIEDER, A., Concílio Vaticano II – Análise e Perspectivas, p. 7,
- 24 Citado por VELASCO, R., A Igreja de Jesus, Rio de janeiro: Vozes, 1992, p. 244.
- 25 VELASCO, R., A Igreja de Jesus, Rio de janeiro: Vozes, 1992, p. 244.
- 26 WIEGEL, G. in A Igreja e seus modelos, São Paulo: Paulinas, 1978, p. 14.
- 27 DULLES, A., op. cit. p.16.
- 28 MIRANDA, M., A Igreja que somos nós, p. 26.
- 29 VELASCO, R., op. cit. p. 246.
- 30 MIRANDA, M., A Igreja que somos nós, p. 26.
- 31 CNBB, Documento 62, p. 39.
- 32 MIRANDA, M., A Igreja que somos nós, p. 30.
- 33 COMBLIN, J., Paulo, Apóstolo de Jesus Cristo, p. 36.
- 34 MIRANDA, M., A Igreja que somos nós, p. 33.
- 35 MIRANDA, A., A Igreja que somos nós, p. 30.
- 36 MIRANDA, A., op. cit., p. 70.
- 37 MIRANDA, A., op. cit. p. 157s.
- 38 BINGEMER, M. C., in Concilium 346, p. 90 [362].
- 39 MIRANDA, M., A Igreja que somos nós, p. 157.
- 40 LIBÂNIO, J.B. Igreja Contemporânea: Encontro com a modernidade, 2000
- 41 BINGEMER. M. C., op. cit. p. 192.
- 42 WEBER; RAUSCHER., A Comunidade Humana in A Igreja no mundo de Hoje, p. 298.
- 43 Cristão leigo, político nato, iniciou sua militância na Juventude Universitária Católica – JUC- setor da Ação Católica Brasileira que difundia os ensinamentos da Igreja no meio universitário. Nos anos 70 foi considerada precursora da Igreja em defesa dos direitos humanos e prisioneiros e perseguidos políticos e do trabalho pastoral voltado às questões sociais (cf. Agenda CNLB 2015). Plínio faleceu em 08 de julho de 2014.
- 44 Entre 1953 e 1954, foi presidente da [Juventude Universitária Católica](#) do Brasil. Whitaker se inspira na [Teologia da Libertação](#) e mantém laços estreitos com a Comissão Brasileira Justiça e Paz, organismo ligado à [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil](#). Participou do movimento de oposição à ditadura militar com o [golpe militar de 1964](#). De 1965 a 1966, foi assessor da CNBB no 1º Plano Pastoral de Conjunto. Em 1966, partiu para o exílio fugindo da repressão política no país com a esposa e os quatro filhos. Em 1985, foi um dos fundadores e coordenadores do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que mobilizou cidadãos em todo o país para encaminhar projetos para a Assembleia Constituinte lastreados pela assinatura de milhares de pessoas, criando a sistemática do que denominou-se de “iniciativa popular de leis”. Nas [eleições brasileiras de 2008](#), ajuda a organizar o Projeto Ficha Limpa, que tem como objetivo impedir a candidatura de cidadãos que respondem a processos na Justiça. (https://pt.wikipedia.org/wiki/Chico_Whitaker).



cnlb.org.br

E-mail: secretaria@cnlb.org.br



[@cnlb.nacional](https://www.facebook.com/cnlb.nacional)



[@cnlb.nacional](https://www.instagram.com/cnlb.nacional)



[@cnlb.nacional](https://www.youtube.com/cnlb.nacional)